

caderno de diálogos

VOLUME 09 | DEZ/2024

ISSN 2764-6319



**A sua Revista acadêmica
da pós-graduação.**

 **FACULDADE
famart**
GRADUAÇÃO | PÓS-GRADUAÇÃO EAD

REVISTA ACADÊMICA CADERNO DE DIÁLOGOS
Volume 9 - Número 01 - Dezembro/2024
Periodicidade: Quadrimestral

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

FACULDADE FAMART

DIRETOR EXECUTIVO

Wanderson Clayton Fontella Francisco

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Paulo Henrique da Silva Junior

ACADÊMICO

Andrezza de Cássia Soares Torres
Dara Cristina Fernandes Gonçalves
Douglas dos Santos Borges
Lucas Eustáquio de Paiva Silva
Luciano Borges Muniz
Raissa Fernandes Parreira
Tábata Fernanda Gomes
Welliton Glayco da Fonseca

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Thainan Rodrigues Ribeiro

CONSULTORIA E PROJEÇÃO EM MARKETING

Camila Aparecida Marques de Almeida
Marcelo Henrique Guimarães

CONSELHO EDITORIAL

Lucas Eustáquio de Paiva Silva
Luciano Borges Muniz
Welliton Glayco da Fonseca

ASSESSORIA EDITORIAL

Andrezza de Cássia Soares Torres
Dara Cristina Fernandes Gonçalves
Raissa Fernandes Parreira

ASSESSORIA CIENTÍFICA

Aracele Maria de Souza
Karina Leão de Mello
Lucas Eustáquio de Paiva Silva
Luciano Borges Muniz
Mailson Santos de Queiroz

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos a 9ª edição da Revista Acadêmica - Caderno de Diálogos, a revista científica da pós-graduação da Faculdade Famart. Essa terceira e última edição de 2024 celebra os resultados de um intenso trabalho coletivo, trazendo nove artigos científicos que abrangem diversas áreas do conhecimento, como Direito, Saúde, Educação e Gestão Escolar. A diversidade temática enriquece o conteúdo e amplia o alcance da revista, promovendo reflexões e debates relevantes, além de incentivar a produção e a divulgação científica.

Nesta edição, destacam-se dois artigos de grande relevância e impacto: o primeiro, na área da saúde, aborda avanços tecnológicos na segurança transfusional, um tema essencial para profissionais e para a sociedade; o segundo, no campo da educação, explora o impacto transformador do vínculo afetivo no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A publicação é resultado do esforço conjunto do Setor Pedagógico da Faculdade Famart. Agradecemos especialmente ao Diretor Acadêmico, Prof. Dr. Lucas Eustáquio de Paiva Silva, por sua atuação no Conselho Editorial, e ao supervisor Welliton Glayco da Fonseca pelo suporte e qualidade no processo editorial. Reconhecemos também a importante colaboração das profissionais Andrezza de Cássia Soares Torres, Dara Cristina Fernandes Gonçalves, Raissa Fernandes Parreira e Tábata Fernanda Gomes na seleção e análise dos trabalhos científicos.

Abrindo a edição, o artigo de Domingos Marcelus Carias Rodrigues examina o papel do coordenador pedagógico na inclusão escolar. O autor destaca como esses profissionais enfrentam desafios e aplicam estratégias para promover um ambiente acessível e inclusivo para alunos com necessidades especiais.

Na sequência, Pollianny Ramos Lopes explora a importância da afetividade no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O estudo ressalta como o vínculo familiar e intervenções humanizadas impactam positivamente o crescimento cognitivo, emocional e comportamental dessas crianças, além de reforçar o papel de profissionais dedicados.

Entre as contribuições desta edição, Marcela Oliveira de Farias analisa a transformação das bibliotecas públicas na sociedade contemporânea. Focando em duas

bibliotecas de Campo Grande, o artigo destaca como estratégias de marketing e uso de novas tecnologias são essenciais para manter a relevância dessas instituições nas comunidades.

Dando continuidade, Moisaníel de Jesus Silva Costa avalia a relação entre transporte público e usuários em São Luís. O estudo evidencia como a qualidade dos serviços e o planejamento eficiente são fatores cruciais para melhorar a mobilidade urbana e atender às demandas da população.

Outro destaque é o artigo de Rhaquely Bentes de Sousa, que discute a responsabilidade civil do Estado em ações policiais. O autor examina os limites legais e as circunstâncias que excluem a ilicitude em condutas de agentes, trazendo reflexões sobre os desafios da responsabilização individual em contextos de risco.

O artigo de Raissa Fernandes Parreira explora a inserção de tecnologias digitais no ensino em saúde. A pesquisa analisa como essas ferramentas impactam a qualificação docente e contribuem para a modernização de práticas pedagógicas, apontando desafios e possibilidades no processo de aprendizado.

Ainda nesta edição, Mayra de Jesus Campos Guimarães Magalhães aborda o papel da enfermagem na identificação de riscos de depressão pós-parto durante o pré-natal. O artigo apresenta estratégias de suporte, enfatizando a inclusão da mulher e de sua rede de apoio como pilares fundamentais para a mitigação desse problema.

A pesquisa de Eduardo Sousa de Oliveira destaca a eficácia do teste Ácido Nucleico (NAT) na triagem de bolsas de sangue no Brasil. O estudo aponta como o NAT supera testes tradicionais devido à menor janela imunológica, garantindo maior precisão na segurança transfusional.

Encerrando com excelência, o artigo de Ligianara Veloso de Moura relata experiências de estágio supervisionado em Nutrição Social na cidade de Picos-PI. A autora descreve atendimentos nutricionais, desenvolvimento de materiais educativos e levantamento de dados, evidenciando a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação.

Convidamos os leitores a explorar os artigos apresentados, que oferecem reflexões relevantes e contribuem para a disseminação do conhecimento. Agradecemos a todos os envolvidos e desejamos uma ótima leitura.

Editor Responsável
Douglas dos Santos Borges

SUMÁRIO

O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: desafios e perspectivas

Domingos Marcelus Carias Rodrigues
Pauliane Aparecida de Moraes

..... PÁG. 08

A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO AFETIVO NO DESENVOLVIMENTO GLOBAL DE CRIANÇAS AUTISTAS: uma revisão bibliográfica.

Pollianny Ramos Lopes
Karina Leão de Mello

..... PÁG. 19

AS BIBLIOTECAS E O USO DAS MÍDIAS SOCIAIS E DAS NOVAS TECNOLOGIAS: análise bibliográfica e teórica sobre o trabalho, comunicação e marketing desenvolvidos pelas bibliotecas públicas brasileiras entre as décadas de 2010 e 2020

Marcela Oliveira de Farias
Daniela Moreno de Camargo

..... PÁG. 29

SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO EM SÃO LUIS-MA: uma revisão bibliográfica no contexto da mobilidade urbana

Moisaniel de Jesus Silva Costa
Welliton Glayco da Fonseca

..... PÁG. 48

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E OS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA: uma pesquisa bibliográfica

Rhaquely Bentes de Sousa
Luciano Borges Muniz

..... PÁG. 62

OS DESAFIOS NO USO DE TECNOLOGIA NO ENSINO EM SAÚDE: Uma análise a partir de pesquisa bibliográfica

Raissa Fernandes Parreira
Mailson Santos de Queiroz

..... PÁG. 70

A INFLUÊNCIA DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO NO PUERPÉRIO: uma revisão bibliográfica

Mayra de Jesus Campos Guimarães Magalhães
Pauliane Aparecida de Moraes

..... PÁG. 79

A IMPLEMENTAÇÃO DO TESTE ÁCIDO NUCLEICO NO BRASIL E A SUA IMPORTÂNCIA CIENTÍFICA PARA A SEGURANÇA TRANSFUSIONAL

Eduardo Sousa de Oliveira
Aracele Maria de Souza

..... PÁG. 93

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM NUTRIÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PICOS-PI: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ligianara Veloso de Moura
Aracele Maria de Souza

..... PÁG. 102

O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: desafios e perspectivas

Domingos Marcelus Carias Rodrigues¹
Pauliane Aparecida de Morais²

RESUMO: Este artigo explora o papel fundamental do coordenador pedagógico na promoção de práticas inclusivas no contexto escolar, abordando os desafios e as perspectivas para a educação inclusiva no Brasil. Fundamentado em legislações como a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o estudo destaca a importância de eliminar barreiras e garantir ambientes de aprendizagem acessíveis a todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades especiais. Com uma metodologia baseada em revisão bibliográfica, o trabalho analisa as funções do coordenador pedagógico, que evoluíram ao longo das décadas, passando de uma atuação supervisora para uma abordagem mais colaborativa e transformadora. O coordenador se torna essencial para mediar práticas inclusivas, apoiar os professores, e promover uma cultura escolar que valorize a diversidade. O estudo também aborda estratégias para superar os desafios da inclusão, como a formação continuada de docentes e a adaptação curricular, destacando a necessidade de colaboração entre toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Coordenação pedagógica. Professor.

ABSTRACT: This article explores the crucial role of the pedagogical coordinator in promoting inclusive practices within the school context, addressing the challenges and perspectives for inclusive education in Brazil. Grounded in legislation such as the 1988 Constitution and the Statute of the Child and Adolescent, the study emphasizes the importance of removing barriers and ensuring accessible learning environments for all students, especially those with special needs. Using a literature review-based methodology, the paper analyzes the evolving functions of the pedagogical coordinator, shifting from a supervisory role to a more collaborative and transformative approach. The coordinator becomes essential in mediating inclusive practices, supporting teachers, and fostering a school culture that values diversity. The study also discusses strategies to overcome inclusion challenges, such as ongoing teacher training and curriculum adaptation, underscoring the need for collaboration across the entire school community.

Keywords: Inclusive education. Pedagogical coordination. Teacher.

1 INTRODUÇÃO

¹ Pós-graduado em Gestão Escolar Integrada com Ênfase em Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar pela Faculdade Famart. E-mail: domarcelus@gmail.com

² Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itaúna-MG. Graduada em Psicologia, Especialista em Psicopedagogia e Mestre em Educação.

A educação inclusiva está embasada em legislações que garantem os direitos dos estudantes com deficiência, como a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1988; BRASIL, 2005). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reforça a necessidade de eliminar barreiras e criar ambientes de aprendizagem adequados (BRASIL, 2008).

Considerando que, acima de tudo, a questão da inclusão deve ser vista como um direito constitucional, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o papel do coordenador pedagógico na promoção de práticas inclusivas, evidenciando os desafios enfrentados e as estratégias implementadas para garantir a participação efetiva de alunos com deficiência. A problematização que orienta esta pesquisa se concentra na questão de como a coordenação pedagógica pode contribuir para a educação inclusiva e, ao mesmo tempo, superar as barreiras comuns que dificultam o atendimento a alunos com necessidades especiais. Diante disso, a metodologia adotada para este estudo é de natureza bibliográfica, englobando uma revisão de literatura que se baseia em artigos, dissertações e documentos oficiais pertinentes à gestão educacional e à inclusão. Essa abordagem permite uma análise aprofundada das práticas e políticas que sustentam a atuação do coordenador pedagógico no contexto inclusivo.

A justificativa para a realização deste estudo se fundamenta na crescente demanda por inclusão nas escolas, destacando a importância de capacitar a coordenação pedagógica para lidar com essa realidade complexa (AZEVEDO; CUNHA, 2008). Em um cenário educacional em que a diversidade é cada vez mais reconhecida como um valor, a atuação eficaz do coordenador pedagógico se torna essencial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade. Assim, ao abordar essa temática, este trabalho busca não apenas contribuir para a formação de profissionais mais preparados, mas também para a reflexão crítica sobre as práticas inclusivas nas instituições de ensino.

2 DESENVOLVIMENTO

A educação inclusiva no Brasil está firmemente embasada em um arcabouço legal que visa garantir o direito de todos os estudantes à aprendizagem e ao desenvolvimento,

independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais. Nesse contexto, o coordenador pedagógico tem um papel central na implementação das práticas inclusivas, atuando como facilitador para a adaptação de metodologias e currículos, mediando o trabalho entre professores, alunos e a comunidade escolar. Contudo, existem obstáculos para a implementação das práticas necessárias para a inclusão. No desenvolvimento deste trabalho, serão apresentadas algumas estratégias.

2.1 Educação Inclusiva e Marcos Legais no Brasil

A educação inclusiva é essencial para garantir a equidade no sistema educacional. Segundo o documento do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2005), Art.15: “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e a dignidade como seres humanos em processo de desenvolvimento (...)” e continua no art. 53: “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa (...) assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (...)”. Afirma a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), no Art. 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família (...)” e no Art. 208, inciso 111: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

As legislações buscam promover práticas que assegurem a aprendizagem de todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades especiais. Nesse contexto, a coordenação pedagógica tem um papel central em implementar e supervisionar essas práticas inclusivas (DIVERSA, 2024).

A realidade da exclusão é muito bem tratada por Azevedo; Cunha (2008), ao afirmar que:

“[...] A prática da exclusão é a constatação de que a escola como está, quer a padronização das pessoas, em critérios dominantes. É necessário e urgente que o projeto político pedagógico seja construído e reavaliado constantemente visando às singularidades dos indivíduos, pois não basta assegurar o acesso à escola para todos, é fundamental ainda garantir a permanência e o sucesso destes educandos, sejam eles portadores de necessidades educativas especiais ou não. Cabe a nós, enquanto educadores, respeitarmos as diferenças, aceitarmos os desafios, sermos comprometidos e competentes para atendermos a todos em suas diversidades, sem qualquer tipo de distinção; ao invés de reforçarmos as diferenças, devemos enfatizar as potencialidades de cada indivíduo.”

Um outro documento essencial para uma análise detalhada sobre essa temática é a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9394/96) (BRASIL, 1996), que busca

orientar a mudança de direções na legislação educacional, juntamente com diversos documentos complementares e adicionais. Também se destacam os Parâmetros Curriculares Nacionais para os diferentes níveis de ensino. A educação deve proporcionar aos alunos a oportunidade de explorar a si mesmos e aos outros, em uma perspectiva de intercâmbio e mediação de conhecimentos, habilidades, valores, atitudes e afetividades, visando promover uma convivência saudável e humanizadora. Aprender a viver em conjunto torna-se essencial, valorizando e respeitando as diferenças por meio do pluralismo de valores, crenças, ideias, costumes e modos de ser, agir e viver (AZEVEDO; CUNHA, 2008).

2.2 O Papel do Coordenador Pedagógico na Implementação de Práticas Inclusivas

Num estudo realizado recentemente, sobre a trajetória do coordenador pedagógico e suas funções, é possível notar que, no passado, as responsabilidades desse papel eram desempenhadas por diretores, professores e assistentes de direção. Nos anos 1970, surgem os coordenadores pedagógicos, que eram conhecidos, na época, como supervisores ou orientadores pedagógicos, com a principal função de lidar com a adaptação escolar dos alunos que apresentavam dificuldades de disciplina ou no processo de aprendizagem. Já na década de 1990, o termo "coordenador pedagógico" passa a ser utilizado, mas as atribuições continuaram a incluir tarefas de supervisão e orientação, o que faz com que, ainda hoje, exista uma associação de suas funções com as dos supervisores pedagógicos, gerando, por vezes, conflitos na relação com os professores.

Porém, o papel do coordenador pedagógico vai muito além dessa concepção tradicional. O dia a dia desse profissional é marcado por uma atuação multifacetada, que o coloca como agente de transformação na escola. Ele é responsável pela construção e adaptação contínua da ação pedagógica, buscando promover uma aprendizagem significativa para os alunos por meio da articulação e desenvolvimento coletivo do Projeto Político Pedagógico. Para alcançar esses objetivos, o coordenador deve ser um educador comprometido, atento ao caráter pedagógico das relações de ensino dentro da escola. Sua missão inclui apoiar os professores na ressignificação de suas práticas, fortalecendo a autonomia docente e incentivando o trabalho colaborativo. Para isso, é essencial que ele

tenha clareza sobre suas principais responsabilidades e esteja preparado para transformar a prática pedagógica em parceria com os educadores (CHAGAS; MATTOS; SANTOS, 2021).

Tratando do papel do coordenador pedagógico no contexto escolar e suas atribuições à prática docente, Silva (2019) expõe que:

“[...] O coordenador pedagógico é, antes de tudo, um professor que, de modo diferente dos demais professores, deve responder pelas obrigações que lhe foram confiadas, a saber: “a operacionalização do acompanhamento de seus companheiros de profissão, dos índices da escola e do desenvolvimento dos processos escolares como um todo.”

O coordenador pedagógico é responsável por mediar práticas inclusivas e colaborar com a formação de professores. A coordenação pedagógica deve promover uma cultura inclusiva e oferecer suporte técnico e pedagógico para o corpo docente (DIVERSA, 2024).

O papel do coordenador pedagógico é crucial na integração e articulação do trabalho pedagógico, interagindo diretamente com professores, alunos e pais. Sua principal responsabilidade é auxiliar o corpo docente no desenvolvimento de práticas de ensino que favoreçam novas situações de aprendizagem, apoiando também os alunos, especialmente aqueles com deficiências ou dificuldades de aprendizagem, através de atendimentos diferenciados e da articulação de estratégias que minimizem essas dificuldades. Além disso, cabe ao coordenador criar um ambiente escolar inclusivo, promovendo a participação e envolvimento dos alunos em atividades pedagógicas, científicas, sociais e culturais, garantindo sua integração ao contexto escolar.

A relação com as famílias também é uma atribuição importante do coordenador, que deve promover a parceria entre escola e família por meio de programas e atividades de integração, além de acompanhar o desempenho escolar e participar dos conselhos escolares. Ele é responsável, ainda, por propor estudos e revisões do Projeto Político Pedagógico, garantir a unidade da ação pedagógica e supervisionar aspectos organizacionais, como reuniões pedagógicas, organização de turmas e materiais didáticos. Para atuar efetivamente, o coordenador precisa se manter atualizado sobre as leis e diretrizes que envolvem a Educação Inclusiva e Especial, assegurando uma prática educativa inclusiva e adaptada às necessidades da comunidade escolar (CHAGAS; MATTOS; SANTOS, 2021).

Em relação ao processo de inclusão escolar, o coordenador pedagógico é essencial para o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), oferecendo suporte ao corpo docente e mediando práticas inclusivas. Esse papel vai além de

simplesmente matricular o aluno na escola, exigindo a colaboração de toda a comunidade escolar para garantir resultados positivos. Todos os profissionais da escola compartilham a responsabilidade pelo desenvolvimento do aluno, cabendo ao coordenador promover reflexões sobre práticas pedagógicas e buscar estratégias que favoreçam a inclusão.

A formação continuada dos educadores é um aspecto crucial, pois estimula a reflexão sobre a prática docente e o desenvolvimento de novas abordagens teóricas. A prática é o fundamento e critério de validade da teoria, destacando a necessidade de ajustes constantes para atender às demandas dos alunos com NEE. O coordenador deve trabalhar em parceria com professores e famílias, apoiando-os nas adaptações necessárias e oferecendo recursos que promovam o crescimento e a inclusão efetiva. Assim, o coordenador atua como o alicerce do processo, garantindo que os envolvidos sintam-se sempre amparados e apoiados (CHAGAS; MATTOS; SANTOS, 2021).

2.3 Desafios para a Implementação de Práticas Inclusivas

Diversas barreiras surgem na implementação de práticas inclusivas, tais como a resistência dos professores, a falta de formação adequada e a escassez de recursos. A formação inicial dos professores muitas vezes não prepara adequadamente para o trabalho inclusivo, gerando lacunas que o coordenador pedagógico precisa preencher.

De acordo com Azevedo e Cunha (2008):

“[...] Os professores sentem-se totalmente despreparados para esta realidade inclusiva, e têm apresentado dificuldade em vislumbrar o trabalho pedagógico, como tarefa sua independente de quaisquer outras necessidades que o aluno possa apresentar, sejam elas físicas, clínicas, psicológicas ou social que deverão ser acompanhadas por outros profissionais que não irão, de forma alguma, substituí-lo em seu fazer pedagógico nem tão pouco ocultá-lo. Partindo disto, o educador deve oportunizar-se uma prática reflexiva, uma mudança de postura, diante das legislações que regem a inclusão, para que esta não seja vista como uma imposição, mas como uma garantia aos direitos de todos a uma educação de qualidade não excludente.”

Em pesquisa realizada com professores, Sant'Ana (2005) afirma que “os professores estão cientes de não estarem preparados para a inclusão, não aprenderam as práticas educacionais essenciais à promoção da inclusão e precisariam do apoio de especialistas” (SANT'ANA, 2005, p. 233).

Um grande desafio para a coordenação pedagógica é a gestão dos recursos, onde o coordenador deve apoiar o gestor, principalmente em situações de escolas públicas, para um melhor planejamento dos gastos. Em pesquisa realizada, Freitas (2014, p. 29-30), ele afirma que:

“[...] Esse planejamento e gestão de recursos, no que diz respeito à inclusão escolar, se faz necessário, uma vez que relatos de pesquisas demonstram que os recursos vão sendo providenciados à medida que surgem os alunos e suas necessidades. Ademais, a burocracia do provimento de recursos nos órgãos públicos, quando não planejado, tende a deixar professores e crianças em longa espera para que se efetive a educação de qualidade. O planejamento de recursos proporciona equipar as escolas previamente, e isso favorece a inclusão escolar, pois não gera a dependência de ter o aluno com NEE para só depois providenciar os recursos necessários. Uma escola preparada para acolher e ensinar a todos os alunos favorece a educação na perspectiva inclusiva, garantindo a possibilidade de atender a todos os alunos, onde o recurso adquirido não é da EE e de seus alunos, e sim de toda a escola e de todos os alunos.”

A avaliação inclusiva é um dos grandes desafios no processo de inclusão. Numa análise sobre o processo de avaliação inclusiva, Jesus (2004) realizando uma pesquisa de campo, conclui que os dados evidenciam a natureza processual do trabalho e as dificuldades de transitar de uma avaliação focada em especialistas para uma que considere as condições de ensino e aprendizagem. A formação não ocorre antes da mudança, ela se desenvolve ao longo do processo, sendo gerada por meio do esforço de inovação e na busca pelas melhores abordagens para promover a transformação escolar (JESUS, 2004, p. 44).

2.4 Estratégias para Superação dos Desafios na Educação Inclusiva

Para superar os desafios, o investimento em formação continuada e a adaptação curricular são fundamentais (DIVERSA, 2024; JESUS, 2004). O uso de tecnologias assistivas e o trabalho colaborativo entre coordenadores, professores e famílias podem facilitar o processo de inclusão (AZEVEDO; CUNHA, 2008).

Atualmente, os gestores desempenham um papel fundamentado na realidade concreta, desenvolvido ao longo de suas práticas, que refletem as necessidades do contexto educacional. Como uma prática social, a educação deve ultrapassar as fronteiras da escola, buscando a objetividade e subjetividade, além de abranger todos os aspectos do processo educativo.

A equipe de gestão tem o papel de trabalhar em conjunto com os educadores para construir esforços coletivos que promovam uma educação transformadora, baseada em

princípios éticos, humanistas e reflexivos. É essencial que a equipe escolar estabeleça laços e relações dentro dos espaços educativos para garantir que o processo de ensino seja contínuo e colaborativo.

No contexto do Projeto Político-Pedagógico, fica evidente que a educação deve priorizar os estudantes, proporcionando uma "Educação para Todos", onde todos tenham iguais oportunidades de acesso, permanência e sucesso na escola. Cabe aos gestores conduzir as discussões relacionadas à educação inclusiva, mediando os esforços para garantir que essa inclusão seja efetiva para todos os alunos (AZEVEDO; CUNHA, 2008).

Após a realização de pesquisa com coordenadores, Chagas, Mattos e Santos (2021) chegaram a conclusão que:

“[...] É muito importante a realização da formação continuada no processo de inclusão, principalmente quando vemos que através da formação, há busca pela mudança das ações através da reflexão da nossa prática, subsidiada pela teoria. E devemos, como coordenador pedagógico, nos conscientizar desses fatores e compreender a importância de investir na formação dos nossos professores e colaborar de maneira efetiva com o seu trabalho.”

Em estudo realizado sobre a coordenação pedagógica e sua relação com a inclusão educacional, Rosário e Papi (2023) destacam que:

“[...] Cursos de Pedagogia abordam fragilmente questões inerentes aos saberes/fazeres necessários à inclusão. Portanto, a formação continuada no ambiente de trabalho é essencial, mas está condicionada à falta de tempo, que por vezes é ocupado com questões de caráter administrativo que acabam não permitindo que a formação se desenvolva.”

O professor de Educação Física, por exemplo, enfrenta desafios muito particulares no exercício de sua disciplina, frente aos alunos com necessidades especiais. Este docente precisa de todo o apoio da coordenação, pois ele precisa criar situações em que o aluno com deficiência se sinta importante, capaz de realizar o exercício, ficando realizado por conquistar o objetivo da aula. A ação do professor é determinante para a inclusão dos alunos com deficiência (WOLSKI; VARGAS; LOPES, 2021)

É de suma importância o coordenador pedagógico apoiar seus professores no processo de inclusão, especialmente diante das mudanças que esse processo acarreta. Essas transformações frequentemente geram inquietações e desafios que precisam ser superados, tornando o coordenador um pilar fundamental na comunidade escolar. O apoio do coordenador é crucial para que os docentes compreendam a necessidade dessas mudanças e

trabalhem em colaboração para que os resultados sejam positivos. É fundamental que o coordenador atue como parceiro, auxiliando os professores nas diversas demandas, como a elaboração de avaliações, planejamento de aulas e adaptações de materiais para alunos com necessidades educacionais especiais. Sem esse suporte, os desafios podem parecer insuperáveis, levando os professores a se sentirem desmotivados e impotentes, o que pode resultar em fracassos no processo de inclusão. (AZEVEDO; CUNHA, 2008)

3 CONCLUSÃO

O presente trabalho reforçou a importância do papel do coordenador pedagógico na promoção da educação inclusiva, evidenciando os desafios e as perspectivas enfrentadas no cotidiano escolar. A análise das práticas e políticas educacionais revela que, embora o arcabouço legal brasileiro estabeleça diretrizes para garantir a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, a efetivação desses direitos depende do envolvimento ativo da coordenação pedagógica. O coordenador, ao articular e mediar ações entre professores, alunos e famílias, torna-se um agente crucial para transformar a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo, assegurando que as práticas pedagógicas respeitem as singularidades e potencialidades de cada aluno.

Entretanto, o sucesso dessas práticas inclusivas enfrenta obstáculos significativos, como a resistência dos educadores, a insuficiência de recursos materiais e a necessidade de uma formação continuada que capacite os professores para lidar com a diversidade. Nesse contexto, a formação permanente e o trabalho colaborativo se apresentam como estratégias indispensáveis para superar essas barreiras e promover uma cultura inclusiva na escola. Além disso, é necessário que o coordenador pedagógico colabore com a gestão escolar para garantir que os recursos sejam bem planejados e alocados, proporcionando um ambiente acessível e adaptado a todos.

Portanto, a pesquisa conclui que o fortalecimento das práticas inclusivas requer uma atuação proativa e multifacetada do coordenador pedagógico, que deve atuar não apenas como supervisor das atividades educacionais, mas também como um líder comprometido com a transformação do ambiente escolar. Ao adotar essa postura, o coordenador pode contribuir efetivamente para a construção de uma educação mais justa e equitativa,

promovendo o desenvolvimento integral de todos os alunos e garantindo que a escola cumpra seu papel social de ser inclusiva e acolhedora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, M. A. R.; CUNHA, G. R. **Gestão escolar e educação inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola**. Revista Educação: teoria e prática, Rio Claro, v. 18, n. 31, p. 53-72, jul./dez. 2008. Disponível em:

<<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/viewFile/2204/1929>>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: disposições constitucionais pertinentes: Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990**. 6ed. – Brasília: Senado Federal: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão Revista da Educação Especial, Brasília, v. 4, n. 1, p. 9-17, jan./jun. 2008.

CHAGAS, N. M. L.; MATTOS, M. J.; SANTOS, G. A. C. **Coordenador pedagógico à frente dos desafios da educação inclusiva**. Cairu em Revista, Ano 10, n. 16, p. 45-62, jun./jul. 2021. ISSN 2237-7719.

DIVERSA. **O papel da coordenação pedagógica na educação inclusiva**. Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/o-papel-da-coordenacao-pedagogica-na-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 12 out. 2024.

FREITAS, F. P. M. **Gestão e inclusão escolar: a formação do gestor escolar no programa “Educação inclusiva: Direito à diversidade” (2003-2013)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unicentro, Guarapuava, 2014.

JESUS, Denise Meyrelles de. **Atuando em contexto: O processo de avaliação numa perspectiva inclusiva**. In: Psicologia & Sociedade, 16. p. 37-49, 2004.

ROSÁRIO, G. C. S.; PAPI, S. O. G. **A coordenação pedagógica e sua relação com a inclusão educacional: uma revisão integrativa**. Revista Valore, v. 8, p. 1-15, jun. 2023. DOI: 10.22408/reva8020231191e-8066.

SANT'ANA, M. I. **Educação Inclusiva: Concepções de professores e diretores.** In: Psicologia em Estudo. Maringá, v. 10, n. 2. p. 227-234, 2005.

SILVA, E. F. **O papel do coordenador pedagógico no contexto escolar e suas contribuições à prática docente.** Revista Educação Especial, [S. l.], 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/2318133836808>. Acesso em: 13 out. 2024.

WOLSKI, B.; VARGAS, P. P. I.; LOPES, P. B. **O processo de inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física sob a perspectiva de professores do Município de Araucária/PR.** Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 34, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X64538>. Acesso em: 13 out. 2024.

A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO AFETIVO NO DESENVOLVIMENTO GLOBAL DE CRIANÇAS AUTISTAS: uma revisão bibliográfica.

Pollianny Ramos Lopes¹
Karina Leão de Mello²

RESUMO: O presente estudo explana sobre a importância da conexão afetiva para o desenvolvimento global de crianças com transtorno do espectro autista. Por meio de análise na literatura foi possível destacar, em primeiro lugar, a contribuição significativa do vínculo familiar e posteriormente, a intervenção humanizada e qualificada de profissionais da saúde para crianças com TEA que, deve contribuir de maneira significativa para o melhor desempenho e comportamento dessas crianças. Conclui-se que, um aspecto ressaltante para o tratamento eficaz do autismo sem dúvida é a afetividade. O carinho, cuidado, atenção e dedicação recebidos no ambiente familiar, influenciam de forma imprescindível ao seu desenvolvimento cognitivo, emocional, motor e conseqüentemente, comportamental, por ser o ambiente de primeiro e maior contato da criança com TEA em seu dia a dia. Além disso, Professores e Profissionais da Saúde, como por exemplos: Educação Física, Terapeutas Ocupacionais, Psicomotricistas e Fisioterapeutas também deverão dedicar igual sentimento às crianças com TEA, de maneira estimuladora e desafiadora, fora do ambiente doméstico. Enriquecendo, dessa maneira, o vínculo afetivo por meio de intervenções mais agradáveis e pensadas nas necessidades de cada criança com TEA. Vale destacar que, de maneira geral, o ser humano é dotado de forças cognitivas diversas, logo, não devemos realizar comparações equivocadas em crianças com TEA, mas acreditar e investir em suas distintas habilidades.

Palavras-chave: Autismo. Afetividade. Desenvolvimento. Família. Comportamento.

ABSTRACT: The present study explains the importance of the affective connection for the global development of children with autism spectrum disorder. Through analysis in the literature, it was possible to highlight, firstly, the significant contribution of the family bond and, subsequently, the humanized and qualified intervention of health professionals for children with ASD, which should significantly contribute to the better performance and behavior of these children. It is concluded that, without a doubt, an outstanding aspect for the effective treatment of autism is affectivity. The affection, care, attention and dedication received in the family environment, have an essential influence on their cognitive, emotional, motor and, consequently, behavioral development, as it is the environment of first and greatest contact of children with ASD in their daily lives. In addition, Teachers and Health Professionals, such as: Physical Education, Occupational Therapists, Psychomotorists and Physiotherapists should also dedicate the same feeling to children with ASD, in a stimulating and challenging way, outside the home environment. Enriching in this way, the

¹ Pós-graduada em Psicomotricidade Institucional e Clínica pelo Instituto IPB. E-mail: pollianny.lopes@hotmail.com

² Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itáúna–MG. Graduada em Ciências, Matemática e Pedagogia. Mestra em Educação.

affective bond through more pleasant interventions and thought about the needs of each child with ASD. It is worth noting that, in general, human beings are endowed with diverse cognitive strengths, so we should not make mistaken comparisons in children with ASD, but believe and invest in their different abilities.

Keywords: Autism. Affectivity. Development. Family. Behavior.

1 INTRODUÇÃO

O autismo (TEA) é distúrbio no neurodesenvolvimento que geralmente surge até os três primeiros anos de vida e compromete, principalmente, as habilidades de comunicação, interação social, afetando diretamente no comportamento dessas crianças (FIORE-CORREIA & LAMPREIA, 2012; AGUIAR, 2015).

Dentro do espectro autista, podemos depararmo-nos com diferentes manifestações de contato, que vão desde a aceitação no próprio convívio familiar com demonstrações de carinho, afeto e diálogos, até uma total renúncia às tentativas de aproximação externa (MOLLICA, SANTOS, 2017).

Ter uma criança com TEA implica numa mudança completa na rotina do lar, pois o autismo requer uma dedicação especial por parte de todos os membros da família, e em sua maioria, apresenta dificuldade na aceitação, ou não apresentam o devido conhecimento e tratamento para este transtorno neuroatípico. Ocasionalmente um atraso expressivo no desenvolvimento dessas crianças (MOLLICA, SANTOS, 2017). Comprovando assim, a incessante necessidade de investigação sobre o tema que tanto chama a atenção da população, que associa o autismo às estereotípias clássicas do TEA (FIORE-CORREIA & LAMPREIA, 2012; MOLLICA, SANTOS, 2017).

Diante do aumento acerca da identificação precoce dos primeiros sinais do TEA, antes mesmo dos dois primeiros anos de vida, intervenções de caráter desenvolvimentista visam compreender o desenvolvimento de crianças autistas sob comparação do mesmo processo, sendo de crianças neurotípicas, de modo a reverter ou amenizar dificuldades iniciais, minimizando as chances de desenvolver ao longo do tempo, outras dificuldades cognitivas, motoras e relacionais (LAMPREIA & LIMA, 2008; FIORE-CORREIA & LAMPREIA, 2012).

Entre os aspectos relevantes para o desenvolvimento cognitivo e motor das crianças autistas, estão os laços afetivos e a inclusão social (MOLLICA, SANTOS, 2017).

O ambiente social é responsável por grandes transformações, e é no convívio social que ocorre o desenvolvimento de suas potencialidades, por meio de estímulos variados e contínuos. Em contrapartida, a ausência de uma dinâmica comunicativa, para além da compreensão das emoções e sentimentos, existe também, o compartilhar do mesmo espaço com o outro, sendo este neuroatípico ou não. Demonstrando dessa maneira que, tais aspectos interferem diretamente no desenvolvimento global de crianças com TEA, por influenciarem na autoconfiança dessas crianças e na autopercepção do ambiente. Pois, cada espaço de convivência, provoca reações diferentes e internas nessas crianças, além do toque físico nas brincadeiras e atividades direcionadas para o seu desenvolvimento global (TEIXEIRA, 2006).

Segundo Teixeira (2016), da mesma maneira que existem crianças que interagem naturalmente e frequentam lugares com grande concentração de pessoas – sem apresentar problema algum, existem casos de crianças com autismo mais severo, onde a multidão, luzes e sons tornam-se insuportáveis, ocasionando reações imprevisíveis tais como: birras, autoagressões, choro intenso ou gritos e tentativa de isolamento.

Esta ausência de comunicação social é considerada como uma síndrome comportamental que impede o relacionamento de crianças com TEA em estar contato com outras pessoas. Tendo em vista os cuidados especiais que devem receber essas crianças. Sendo necessária uma dinâmica familiar e escolar, voltada a todos os aspectos do seu desenvolvimento, visando abrandar a exclusão social ao qual elas estão sujeitas (TEIXEIRA, 2006).

E dentro da relação familiar deve existir espaço para o sentimento de segurança e pertencimento, indispensáveis para o relacionamento com o mundo externo. Esta dinâmica resultará em confiança, indispensável para o seu relacionamento fora do convívio familiar, principalmente no convívio escolar e outros ambientes. Dessa maneira, temos o estímulo afetivo como à base para novas conquistas e desenvolvimento cognitivo e motor das crianças com transtorno de espectro autista, dentro e fora do ambiente doméstico (MOLLICA, SANTOS, 2017).

Assim, o objetivo desse estudo foi demonstrar a importância do vínculo afetivo no desenvolvimento global de crianças autistas, por meio de uma revisão bibliográfica, de caráter exploratório e com abordagem qualitativa.

Desse modo, para a sua realização, foi necessária a leitura e análise de artigos científicos, totalizando 18. Publicados em revistas especializadas sobre o tema deste estudo, as quais estão indexadas em bases eletrônicas: *Scielo e Webartigos*.

Este tema foi escolhido em decorrência de sua relevância, pois mesmo diante de cuidados técnicos e clínicos validados pela ciência, ainda sim, incorporar práticas mais humanizadas, no sentido de envolver a criança com TEA emocionalmente, demonstra a importância de um tratamento mais completo. Uma vez que, encontramos uma diversidade de pacientes que beneficiam-se com esse tratamento mais civilizado, justamente por promover acolhimento e conseqüentemente, maior expectativa de vida para esse público.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 AUTISMO NO CONTEXTO FAMILIAR E AFETIVIDADE

Proporcionar uma educação familiar que permita um convívio social com menos ruídos na comunicação, com respeito do espaço e papel de cada membro, apresentando bom suporte educacional e uma formação escolar de qualidade, exige uma expressiva demanda física, emocional e financeira. E é por meio da afetividade, do bom acolhimento, que esses aspectos fluem. Nesse contexto, a criança autista estará preparada para criar novos laços sociais (SILVA, 2009; MOLLICA, SANTOS, 2017).

Dentro da dinâmica familiar nem sempre todos os membros têm uma vida saudável. Apresentando diferenças de pensamentos e ações que podem contribuir ou desestruturar este ambiente, seja por ciúme, instabilidade emocional ou devido à intensa necessidade de cuidados especiais, por um ou mais membros que a compõe (MOLLICA, SANTOS, 2017).

Nesse sentido, ter uma criança autista é levar em consideração seus aspectos particulares de compreensão e interação com o mundo. Passando a existir uma força tarefa em torno dela: preocupações sobre a sua genética, personalidade, futuro, amor, medo e carinho, estereotípias, comportamento e interação social. E dentro dessa dinâmica familiar, pode acontecer mudanças em relação aos aspectos afetivos-emocionais de seus cuidadores e como consequência, ocorrem prejuízos na psicodinâmica familiar (MONTE, PINTO, 2015).

Investir no desenvolvimento da criança com TEA é fundamental para que se instale paulatinamente a autoconfiança, por meio do incentivo e relação mãe-criança autista ou cuidador-criança autista. Dessa maneira, é possível obter resultados positivos na fala e

comportamento, devido à afetividade recebida por esta criança na família que aceita a sua condição e procura a acolhê-la paralelamente às intervenções de profissionais qualificados. Acreditando na sua evolução progressiva e desenvolvimento de suas potencialidades (MOLLICA, SANTOS, 2017).

Um problema enfrentado pelas famílias com criança autista é o julgamento e pré-conceito que uma parte da sociedade realiza, comprometendo a autoconfiança e interação social tanto da criança como também, de seus cuidadores. A família desfavorecida de suporte emocional e financeiro, vivencia a desvalorização e a exclusão dessa criança em ambientes onde ela deveria ser acolhida e socializar normalmente (MONT, PINTO, 2015).

Quando a criança autista recebe os devidos cuidados, começando pelo suporte familiar, ela será mais autoconfiante e independente. Sendo a afetividade o caminho indispensável no seu desenvolvimento cognitivo, emocional, motor e comportamental. E quando o esforço familiar atrelado às intervenções profissionais qualificadas é unificado, significa que a sua comunicação, inter-relação com pessoas e ambientes, e por fim, a sua forma de conectar-se com o mundo, será enriquecedora e mais proveitosa em todos os sentidos (SCHMIDT, 2024; MOLLICA, SANTOS, 2017).

2.2 AUTISMO E INTERAÇÃO SOCIAL

É sabido que uma das primeiras e mais afetada área do desenvolvimento de crianças com TEA é a comunicação, o que afeta diretamente na interação social (BOSA, 2001).

Sendo um desafio intrínseco delinear acerca do valor afetivo de crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista, devido esses sujeitos enfrentarem dificuldades significativas em suas próprias relações com o mundo. A influência mútua social é um dos principais componentes comprometidos em pessoas com TEA, pois o contato físico pode conceber aproximação ou causar repúdio por parte delas (MARINO, MERKLE, 2009; PIECZARKA, VALDIVIESO, 2021).

Quando há comprometimento e compreensão sobre o processo de interação de crianças com TEA com ambientes externos ao doméstico, envolvendo também os profissionais que acompanham seu desenvolvimento, pode-se construir um processo de ensino-aprendizagem-desempenho-desenvolvimento global menos evasivo e assim, promover

acolhimento e respeito, dentro do tempo resposta de cada criança com TEA (PIECZARKA, VALDIVIESO, 2021).

Com base nas defesas de grandes estudiosos em psicologia comportamental-relacional como por exemplos, Piaget e Vigotski, temos que interação social é essencial e determinante no processo de aprendizagem, como também no desenvolvimento global humano, pois ela exerce uma influência recíproca, de ação dialética com o mundo. Significa dizer que, quanto mais significativa e intensa for à relação, mais ela favorecerá o desenvolvimento e a aprendizagem da criança (PIECZARKA, VALDIVIESO, 2021).

Não obstante, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, considera que um transtorno de neurodesenvolvimento que ocasiona comprometimento nas interações sociais, pode provocar isolamento e desinteresse pelo outro e dentro desse aspecto, o autismo gera uma relação atípica a objetos, eventos, lugares e pessoas (PIECZARKA, VALDIVIESO, 2021).

De acordo com uma observação de algumas crianças com TEA por Kanner (1943), constatou que essa condição de isolamento extremo, obsessividade, estereotípias e ecolalia são fortes evidências que crianças autistas apresentariam uma dificuldade inata na relação emocional com outras pessoas e ambientes.

Em paralelo, temos os achados de Baron-Cohen *et al.* (1985) onde explicam por meio da teoria cognitiva que, a dificuldade de comunicação interação de crianças com TEA é originalmente cognitiva. Dentro dessa perspectiva, a criança com TEA apresenta déficits na percepção dos estados mentais das outras pessoas, onde pressupõem-se que, esse reconhecimento envolve uma habilidade mental fruto de mecanismos cognitivos complexos (PIECZARKA, VALDIVIESO, 2021).

Nas perspectivas de Dawson (1989) e Hobson (1986; 1989; 2010), temos a teoria afetiva que compreende o autismo com característica de incapacidade inata de estabelecer contato emocional com outras pessoas, já que elas não elaboram efetivamente as próprias emoções. A ausência, em sua maioria, do componente reciprocidade interfere em seu desenvolvimento, visto que sem a elaboração do eu e do outro, é difícil estabelecer interação, o que ocasiona falhas no reconhecimento das emoções e intencionalidade do outro, bem como em processos de abstração e simbolização.

Evidências científicas demonstram importantes diferenças entre indivíduos autistas, sobretudo, relacionadas às particularidades do seu desenvolvimento global. Assim, faz-se

necessário entender a relação desses componentes do funcionamento intrínseco do indivíduo e sua interação com o meio. Fomentando possibilidades eficientes e eficazes na dinâmica comunicação e interação, ensino e aprendizagem, conexão e desenvolvimento (PIECZARKA, VALDIVIESO, 2021).

2.3 AUTISMO E O PAPEL DAS DINÂMICAS PEDAGÓGICAS DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL

Devido às condições limitadas neurofuncionais e afetivas em crianças autistas, estabelecer interação delas com pessoas e ambientes é um trabalho desafiador (PIECZARKA, VALDIVIESO, 2021).

Qualquer proposta de intervenção educativa desenvolvimentista deve esperar-se no poder da conexão afetiva entre o cuidador-criança e todos os profissionais, em especial, de saúde que estão envolvidos com o desenvolvimento dela (PIECZARKA, VALDIVIESO, 2021).

No tocante a relação professor-aluno, cuja preocupação é retirar a criança da condição de isolamento e permitir um ambiente rico em aprendizagens, qualquer que seja a programação desenhada, essa dependerá do firmamento de uma ação educativa que envolva respeito, paciência, vínculo afetivo de qualidade e pautado na necessidade da criança com TEA. Quanto mais significativa for essa relação, maiores serão as oportunidades de promover práticas inclusivas com respostas positivas (BEREOHFF, 1993).

Para um trabalho mais efetivo, deve-se investir em intervenções pautadas numa organização pedagógica, onde a subjetividade esteja presente. Significar dizer, faz-se necessário abraçar desejos, sentimentos, emoções e esquemas afetivos construídos ao longo do tempo, sob diferentes contextos de convivência pelas crianças com TEA (PIECZARKA, VALDIVIESO, 2021).

Nessa perspectiva, estabelecer um processo educativo para a inclusão é evidenciar a importância singular da criança e desenvolver a sua autonomia e integridade intelectual, utilizando artifícios que permitam desenvolver suas potencialidades, habilidades e competências motoras. Pensando em garantir o bem-estar emocional, intelectual e comportamental das crianças autistas (PIECZARKA, VALDIVIESO, 2021).

A dinâmica pedagógica deve permitir ligações afetivas, de modo que a criança aprenda, desenvolva-se e consiga conectar-se da melhor forma possível com o mundo, dentro da sua limitação biopsicossocial (PIECZARKA, VALDIVIESO, 2021).

No Brasil, ainda é pouco conhecida, mas países como Estados Unidos e Inglaterra têm utilizado como base para as intervenções, a abordagem desenvolvimentista, essa por sua vez, compreende o desenvolvimento de crianças autistas sob comparação do mesmo processo, sendo de crianças neurotípicas, de modo a reverter ou amenizar dificuldades iniciais, minimizando as chances de desenvolver ao longo do tempo, outras dificuldades cognitivas, motoras e relacionais (FIORE-CORREIA & LAMPREIA, 2012).

Portanto, propostas que evidenciem a importância do vínculo afetivo para crianças com TEA, torna-se a base de todo trabalho construtivista pedagógico, e a maneira pela qual esse vínculo se estabelece, definirá o modo de integração desse sujeito no meio educacional e social. Sendo essa interação a principal via para fundamentar a construção do conhecimento de si próprio e do mundo (PIECZARKA, VALDIVIESO, 2021).

Vale ressaltar que, as demandas que permeiam o espectro autista transpõem por diferentes aspectos e abordagens. Compreender as dinâmicas e complexidades sobre como a criança autista se relaciona com o mundo é parte fundamental para a promoção do seu desenvolvimento global e processo de aprendizagem (PIECZARKA, VALDIVIESO, 2021).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um número expressivo de famílias no mundo convive com o Transtorno do Espectro Autista. De acordo com o Centro de Controle de Doenças (EUA), 1 a cada 36 crianças aos 8 anos é diagnosticada com TEA.

Diversas teorias tentam explicá-lo e amenizá-lo, por meio de tratamentos mais humanizados. Acredita-se que, quando o diagnóstico é realizado precocemente sob tutoria de uma equipe devidamente especializada, a criança autista conseguirá obter resultados significativos estritamente ligados ao comprometimento da fala, interação social e problemas comportamentais.

Um aspecto ressaltante para o tratamento eficaz do autismo sem dúvida é a afetividade. O carinho, cuidado, atenção e dedicação recebidas no ambiente familiar, influenciam de forma imprescindível ao seu desenvolvimento cognitivo, emocional, motor e

consequentemente, comportamental, justamente por ser o primeiro e maior contato da criança com TEA no seu dia a dia.

Professores e Profissionais da Saúde, como por exemplos: Educação Física, Terapeutas Ocupacionais, Psicomotricistas e Fisioterapeutas também deverão dedicar igual sentimento à criança, estimulando-as e desafiando-as fora do ambiente doméstico. Enriquecendo, dessa maneira, o vínculo afetivo por meio de intervenções mais agradáveis e pensadas nas necessidades de cada criança com TEA.

É importante ressaltar que, o ser humano é dotado de forças cognitivas diversas, logo, não devemos realizar comparações equivocadas em crianças com TEA, mas, acreditar e investir em suas distintas habilidades.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, E. **As origens do autismo. Ler e Saber: Autismo.** São Paulo, Ano 1, n.1, p.6-7, 2015.

BARON-COHEN, S.; LESLIE, A. M.; FRITH, U. **Does the autistic child have a theory of mind?**. *Cognition*, v. 21, n. 1, p. 37–46, 1985.

BEREOHFF, A. M. P. **Autismo: uma história de conquistas.** Brasília, ano 13, n.60, p.11-24, out./dez, 1993.

BOSA, C. A. **As Relações entre Autismo, Comportamento Social e Função Executiva.** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.14, n.2, p. 281-7, 2001.

DAWSON, G. **Beyond cognition: A theory of autism. Autism: Nature, diagnosis and treatment.** New York: Guilford Press. p. 22-48, 1989.

FIGLIOLINI-CORREIA, O.; LAMPREIA, C. **A conexão afetiva nas intervenções desenvolvimentistas para crianças autistas.** *PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO*, v.32, n.4, p.926-941, 2012.

HOBSON, R. P. **The autistic child's appraisal of expressions of emotion: a further study.** *Journal of Child Psychology and Psychiatry, and Allied Disciplines.* v. 27, n. February, p. 671–680, 1986.

HOBSON, R. P. **The cradle of thought.** London: Macmillan, 2002.

HOBSON, R. P. **Explaining autism: Ten reasons to focus on the developing self.** *Autism: The International Journal of Research and Practice.* v. 14, n. 5, p. 391–407, 2010.

KANNER, L. **Autistic Disturbances of Affective Contact.** *Nervous Chil.* v.2, p. 217-250, 1943.

LAMPREIA, C.; LIMA, M. M. R. **Instrumento de vigilância precoce do autismo: manual e vídeo.** Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio; São Paulo: Loyola, 2008.

MARINO, E. A. R.; MERKLE, V. L. B. **Um olhar sobre o Autismo e sua Especificação.** 2009.

MOLLICA, F. B. F.; SANTOS, V. X. **A importância da afetividade para o desenvolvimento.** WEB Artigos, mar, 2017.

MONTE, L. C. P.; PINTO, A. A. **Família e autismo: Psicodinâmica familiar diante do Transtorno e Desenvolvimento Global na Infância.** 2015.

PIECZARKA, T.; VALDIVIESO, T. V. **Vínculo afetivo, aprendizagem e autismo: reflexões sobre a relação professor-aluno.** *Rev. Cognition*, Curitiba, Ago, v.3, n.1, pág. 59 - 77, 2021.

SCHMIDT, C. **Autismo, Educação e Transdisciplinaridade.** Campinas: Papyrus, 2014.

SILVA, S. B. **O autismo e as transformações na família.** 2009.

TEIXEIRA, G. **Manual do autismo.** Rio de Janeiro: Best Seller, 2016.

**AS BIBLIOTECAS E O USO DAS MÍDIAS SOCIAIS E DAS
NOVAS TECNOLOGIAS: análise bibliográfica e teórica sobre o trabalho,
comunicação e marketing desenvolvidos pelas bibliotecas públicas
brasileiras entre as décadas de 2010 e 2020**

Marcela Oliveira de Farias¹
Daniela Moreno de Camargo²

RESUMO: O presente trabalho analisa como estão as bibliotecas inseridas na nova linguagem universal e democrática perante o mundo, as mídias sociais e a novas tecnologias. Portanto, o objetivo desse artigo é verificar o papel das bibliotecas na sociedade contemporânea, verificando como impactam na comunidade nas quais pertencem. As metodologias utilizadas foram pesquisa bibliográfica, teórica, reflexões, análises e, dados coletados em artigos científicos, revistas e material disponível on-line acerca do tema em voga, com abordagem mista, deste modo, qualitativa e quantitativa e, pesquisa de campo em duas bibliotecas públicas da cidade de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, participando de uma análise estão a Biblioteca Pública Municipal Anna Luiza Prado Bastos e Biblioteca Pública Doutor Isaias Paim. Englobando como comparativo as bibliotecas públicas brasileiras em uma análise de como são divulgadas nas Mídias Sociais e, quais são as suas deficiências devido ao ostracismo parcial que se encontram, mas também notando a contribuição para as comunidades que estão inseridas. Revelando assim, o novo conceito de biblioteca, que se utiliza ainda de procedimentos tradicionais, mas também atuais, segundo uma visão de marketing para promoção social, verificando que a maior parte das bibliotecas estão presentes nas mídias sociais como necessidade do mundo contemporâneo de meados das décadas de 2010 e 2020.

Palavras-chave: Bibliotecas públicas. Mídias sociais. Novas tecnologias. Promoção social. Marketing.

ABSTRACT: This work analyzes how libraries are inserted in the new universal and democratic language in relation to the World, social media and new technologies. Therefore, the goal of this article is to verify the role of libraries in contemporary society, checking how they impact the community in which belong. The methodologies used were bibliographical and theoretical research, thoughts, analysis and data collected in scientific articles, magazines and material available online about the topic in vogue, with a mixed approach, thus, qualitative and quantitative, and fieldwork in two public libraries in the city of Campo Grande, Mato Grosso do Sul's capital, participating in an analysis are the Biblioteca Pública Anna Luiza Prado Bastos and Biblioteca Pública Doutor Isaias Paim. Including Brazilian

¹ Pós-graduada em Biblioteconomia pela Faculdade Famart. E-mail: fariasmarcela1987@gmail.com

² Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itáúna-MG.

public libraries as a comparison in an analysis of how are publicized on Social Media and what their deficiencies are due to the partial ostracism are, but also noting the contribution to the communities are part of. Thus revealing the new concept of library, which still uses traditional but current procedures too, according to a marketing vision for social promotion, noting that most libraries are present on social media as a necessity of the contemporary World of mid- decades of 2010 and 2020.

Keywords: Public libraries. Social media. New technologies. Social promotion. Marketing.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral do trabalho é analisar como as bibliotecas estão inseridas nas mídias sociais e novas tecnologias, delineando a sua inserção, desenvolvimento e nova configuração com a expansão da Realidade Virtual e Inteligência Artificial.

A realidade das bibliotecas públicas brasileiras advém de modo favorável desde o surgimento da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro e, de modo desfavorável, da falta de investimento dos estados e municípios, devido a não valorização de literaturas como romances no Brasil. Mas “todo o legado da vida colonial brasileira está representado: das instituições religiosas à presença de franceses, espanhóis, holandeses, dos quais a Biblioteca Nacional possui peças de extraordinário valor documental.” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2001, p. 14)

O surgimento da Biblioteca Nacional veio mudar o panorama da realidade brasileira de preservação da cultura. A Biblioteca Nacional possui um acervo desde a atuação da Companhia de Jesus no Brasil, no período colonial. O Brasil está relatado desde o século XV nos escritos neerlandeses como folhetos e mapas. Graças a vinda da Família Real Portuguesa em 1808 ao Brasil, pois a ABLN surgiu originalmente a partir da coleção de livros do Rei Dom João VI. Ocorrendo a transferência da sede do reino no início do século XIX, de Portugal para o Brasil, impulsionou um desenvolvimento cultural científico no país. “A Biblioteca formada pela soma de outras bibliotecas, é a expressão metafórica de síntese do mundo, onde cada um de seus itens e segmento de outra biblioteca, secreta e simbólica” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2001, p. 56), com “[...] extraordinária capacitação brasileira de incorporar, de deglutir, de ruminar as várias culturas.” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2001, p. 127)

A Biblioteca Nacional é um espaço de criatividade e, assim, um lugar de pensamento e de memória da cultura mundial e brasileira. Se no início de tudo, para que a biblioteca se tornasse mais atrativa com a fotografia devido à necessidade do ser humano de se desenvolver visualmente, desenvolvendo-se durante séculos, desde o Renascimento Italiano, é perceptível hoje que a maioria das bibliotecas públicas brasileiras possui alguma mídia social para se comunicar.

O que se pode verificar que apesar dos esforços ainda é muito comum a biblioteca pública sofrer alguma espécie de estagnação porque depende de algum órgão público, sendo a biblioteca somente um setor ou unidade, onde não possui autonomia, deixando de certo modo uma desinformação sobre o seu funcionamento e promoção social. As bibliotecas públicas que se destacam nas mídias sociais possuem mais autonomia para se comunicar com o público ou usuários. Portanto, verifica-se que o que deveria ser uma cautela do setor de comunicação das bibliotecas, acaba se tornando um entrave e um distanciamento para com aqueles que utilizam o espaço.

“[...] A página online da biblioteca pode ser entendida como vitrine da instituição. As bibliotecas, que já utilizam este ambiente para divulgar seus produtos, encontram nas redes sociais uma plataforma de comunicação mais próxima de seus usuários.” (GREENHALGH; ALVARES, 2022, p. 2)

Percebe-se que com o transcorrer do tempo bibliotecas públicas que estão inseridas nas mídias sociais passam a aprimorar os seus serviços, de um modo que se tornam mais fáceis e acessíveis para os usuários. Porém, segundo Greenhalgh et al., (2022) estudos mostram que muitas vezes as quatro funções da biblioteca de informar, educar, proporcionar cultura e recreação não estão sendo usadas. Infelizmente muitas bibliotecas sofrem defasagem por descaso de quem administra, pois dependem de dotações governamentais.

Destarte, a realidade contemporânea esplanada nesse artigo se debruça a investigar as bibliotecas numa linha de tempo entre as décadas de 2010 e 2020, instituições brasileiras que em maior parte estão inseridas nas mídias sociais como sites, blogs e aplicativos como Instagram, Facebook, WhatsApp e TikTok que vem a ser a porta de entrada para se conhecer uma biblioteca. De tal modo, a investigação é bibliográfica, teórica, documental e de campo, com pesquisas realizadas precisamente em duas bibliotecas públicas da cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, além de pesquisas através de fontes audiovisuais, artigos acadêmicos e livros. Sendo, portanto, a abordagem da pesquisa quantitativa, todavia, principalmente qualitativa.

Por isso, o proposto trabalho busca analisar qual a significância das bibliotecas nas mídias sociais, através de entrevistas aos funcionários das unidades Biblioteca Pública Municipal Anna Luiza Prado Bastos e Biblioteca Pública Doutor Isaias Paim. Observando-se a conjuntura desde a localização, estrutura física, acervo, as comunidades envolvidas, a faixa etária dos usuários, até o marketing empregado para divulgação dessas nas mídias sociais, como são abordadas nas notícias online e, o que ademais oferecem. As metodologias utilizadas foram pesquisa bibliográfica, teórica e de campo. Com reflexões, análises e dados coletados em artigos científicos, revistas e material disponível on-line acerca do tema em voga, com abordagem mista, portanto, qualitativa e quantitativa. Assim, de que maneira, as mídias sociais influenciam na dinâmica da biblioteca pública com seus usuários?

Este trabalho justifica-se para mostrar que ter uma biblioteca nas redes sociais é um modo de democratizá-la, posto que, em geral, bibliotecas já são desde a sua concepção lugares de livre acesso. Obviamente sobre as bibliotecas municipais, a democratização é maior porque os usuários não precisam estar matriculados nas instituições para fazer um empréstimo de um livro, como ocorre nas universidades públicas e particulares. Nota-se o uso de mídias sociais como estratégia de marketing, o que vai além da sua origem, pois “o *marketing* vem sendo aplicado nas mais diversas áreas de forma bem abrangente, inclusive em organizações que não visam o lucro.” (ARAUJO; ARAUJO, 2018, p. 179) O *marketing* precisa ser pensado de modo estratégico.

“[...] O uso das métricas são imprescindíveis para mensuração, pois indicam a eficiência do uso do marketing, de tal forma apresentada como um mediador capaz de avaliar o impacto que a organização tem perante os usuários frente ao uso das mídias sociais [...]” (ARAUJO; ARAUJO, 2018, p. 182)

A quantidade de compartilhamentos, de postagens curtidas e de comentários pode refletir quanto uma biblioteca está sendo importante para a comunidade. Relembrar sempre os horários de funcionamento, mostrar os eventos em fotos e como a biblioteca é produtiva. De tal modo, esta pesquisa vem revelar a importância do marketing e estratégias para divulgação das bibliotecas, fazendo-se uma verdadeira democratização da cultura.

2 DESENVOLVIMENTO

Até alguns séculos atrás a função da biblioteca era apenas de “[...] reunir, selecionar, catalogar, classificar e colocar à disposição dos leitores as coleções existentes [...]” (SPONHOLZ, 1984, p.1) Os bibliotecários eram tidos como literatos ou intelectuais que

tinham extrema devoção a ciência e ao progresso. Destarte, o papel do bibliotecário era estritamente de catalogar os livros e documentos e informar os usuários. O entendimento sobre o papel do bibliotecário foi se expandindo no decorrer das gerações, principalmente a partir do século XX, onde a missão do bibliotecário passou de ser também de contribuir na vida social dos indivíduos, a partir da ideia de que a cultura e o ensino deveriam ser democratizados ao povo. Com a democratização da biblioteca já não havia tanto espaço para o bibliotecário passivo.

Contudo, [...] a IFLA e a Unesco propuseram doze missões da biblioteca pública relacionadas com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura.” (GREENHALGH; ALVARES, 2022, p. 4). O papel da biblioteca na sociedade há muito tempo já se expandiu, como a importância no processo de aprendizagem dos estudantes, tendo por isso, que todos os dias as bibliotecas enfrentam desafios, de alinhar as informações e, fazer funcionar dentro da melhor maneira possível. “A função educativa permite a oferta de serviços variados em seu espaço, por exemplo, para o público infantil pode ser trabalhado o hábito da leitura, buscando auxiliar o processo de aprendizagem da leitura” (GREENHALGH; ALVARES, 2022, p.5), para isso é necessário dispor uma diversidade de temas e recursos para as crianças utilizarem.

Sabemos como um todo que a massa da população brasileira, diferente de alguns países desenvolvidos, não percebe a biblioteca como um lugar importante para a educação, pois quando a maioria da população brasileira passou a ser alfabetizada iniciou-se a era da informática, não dando tempo para que a cultura da leitura fizesse parte do cotidiano da maioria. Assim, há um percentual grande da população com celular, mas sem o hábito de se aventurar num livro, mesmo que o livro seja digital. Vídeos curtos ou leituras sucintas em postagens nas RSis (Redes Sociais) passou a ser a preferência.

“[...] As RSIs são plataformas-rebentos da Web 2.0, que inaugurou a era das redes colaborativas, tais como wikipédias, *blogs*, *podcasts*, YouTube, o Second Life, o uso de tags (etiquetas) para compartilhamentos e intercâmbio de arquivos como Del.icio.us e de fotos como no Flickr e as RSIs, entre elas o Orkut, My Space, Goowy, Hi5, Facebook e Twitter com sua agilidade para *microblogging*.” [SANTAELLA; LEMOS, 2011, p.7]

E é por isso que a biblioteca precisa competir com a cultura pop. Então, por que não levar a biblioteca para esses espaços, se a maioria dos jovens está justamente em tais plataformas?

A falta de visão de algumas instituições públicas sobre isso aparenta ser um relapso do sistema público brasileiro, assim, precisa de sérias mudanças nas leis municipais a partir

do momento que essa impede que os usuários recebam um serviço de qualidade com menos burocracia. As reservas econômicas da maioria das instituições públicas são baixíssimas, os governos mudam e, a situação que as bibliotecas se encontram não mudam. Fazer uma bienal do livro, por exemplo, requer muito investimento e, principalmente, requer compromisso para que não se tenha desvio de verba ou superfaturamento nos contratos com as empresas que prestam serviços. Então, ter funcionários e servidores públicos determinados a reclamar recursos pode ser um ponto-chave, mas que não será suficiente se não tiver um governo que dê abertura e, importância em investir na cultura para a população como um todo.

E nisso a biblioteca deverá também buscar os seus leitores, com publicações sedutoras nas mídias sociais e com a realização de eventos. A biblioteca precisa ter funcionários sensíveis à realidade, pois um perfil como Facebook atrai geralmente pessoas mais velhas que passam dos trinta anos e, o Instagram e o TikTok, pessoas mais jovens, ou mesmo, como menciona Santaella et al. (2011, p. 108), saber sobre as artimanhas das redes sociais como o uso de #hashtag que são indexadores de temas ou palavras-chave onde formam uma comunidade. Se a biblioteca não se atentar a esses detalhes, poderá ficar para trás. Observa-se que a maioria das bibliotecas se focam em usuários variados, o que é um ponto benéfico no que se refere ao papel das bibliotecas de serem presentes e pensarem em todas as faixas etárias.

2.1 Bibliotecas públicas de Campo Grande/MS nas mídias sociais

Em Campo Grande, a Biblioteca Pública Municipal Anna Luiza Prado Bastos está localizada dentro de um espaço público, o Parque Florestal Antônio de Albuquerque, conhecido como Horto Florestal, que abrange um parque com área de caminhada, parquinho para crianças, academia ao ar livre, sem mencionar o SESC e o SENAC que ficam próximos. A Biblioteca possui livre acesso de Wi-Fi para os seus usuários e, um local excelente para atrair leitores e estudantes que procuram paz. No passado, para promover a biblioteca, a instituição possuía um blog no Blogspot que foi abandonado. Atualmente possui um perfil no Facebook. Em suas publicações encontram-se sobre pedidos de doações de livros. De modo sócio educativo, a biblioteca realiza lançamentos de livros; eventos como oficinas de xadrez, que atrai crianças, adolescentes e adultos; campeonatos de xadrez, que atrai mais os adultos; as oficinas de origami, que atraem crianças e adolescentes, contudo, principalmente os adultos; e, o com mais repercussão, realiza o Férias na Biblioteca, que ocorre no mês de julho

e dezembro, com atividades diferenciadas todos os dias, atraindo crianças entre seis a doze anos. Acrescenta-se a isso, o Aniversário da Biblioteca celebrado em março com exposições e uma salinha de livros de um jeito criativo e, ocorrem oficinas como a de criação de quadro sensorial. Nota-se um interesse da biblioteca em realizar eventos principalmente para as crianças.

É importante mencionar que há o Sesc Escola Horto próximo a essa localidade, sendo tal escola uma das frequentadoras ativas da biblioteca, apesar de que não é a única, sendo o seu público amplo. É a atração que também gera naqueles um espírito de aventura nos livros, pois incentivar é papel da biblioteca e, não mais um ambiente somente para intelectuais cheios de ego, porém, um espaço que está para acolher e ensinar.

A biblioteca Anna Prado Bastos possui página no Facebook, contudo, almeja ter um site, para que assim, consiga conquistar mais autonomia e, maior proximidade com seus usuários, já que esta é somente uma unidade da SECTUR (Secretária de Cultura e Turismo de Campo Grande). A Biblioteca depende do setor de comunicação da SECTUR para divulgação, que por ser sobrecarregado não divulga as atividades da biblioteca com frequência. Essa situação de dependência vivida pela biblioteca é quase unânime quando se fala em instituição pública em Campo Grande/MS, tornando quase infrutíferos tais ambientes, se não houver um verdadeiro empenho da maioria dos servidores e demais funcionários. É certo que o excesso de burocracia ao invés de prevenir de adversidades, na verdade, atrapalha.

A maioria das mensagens recebidas pelo chat no perfil do Facebook da Biblioteca é para saber mais informações sobre os eventos realizados pela biblioteca, como os já citados. Sabe-se que se não há uma agilidade e presteza de informar os usuários, isso gerará insatisfação da população de Campo Grande. Mas mesmo assim, nota-se que a biblioteca recebe poucas reclamações sobre o atendimento.

Porém, talvez a grande dificuldade da SECTUR em não dar autonomia à unidade é se a biblioteca estará atenta que a identidade impregnada ao perfil nas redes estará livre de sentimentos individuais.

“[...] o facto de estas plataformas permitirem a construção da rede social à volta do indivíduo que possa conectar com outros, determina igualmente os mecanismos a partir dos quais elas devem propiciar a partilha e a troca de informação/conhecimento. Esses mecanismos devem basear-se, por um lado, nos interesses declarados do utilizador e, por outro, nas características da sua biblioteca, realidade em permanente construção.” (LEITÃO, 2009, p.447)

Sobre a Biblioteca Pública Doutor Isaias Paim, de Campo Grande, essa vive uma situação muito similar a Biblioteca Municipal Anna Prado Bastos. A Biblioteca está vinculada a outra instituição, que é a Fundação Estadual de Cultura e, também está localizada no mesmo prédio dessa, numa avenida movimentada no Centro da Cidade. A Biblioteca sofre desmazelas governamentais devido à falta de investimentos. Possui perfis no Instagram e Facebook e, quem administra é a própria Fundação Estadual de Cultura, tornando assim, o envolvimento com os usuários mais burocrático.

A Biblioteca Doutor Isaias Paim recebe um número amplo de usuários, desde crianças a adultos, contudo, os maiores frequentadores são pessoas que estão estudando para concurso público, talvez por causa da sua localização no Centro da Cidade e, por fazer parte da Fundação Estadual Cultura e, não possuir nenhum vínculo com alguma escola. Porém, os estudantes não deixam de ser seus frequentadores, principalmente os universitários. Com livre acesso de Wi-Fi, é um ambiente escolhido principalmente por aqueles que procuram silêncio, ou seja, um ambiente sem distrações. E um ponto profícuo é que além de possuir Wi-Fi, tem ar-condicionado, gerando um clima de conforto aos usuários.

A comunicação com a comunidade é feita através das redes sociais da Fundação de Cultura, não possuindo, portanto, um perfil próprio, salvo como exceção a conta de WhatsApp. A biblioteca quase não recebe mensagens no chat, há um número muito grande de usuários que preferem obter informações através de ligações, até porque a burocracia é muito grande. Há também um número significativo de usuários que fazem empréstimos de livros, sendo que essa comunicação, para se obter empréstimos, por exemplo, às vezes ocorre já através de ligação telefônica. A conta do WhatsApp é o segundo vínculo maior de comunicação entre a biblioteca e os usuários.

Nas redes sociais, as divulgações costumam ser sobre horário de funcionamentos e eventos que ocorreram na Biblioteca, como o Dia do Livro, Dia do Monteiro Lobato e Lançamentos de Livros. A biblioteca Doutor Isaias Paim costuma promover menos eventos que a Biblioteca Municipal Anna Prado Bastos, porque possui um número de funcionários completamente limitado, porém, gostaria de se fazer mais presente na comunidade. A biblioteca tem uma parceria com a Gibiteca da cidade, que apresenta um trabalho muito bonito e, que atrai muitas crianças e jovens porque possui um impressionante acervo, como é de se imaginar, de gibis e mangás. A biblioteca sobrevive mais de doações de livros de usuários do que da remessa por parte do sistema governamental ou mesmo da Fundação

Estadual de Cultura, devido, justamente, a falta de investimentos. Assim, a parte conclusiva se faz presente da colaboração da comunidade que é consciente em ajudar a biblioteca.

Em ambas as bibliotecas o que se pode verificar que a reclamação em comum dos funcionários é sobre a quantidade limitada de investimento nas unidades, o que interfere seja na falta de um ar climatizado, seja da quantidade limitada de funcionários.

O que se pode visualizar como um contraponto da Biblioteca Anna Prado Bastos para Doutor Isaias Paim é que a primeira não possui ar climatizado, sendo que a cidade de Campo Grande é bastante quente em estações como a primavera e o verão e, está localizada dentro de uma área verde, o que atrai bastantes mosquitos. Percebendo assim, que o ambiente físico, seja a beleza ou o conforto, influenciam a maneira que vamos enxergar determinado lugar e, como nos sentiremos à vontade e se, portanto, haverá constância de utilizá-lo. A busca do silêncio somado ao conforto são as atrações de uma biblioteca.

2.2 As bibliotecas públicas brasileiras e suas dificuldades no que se refere aos seus acervos e projetos

Contudo, um ponto-chave também são as RSIs, pois “a comunicação por meio da internet excede a barreira do espaço geográfico e possibilita o fácil e rápido acesso a diversos produtos e serviços disponibilizados pelas bibliotecas na internet em qualquer parte do mundo [...]” (ARAÚJO; PINHO NETO; FREIRE, 2016, p. 9) pois num mundo tecnológico, a biblioteca tende a ser dispensável se não houver qualidade no atendimento, visto que hoje em dia há muitas maneiras de se conseguir material na internet, de modo fácil, sem sair de casa. Mas se toda a propaganda feita nas redes sociais não condizer com a realidade, facilmente a biblioteca pode vir a ser deixada de lado, pois algumas pessoas vão para biblioteca não somente pelo acervo em si.

É perceptível que por vezes a biblioteca pública brasileira sente dificuldades de se atualizar por causa da falta de recursos e, “com o aumento do volume de informações e o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e o uso de redes sociais, bibliotecas enfrentam novos desafios para garantir a sua existência”. (RIBEIRO; SILVA, 2029) À vista disso, é importante os governos brasileiros olharem com bons olhos as bibliotecas e, cabe aos bibliotecários lutarem por isso, “para se inserir no contexto dos negócios institucionais as bibliotecas se reinventam [...]” (RIBEIRO; SILVA, 2019), com um jeito que sai dos padrões tradicionais da biblioteconomia. Segundo Ribeiro et al., (2019), com publicações nas redes

sociais que contenham uma linguagem informal e, se tornam populares, “podendo atingir desde o pesquisador científico, ao pequeno agricultor”. (RIBEIRO; SILVA, 2019) É necessário, assim, que aquele que vai administrar a perfil saiba dos macetes para o engajamento do público, então, por isso, nem sempre a biblioteca está preparada com profissionais especializados.

Atualmente a sociedade como um todo entende que há necessidade de se investir na educação, “tendo em vista que a biblioteca é muito mais importante no desenvolvimento de uma sociedade mais consciente, devido ao seu papel de detentora/disseminadora informacional, oferecendo suporte através da leitura informacional”. (ARAÚJO; PINHO NETO; FREIRE, 2016, p.4) Países europeus por possuir uma história mais longa ocidental notaram isso há muito tempo e, para isso, além de investimentos na educação, distribuíram melhor as suas riquezas. Todavia, também é uma estratégia manter um país relegado a um investimento torpe na educação, pois assim, alguns políticos se tornam soberanos e, nos seus desmandos acorrentam a maior parte da população, manipulando e, oferecendo o famoso “pão e circo” como na época do Império Romano.

Se nos meios estudantis e acadêmicos a informação é criada e distribuída, a biblioteca é a repositora desse conhecimento, ela comprime o conhecimento necessário para oferecer para os usuários e, vai sempre se estendendo à medida que o tempo passa, pois ela não pode ficar estagnada contendo somente livros antigos, porém, precisa de antigos e novos parâmetros juntos, tornando muitos livros que estão nas bibliotecas como peças que um dia serão expostas em museus, ou permanecerão ali expostas na biblioteca como relíquia.

As bibliotecas servem principalmente para estudantes de escolas e universidades, contudo, também em segundo plano, deve oferecer conhecimento e entretenimento para leitores ávidos por romances, poesias ou mesmo livros de história com uma linguagem chamativa e comercial. A biblioteca com isso pode criar grupos de leitura, onde o papel é incentivar a leitura, não como mera obrigação estudantil, mas como algo prazeroso que irá fomentar a cultura, pois que muitas vezes, num país como o Brasil a leitura só ocorre por maior parte da população como uma obrigação para passar de ano na escola, para conseguir um diploma acadêmico ou mesmo para passar em um concurso público. Sempre no sentido de conseguir algum bem material, mas quase nunca pelo simples prazer de querer conhecer e, expandir a mente. E isso é algo que precisa ser bem trabalhado na cultura brasileira, a maioria negligencia a leitura por prazer, pois como já citado neste artigo, boa parte dos brasileiros

passou a ser alfabetizada já na Era da Informática, não dando tempo de construir uma cultura sólida de leitura pelo conhecer. Por isso, é importante que os bibliotecários sejam criativos e, criem técnicas para atrair o público com as mídias sociais, onde “[...] as tecnologias precisam estar integradas às pessoas e não isoladas [...]” (ARAÚJO; PINHO NETO; FREIRE, 2016, p.6), justamente porque os brasileiros também são um dos povos em que mais a população ama estar conectados nas redes sociais.

É preciso a biblioteca otimizar o tempo dos usuários, como ter um serviço onde na própria casa poderá pesquisar no seu celular se há disponível o material. Muitas bibliotecas já tem esse tipo de sistema, assim como a Biblioteca Pública Doutor Isaias Paim. Nas Redes Sociais é necessário ter informações claras sobre o funcionamento, sobre mudanças de datas de eventos, novas regras para o empréstimo de livros. Com publicações nos stories do Instagram, Facebook ou TikTok, que dura vinte quatro horas, irá alavancar as postagens, pois publicações diárias no Feed leva a biblioteca a um excesso de informações e, apagar todas as publicações para dar lugar a novas, faz o perfil perder um pouco da sua própria história, além de talvez fazer o usuário perder o interesse pelo perfil devido à sobrecarga, mas obviamente que isso depende da proposta do trabalho e, do perfil dos seguidores.

A criação de contas e canais no WhatsApp é uma boa maneira de comunicação, pois poderá estar a serviço diariamente e, a história estará guardada para quem tem interesse. E as visualizações podem ser feitas a qualquer hora ou dia, já que serviços como os Stories do Instagram ou Facebook só duram vinte quatro horas. Observa-se assim, a necessidade muitas vezes da biblioteca estar em várias redes sociais, já que cada uma tem uma função ou mesmo um determinado tipo de público. Estar atento às novas ferramentas é um dever da biblioteca, contudo, como já mencionado, vai depender de uma série de fatores, como funcionários preparados e, preocupação governamental em investir na cultura. Geralmente funcionários com faixa etária mais jovem, tendem a estarem mais sintonizados com as novas ferramentas. “[...] O ato de inovar refere-se a uma ideia de ruptura, representando algo inédito a partir de uma determinada ação baseada em uma proposta para gerar um serviço ou um produto [...]” (FONSECA; FONSECA, 2022, p. 117) É fundamental observar o que atrai, por exemplo, segundo Fonseca et al. (2022), o TikTok atrai muitos usuários porque é uma ferramenta que apresenta vídeos com pouco tempo de duração e, possui frequente atualizações, além de ter parcerias com diferentes empresas do mercado, “[...] tendo em vista sua capacidade de aceitabilidade pelos mais jovens [...]” (FONSECA; FONSECA, 2022, p. 120)

“[...] Há necessidade de desenvolver um planejamento de uso estratégico do TikTok direcionado às bibliotecas, focado principalmente no marketing digital e no fortalecimento do posicionamento digital da marca (branding) da biblioteca no âmbito das mídias sociais”. (FONSECA; FONSECA, 2022, p. 121)

Muitos são os estudantes que procuram as bibliotecas municipais por causa da escassez na própria escola que é matriculado, daí a importância do preparo do bibliotecário que muitas vezes estará recebendo um aluno que sofre com a falta de qualidade de ensino, tendo por isso, que se investir pesado nas redes sociais, pois é ali que o jovem estará presente.

“[...] o profissional que atua em biblioteca pública deve se atentar para trabalhar em duas frentes: tanto com a seleção de livros, quanto com o atendimento ao usuário, pois auxiliar o usuário na utilização da leitura como entretenimento é um trabalho gradual e sempre deve levar em consideração o perfil deste leitor”. (GREENHALGH; ALVARES, 2022, p.7)

Sanar todas as dúvidas do usuário é fundamental e, também revelar informações simples como “você pode emprestar livros se quiser”, pois “em geral, o brasileiro vê a biblioteca como um espaço de estudo e pesquisa, somente 22% acham que a biblioteca é um local de emprestar livros” (GREENHALGH; ALVARES, 2022, p.8). As redes sociais são ferramentas importantes para isso, contudo, percebe-se que em geral a maior parte dos perfis usados por bibliotecas não apresentam essa função.

“Facebook é a mídia mais utilizada e o Instagram é o que cresce mais. Em quantidade de usuários no mundo, o Instagram conta com 91 milhões de brasileiros, o terceiro país que mais usa a plataforma, seguindo dos Estados Unidos e da Índia, com 130 milhões, respectivamente [...]” (GREENHALGH; ALVARES, 2022, p. 12)

Contudo, no que se refere ao Brasil, o ranking atual é 1-WhatsApp (169 milhões), 2-YouTube (142 milhões), 3-Instagram (113 milhões), 4- Facebook (109 milhões), 5- TikTok (82 milhões), 6- LinkedIn (63 milhões), 7- Messenger (62 milhões) 8- Kwai (48 milhões), 9- Pinterest (28 milhões), 10- Twitter (24 milhões) são as mídias sociais mais usadas e, esse é um cálculo não sobre a quantidade de usuários, mas sobre a utilização, segundo o Portal Resultados Digitais. Quando se fala de quantidade de usuários algumas mídias chegam a possuir bilhões, como o Facebook tem cerca de 2,3 bilhões de usuários, o YouTube, por exemplo, tem cerca 2 bilhões, o WhatsApp tem 2 Bilhões, Instagram tem 1 bilhão e Messenger 1,3 bilhão.

Em geral, percebe-se que a maioria das bibliotecas tem como nome alguma personalidade que fez um trabalho representativo no meio educacional da cidade e, a história de tal personalidade é sempre divulgada nas mídias sociais da biblioteca. “As bibliotecas divulgam muitas postagens contendo informações relacionadas ao acervo e suas coleções.”

(GREENHALGH; ALVARES, 2022, p. 18) Além da “[...] atuação com a comunidade, adaptando atividades como contação de histórias, palestras, clubes de leitura, sugestões de livros como acesso online, cursos e eventos culturais de forma online [...]” (GREENHALGH; ALVARES, 2022, p. 24)

2.3 As bibliotecas públicas brasileiras inseridas no contexto da Realidade Virtual e Inteligência Artificial

E se até pouco tempo a discussão eram sobre as bibliotecas nas redes sociais, num mundo em que o tempo está passando numa grande velocidade, desde que a pandemia do COVID-19 se alastrou pelo mundo e, as pessoas precisaram ficar reclusas em casa, se teve a necessidade de expandir a tecnologia de modo mais veloz ainda, como a realidade virtual, onde inúmeras bibliotecas resolveram se inserir. E mais adiante, a inserção da Inteligência Artificial (IA). O que vai requerer dos bibliotecários um enfrentamento com grande desafio. Segundo *International Science Council* (ISC), a IA vai continuar evoluindo mesmo com todas as suas contrariedades, não tem como parar por causa das demandas do mercado internacional. Infelizmente a história mostra que praticamente todas as tecnologias têm consequências boas e ruins, por isso tal revolução tecnológica nos apavora com um futuro incerto, como de colocar em risco a existência da humanidade.

A IA pode vir a trazer uma série de benefícios para o trabalho dos bibliotecários. Um bibliotecário, por exemplo, poderia usar a IA para catalogação da biblioteca, destarte, para divulgação desta nas redes sociais, ou mesmo para elaboração de atas por parte daqueles que estão no serviço administrativo. Mas até que ponto a IA num futuro não muito distante poderá está tirando daquele bibliotecário o seu trabalho? Imagine uma biblioteca sendo administrada por máquinas, onde cada detalhe e, até o acervo seria escrito por máquinas ou até por robôs. Investir na IA nas bibliotecas pode ser um problema, entretanto, segundo uma grande parcela dos cientistas, como se nota, porquanto o mercado internacional tem se comportado, é quase impossível não permitir a IA se expandir. Talvez a probabilidade não é de tirar o trabalho de todos os bibliotecários, pelo menos até as próximas décadas, mas se antes numa biblioteca haviam três bibliotecários e alguns auxiliares administrativos, imagine diminuir a quantidade desses funcionários por mais da metade.

E pensar que a vida poderia ser tão simples se não fosse pela ganância dos seres humanos que lutam para conseguir a sua própria aniquilação. Todavia, vamos tentar imaginar

que as consequências sejam todas boas, mesmo que sinceramente seja impossível. Até que ponto uma simples biblioteca pública iria para divulgar o seu acervo e, se fazer presente na sociedade? Imagine uma biblioteca virtual, as pessoas sem sair de casa, mas do que elas já não saem. Parece ser um futuro pavoroso, entretanto, vamos esperar para que o futuro nos surpreenda e, isso só será possível se a ética humana for levada a ferro e fogo, aonde a IA só será usada para ajudar bibliotecários e, não para tirar os seus trabalhos. Ou mesmo, se prezem pela qualidade do serviço da IA, pois, por exemplo, o que ainda vemos é que a IA precisa melhorar seu atendimento, há empresas que utilizam serviços de IA para o cadastro de currículos e, o que se nota, por enquanto é uma ineficiência de tais sites. Talvez a utilização de IA de modo prematuro para determinados trabalhos seja porque é mais econômico para empresa ou porque estão testando a utilização até que a IA se desenvolva. Mas há aplicativos em que a IA já realiza um serviço de boa qualidade.

É preciso considerar se a Realidade Virtual ou Aumentada vai ser relevante para o aprendizado de estudantes, já que esses são os principais usuários. Há a necessidade de se criar meios através da realidade virtual e, assim, melhorar a leitura de estudantes com deficiência, como visual, como a utilização de telas em touchscreen.

“Neste sentido, a problemática que se apresenta é: De que forma a realidade aumentada pode ser incorporada aos produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas? Com isso, discute-se sobre a disponibilidade da realidade aumentada nos produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas”. (VIEIRA, 2019)

Infelizmente tanto a Biblioteca Pública Municipal Anna Luiza Prado, quanto a Biblioteca Pública Doutor Isaiás Paim, não possuem nenhuma das tecnologias para pessoas com deficiência, tem somente livros de Braille e, nada mais, devido à dificuldade de se manter e, de na maioria das vezes depender de doações dos usuários.

A tecnologia teve uma rápida acessão com a Revolução Industrial, mas foi com a chegada da eletricidade que tudo começou a se expandir de modo veloz e, mais ainda, com os primeiros computadores e a Internet. Se tudo na Idade Média Europeia levou muitos séculos para se transformar, agora com a IA pode ser uma questão de poucos anos. E cabe aqui questionar se os bibliotecários estão preparados. Segundo a ISC é necessário criar e discutir o assunto e, fazer perguntas como: a aplicação da tecnologia vai reduzir ou aumentar as desigualdades sociais?

A Inteligência Artificial, portanto, precisa existir para somar na sociedade, e não para piorar a vida de quem está lutando para sobreviver. Destarte, os bibliotecários precisam agora se ambientar não mais somente as redes sociais, mas a um futuro incerto com a IA.

No que se refere à estrutura das bibliotecas para aqueles que possuem algum tipo de deficiência, muitas bibliotecas já tem recursos interativos para a pesquisa, contudo, mesmo em países como o Brasil que apresentam bibliotecas estruturadas como é o caso da Biblioteca Estadual Doutor Isaias Paim que possui um rico acervo de Braille, entre livros, jogos e equipamentos como teclado, não há um trabalho eficiente onde ajam a interação de grupos ou pessoas para trocas de trabalhos e ideias, de modo que surjam oportunidades para pessoas com deficiências, como é a situação dos deficientes visuais e um amplo acervo de Braille.

No caso do deficiente visual, obviamente será o bibliotecário que irá pesquisar na própria internet o material desejado, ao passo que muitas bibliotecas possuem algum material Braille. Segundo Silva (1998, p.90), a criança com deficiência visual precisa ser estimulada a ter curiosidade para aprender, para ir até uma biblioteca. Esse estímulo depende da colaboração da família. Estar sujeito de como a família agirá, a criança e o futuro adulto, terá menor ou maior habilidade como atividades e leitura. A consequência pode ser decisória, no sentido de ser dependente na vida adulta ou independente. O estímulo para uma criança com deficiência precisa ainda ser maior que para uma criança sem deficiência.

A Biblioteca Braille deve ser atrativa e, para isso, precisa ser divertida e, deve integrar a pessoa com deficiência, dando-lhe a oportunidade de aprender e, desenvolver a coordenação motora e, o raciocínio. E se o usuário for de renda baixa, geralmente precisará ainda mais da competência da infraestrutura pedagógica da Biblioteca, das redes sociais, já que a falta de oportunidades é um fator de sequelas no desenvolvimento intelectual e motor.

A inserção nas mídias sociais aos poucos foi se expandindo, primeiro os sites, depois os blogs, mais adiante o Orkut e, o início das redes sociais. As redes sociais, que antes era uma distração para indivíduos, passou a ser utilizada para divulgar perfis profissionais como é o caso LinkedIn e, depois, passou a ser um espaço para divulgar produtos, como no Instagram. E juntos o perfil pessoal se misturou ao perfil profissional. O Instagram, que se popularizou principalmente entre personalidades públicas, aos poucos foi tomando espaços de indivíduos que queriam apenas se socializar e seguir as celebridades que são fãs. Logo passou a ser também um espaço para microempresários, até as donas de casas mostrando o seu cotidiano e, assim, influenciando. As redes sociais, lugar de interação, onde notícias não passam despercebidas, acabou se tornando necessidade também para as bibliotecas, que precisavam usar da sua criatividade para divulgar o acervo da biblioteca, todavia, também informar sobre seu funcionamento e os seus projetos.

Para estar nas mídias sociais, o que vale é a criatividade, artes editadas na plataforma Canva, que é uma ferramenta online que dar espaço para criar design de graça ou pago. Uma arte atraente é o que chama usuários para a biblioteca. Entretanto, o que pode ser um empecilho para as bibliotecas é a burocratização sobre as publicações, terceirizando para outra unidade, inviabiliza que a comunidade tenha um contato maior com a biblioteca.

Estar atento às novas tecnologias exigem funcionários preparados, ou mesmo funcionários específicos podem fazer esse papel de divulgador, de certo modo, talvez por isso, que algumas prefeituras terceirizam a divulgação das bibliotecas nas mídias sociais para setores de comunicação. Mas aí também está um grande erro, à medida que, como já mencionado, faz com que o contato dos usuários com a biblioteca se torne mais difícil. É importante que se contrate alguém da comunicação para trabalhar na própria biblioteca, porém, investimento é o que falta.

Fazer uma visita virtual na biblioteca, ou mesmo pesquisar o acervo virtual enquanto está usando óculos é uma realidade tão sonhada para a maioria das bibliotecas brasileiras. [...] “O resultado da pesquisa mostra que já existem diversos trabalhos sobre o assunto que consideram que a aplicação da Realidade Aumentada faz expandir o aprendizado e engajamento dos usuários de bibliotecas” [VIEIRA, 2019], todavia, para realidade brasileira, o desafio será colocar em prática, pois exige investimentos econômicos. Apesar de tudo, isso já ocorre em exposições em museus, onde se tenta imaginar a biblioteca incluída nesse cenário, como na exposição *Biblioteca à Noite*, no SESC (Serviço Social do Comércio) Rio em Copacabana, em 2019, em que o visitante adentra no passado, incluindo em bibliotecas que já nem existem. A realidade virtual ou aumentada está presente em algumas bibliotecas brasileiras que são exceções, aonde o usuário adentra de modo virtual dentro de um livro.

A Biblioteca é um cenário em expansão, porém, com características que entrelaçam funcionalidades ainda do passado. A biblioteca nas mídias é um campo que sempre está se atualizando, já que vivemos num mundo globalizando, mas que não sabemos até quando sobreviverá, posto que a humanidade vive a beira do caos.

3 CONCLUSÃO

As bibliotecas tradicionais, mesmo com a tecnologia avançando em níveis acelerados nunca visto, ainda são de suma importância na humanidade e, esperamos que nunca deixe de ser. É a propagadora de informações e, com isso, tem se expandido à medida

que a humanidade se expande também. A biblioteca é uma sobrevivente em meio ao caos, em meio à tecnologia, em meio à expansão dos computadores e da internet, em meio à nova Realidade Virtual, todavia, talvez porque tenta se adaptar as novidades do mundo, ao passo que preza ainda pela individualidade de seus muros que trazem conforto em meio ao silêncio e aos livros.

Se antes o desafio era inserir um simples computador para os usuários pesquisarem informações, agora a biblioteca precisa está inserida nas redes sociais e, mais adiante, precisa adentrar em alternativas mais avançadas, como a Realidade Virtual. É um contínuo desafio para o bibliotecário se manter atualizado, principalmente se esse estiver há muitos anos no serviço, pois as novas gerações sempre se adaptam melhor as novas tendências do mercado, obviamente porque isso faz parte do desenvolvimento do ser humano. E a biblioteca estar inserida nas redes sociais, representa democratização e promoção social e, é uma alternativa para sobrevivência, pois a estagnação, em tempos globais, significa o isolamento ou até o fim da instituição. Um governo preocupado com seus cidadãos investe nas bibliotecas.

E como o tempo está passando de modo veloz, agora o grande desafio é fazer as mídias sociais estarem inseridas junto a Realidade Virtual e Inteligência Artificial. A IA como um todo pode ser uma ótima ideia se for gerida conforme princípios éticos, o que observando o mundo, é quase impossível de se imaginar que será respeitado. No entanto, apesar de todas as dificuldades quantos as bibliotecas estarem presentes nas mídias sociais e novas tendências tecnológicas, é impressionante conforme as gerações passam, que a biblioteca continua importante para humanidade se manter informada, pois vão além dos modismos e tendências passageiras, já que é dotada de saber. E uma coisa é certa, é claramente visível que a biblioteca tradicional tende sempre a existir, pois mesmo que seja proibida um dia, ela sempre voltará ao seu reinado.

REFERÊNCIAS

SPONHOLZ, R. M. **Atribuições de Bibliotecários em Bibliotecas Públicas**. São Paulo: Pioneira, 1984. p.1- 6.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BILIBOTECÁRIOS. **Normas para Bibliotecas Públicas**. Brasília: INL; São Paulo: Edições Quíron Limitada, 1976. p.1-p.23.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca Pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Departamento de Processos Técnicos, 2000. p.1-160.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **500 Anos de Brasil na Biblioteca Nacional /** organização Paulo Roberto Dias Pereira. Rio de Janeiro: Catálogo de exposição, 13 dez. 2000-20 abr. 2001. p.10-20; 34 p.;52p; p.58-59; 62p.;73p;104p.

PEREIRA, M. M. G. (Org). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação da FEBAB.** João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1998.

FONSECA, D. L. S.; FONSECA, M. G. F. S. **A inovação em serviços de informação nas bibliotecas: o TikTok como proposta de posicionamento digital.** Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información 37 (94): p. 113-128, 29-Dez-2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22201/ibi.24488321xe.2023.94.58706>

SANTOS, B. B. L. **A mediação da informação e o uso da biblioteca pública: o Facebook como estratégia de interlocução e participação dos usuários.** 2016. Dissertação- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, ICI/UFBA/ Brasil, 25-Fev-2016

CALIL JUNIOR, A.; ALMENDRA, G. **As apropriações do Facebook pelas bibliotecas públicas estaduais brasileiras.** *Em Questão*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 188–213, 2016. DOI: 10.19132/1808-5245221. p. 188-213, p.1-27.

GREENHALGH, M. G. G.; ALVARES, L. M. A. R. **As quatro funções da biblioteca pública nas mídias sociais.** *Em Questão*, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p.1-27, abr./jun.2022. ARAÚJO, R. F.; ARAÚJO, J. O. (2018). **O uso de redes sociais como estratégia de marketing em unidades de informação: estudo de caso da Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.** *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v.14, n.2, p.176–196, maio/ago. 2018.

BIBLIOTECAS PARA A VIDA II – Bibliotecas e Leitura. 2009, Lisboa. **Livros, Leituras e Redes Sociais.** Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS/UE/ Biblioteca Pública de Évora, 2009, p. 437-460.

ARAÚJO, W. S; Pinho Neto, J. A. S; FREIRE, G.H.A. **O uso das mídias sociais pelas bibliotecas universitárias com foco no marketing de relacionamento.** *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S. l.], v. 21, n. 47, p. 2–15. Set./dez., 2016.*

MUNIZ, E.; SANTOS, M. K. **O Uso das Redes Sociais no Âmbito das Bibliotecas Universitárias Federais Brasileiras.** XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social Maceió, Alagoas, p. 1-13, 07 a 10 de Agosto de 2011.

RIBEIRO, S. D. C; SILVA M. F. **uso da rede social Instagram como ferramenta de Marketing da Informação em biblioteca pública especializada.** CBBB, Vitória, p.1-6, 1 a 4 out. 2019.

INTERNATIONAL SCIENCE COUNCIL. **A framework for evaluating rapidly developing digital and related technologies: AI, Large Language Models and beyond.**

Paris, p. 1-12, 2023. Disponível em:
<https://council.science/publications/framework-digital-technologies>

VIEIRA, D. V. **Realidade Aumentada em Bibliotecas: discussão da sua incorporação em bibliotecas**. CBBB, Vitória, p.1-6, 1-4 out. 2019.

SANTAELLA, L; LEMOS, R. **Redes Sociais Digitais: A cognição conectiva do Twitter**. 2ª Edição. São Paulo: Paulus, 2011. p. 7-11, p. 103-128.

SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO EM SÃO LUIS-MA: uma revisão bibliográfica no contexto da mobilidade urbana

Moisaniel de Jesus Silva Costa¹

Welliton Glayco da Fonseca²

RESUMO: Aborda a relação indissociável em transporte público e usuário. São apresentados conceitos, teorias, do sistema integrado de transporte de São Luís, focalizando o acesso, o direito, a qualidade. Enfatiza o planejamento eficiente como crucial para o desenvolvimento de melhorias na cidade. Destaca a importância da qualidade do serviço público. Expõe a responsabilidade da administração pública em relação ao transporte público. Apresenta a relação de consumo, a concessão e princípios dentro do sistema integrado de transporte. Nesse contexto, destaca as possibilidades de estratégias no sistema integrado de transporte para implantação de melhorias nesse serviço, observando, sempre, que a qualidade é um ponto crucial que precisa ser discutido pela gestão do município e, assim, atingir aqueles que fazem o uso do transporte público. Diante disso, pretende-se realizar uma pesquisa bibliográfica, baseada em livros, artigos, monografias, teses, dissertações e documentos virtuais.

Palavras-chave: Transporte Público. Gestão Pública. Serviço de qualidade. Direitos. Concessão.

1 INTRODUÇÃO

É sabido que as tecnologias têm remodelado muitas áreas profissionais, possibilitando, assim, novas oportunidades de crescimento e atuação. O advento da internet tem contribuído para boas ações dentro do ambiente social.

Nesse aspecto, observa-se que a todo momento ocorrem mudanças e na mesma proporção que surgem elas esvaem-se. Com isso é necessário filtrar aquilo que, de fato, vai contribuir para o crescimento social e aqui se destaca a gestão pública que tem o desafio de proporcionar a qualidade nos serviços oferecidos.

Partido dessa contextualização, o tema aqui abordado é o Sistema de Transporte Público em São Luís-MA e, como forma de diminuir as distâncias entre a população e seu destino foi criado o Sistema integrado de transportes para que a locomoção seja mais rápida e, o transporte público é um serviço destinado à população em geral, todos têm direito a ele.

¹ Pós-graduado em Direito do Consumidor e Novas Tecnologias pelo Instituto IPB. E-mail: moisanieldcosta@hotmail.com.

² Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itáuna-MG. Graduado em Ciências Sociais e Mestre em Administração.

Sabe-se, que o sistema integrado de transporte é crucial para o deslocamento de passageiros, mas, nem sempre a qualidade do mesmo está conforme a população merece, que é um serviço digno.

Então, para que esse serviço esteja bem disponibilizado é necessário que a gestão pública atue fortemente como mediadora entre empresa de transporte e a população, criando estratégias, planejando, conversando, intercedendo, promovendo assim, o fluxo de passageiro, serviço de qualidade e segurança.

A proposta dessa pesquisa se deu a partir de estudos voltados para o transporte público, quando sentiu-se a necessidade de conhecer o funcionamento e o processo de planejamento dentro da gestão pública de São Luís–MA, uma vez que a precariedade dos ônibus e a desestimulação dos usuários são cenários realistas e que afetam a locomoção dos cidadãos que fazem uso do transporte coletivo mais de uma vez ao dia.

Este trabalho foi proposto, ainda, mediante a carência de estudos sobre o sistema integrado de transporte, pois o acesso a documentos sobre tal assunto foi dificultoso, com isso, pretende-se deixar registrado o tema em questão para futuras pesquisas.

Assim sendo, destacamos como objetivo geral desta pesquisa discutir o direito ao serviço público de São Luís–MA, enfatizando na qualidade e a comodidade dos passageiros e, como específicos: destacar a importância de um bom sistema de transportes; compreender o funcionamento do sistema integrado de transporte de São Luís; e identificar melhorias do transporte público.

Como metodologia foi feita uma pesquisa de cunho bibliográfico, que segundo Gil (2016), pauta-se em material já publicado, formado, sobretudo, de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com intuito de colocar os pesquisadores em contato direto com todo material já escrito.

Para isso, foi necessário ter acesso também a documentos virtuais que abordam sobre o tema. Destacamos, por exemplo, bibliotecas virtuais e, também, bases de dados, dentre outros.

Dessa maneira, este artigo está dividido em 4 tópicos. De forma mais detalhada, o capítulo 2 versa sobre a gestão pública, enfatizando sua contribuição no processo da qualidade dos serviços ofertados; o capítulo 3 trata sobre o direito ao transporte público, bem como o acesso a ele.

O capítulo 4 relata a concessão e princípios do serviço público, enfatizando o contrato propriamente dito em São Luís–MA; o capítulo 5 aborda sobre a relação de consumo e a qualidade do serviço público dentro da perspectiva do usuário do transporte público como consumidor. E, por fim, a conclusão, que faz um apanhado geral do estudo.

2 DESENVOLVIMENTO

Considera-se que a administração pública tem um papel importante no cenário do Sistema Integrado de Transporte. A gestão pública, com foco nesse serviço, necessita criar soluções que possam favorecer a população em geral.

Diante disso, é de responsabilidade do setor público, ou seja, da administração municipal a oferta do transporte urbano, como se destaca no inciso V do Art. 30 da Constituição Federal de 1988: “cabe ao município organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o transporte coletivo, que tem caráter essencial” (BRASIL, 1988).

É necessário entender que a “[...] administração é a ciência social que estuda e sistematiza a prática de gerenciar recursos, pessoas e negócios de forma organizada e planejada para atingir seu objetivo.” (ARAUJO, 2017, p. 26), é de responsabilidade da gestão pública o desempenho de uma oferta de qualidade à população, pois, precisam do transporte público para sua locomoção e a isso cabe segurança e comodidade de tais usuários.

Existe um processo para a contratação de serviço de transportes e, é a administração pública que faz a ponte no contrato de empresas e isso se dá mediante licitação pública

Nessa perspectiva, Sousa Junior (2020), destaca que,

As prefeituras dos estados utilizam a prática de contratação de empresas, via licitação, sendo, este mecanismo, considerado como um procedimento padrão para que uma empresa desempenhe um serviço público, e, assim, ao vencer no processo licitatório, passa a atuar sob regime de concessão ou permissão, podendo atuar por um determinado espaço de tempo. Durante esse processo, a prefeitura, por meio de um órgão competente, tem a função de fiscalizar e, caso sejam comprovadas as irregularidades, de acordo com as denúncias realizadas pelos usuários, a prefeitura pode romper o contrato e abrir uma nova licitação.

O mesmo autor ainda enfatiza que,

[...] o transporte público é de grande importância para a economia, qualidade de vida e eficiência das cidades modernas, pois um sistema de transporte dinâmico faz com que o trânsito dos grandes centros urbanos flua com mais celeridade e segurança, pois isso é reflexo do papel da Gestão Pública atuante nos estados da federação. (SOUSA JUNIOR, 2020).

Com isso, observa-se que, é indispensável esse serviço do transporte público como oferta para a população em geral e, assim, possam estar satisfeitos, principalmente, com novos ônibus que tenham acessibilidade àqueles que têm algum tipo de necessidade especial, pois, a demanda do transporte público não deve ser uma oferta que visa somente o ganho, mas é preciso adotar estratégias que visam a dignidade e comodidade do cidadão que usa tal serviço.

Assim sendo,

Pode-se dizer, portanto, que característica importante do direito ao transporte é justamente sua função acessória à garantia da efetividade de outros direitos sociais. Como os grandes centros urbanos oferecem melhor infraestrutura para atendimento das necessidades básicas da população, a acessibilidade e a capacidade de locomoção no meio urbano se tornam questões cruciais para o aproveitamento de tais recursos. (COSTA, 2018, p. 22)

A mobilidade é um direito da sociedade e isso se dá por meio de transporte público e/ou privado, mas nem todos têm acesso ao transporte privado (Táxi, Uber e outros). Por isso existe o poder público e o transporte público, para amparar aqueles que, de fato, só utilizam ônibus que, muitas vezes, só tem o valor de uma passagem e se deslocam de terminal em terminal para chegar ao seu destino.

Para Meyer e Günther (2019, p. 294),

No que tange a mobilidade urbana, esse contexto não é diferente e cada vez mais os controles e exigências sobre os organismos públicos que tratam da gestão de 294 mobilidade urbana são uma realidade. Não há dúvidas que isso tem gerado inúmeros ganhos e avanços para melhorar a administração pública na área de mobilidade urbana.

No mesmo estudo os autores destacam que,

Até os dias de hoje, o controle é um elemento central na administração de organizações e na administração pública isso não é diferente. Isso decorre do fato de ser fundamental para a verificação da eficácia das políticas públicas e do emprego de recursos públicos. Isto é, o conceito de controle vai além de aspectos financeiros e legais, abarca a avaliação de resultados e é aplicado para o cumprimento aos princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. (MEYER; GÜNTHER, 2019, p. 296).

Diante dessa realidade, é possível afirmar, mais uma vez, que a gestão pública tem um papel primordial quando se trata da qualidade do serviço público, em especial o Sistema Integrado de Transporte, pois “A gestão pública responde pela organização e pelo desenvolvimento de uma instituição comprometida com o alcance dos objetivos definidos nos planos de governo, aplicando adequadamente estratégias e recursos em prol do bem comum.” (ARAÚJO, 2017, p. 28).

2.1 DIREITO AO TRANSPORTE, DIREITO AO SERVIÇO, SERVIÇO DE QUALIDADE

O direito [...] é o conjunto de regras, normas, regulamentos e princípios criados pelo Estado para a conservação da ordem social. Trata-se de normas cujo cumprimento é obrigatório para todos os cidadãos.³

Nesse sentido, o direito de acesso deve ser viável à população para quem está sendo destinado, pois, não adianta ter o serviço e os cidadãos não ter conhecimento ou nem mesmo poder usufruir deles.

“Os serviços tidos como públicos, ao serem oferecidos pelo Estado à população, devem buscar atender ao interesse coletivo, prestados com a devida eficiência e terem como fim o bem-estar da população.” (CLARK; SOUZA, 2017, p. 4).

E, se tratando do uso do transporte, assunto desta pesquisa, não é diferente, todos devem ter acesso fácil. É necessário ressaltar que,

A importância do direito ao transporte é inegável e sua ligação com a dignidade humana se revela também através de seu caráter acessório em relação aos outros direitos sociais, pois serve como meio de viabilização e garantia dos outros direitos sociais. Sem ele não há como ter uma convivência digna, livre e igual [...]. (COSTA, 2018, p. 21).

Mediante tal lógica, sabe-se que o direito ao uso do transporte deve realçar uma afinidade com as empresas de ônibus e administração pública. Por meio dessa parceria os direitos dos cidadãos, conseqüentemente, serão garantidos, proporcionando, assim, mais melhorias no tocante à destinação do serviço de transportes.

A Constituição Federal no Art. 6º expõe que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988)

Corroborando com essa ideia, Costa (2018, p. 17) destaca que,

O direito ao transporte está ligado às ideias de locomoção e de mobilidade e a consideração conjunta de todos eles leva ao compromisso de tornar os bens e serviços distribuídos pelo espaço das cidades equitativamente acessíveis para a população, considerando as diferenças de renda e sociais e todas suas conseqüências.

³ Disponível em: <https://conceito.de/direito> Acesso em: 10 nov. 2023

A autora ainda destaca que “O direito ao transporte configura um direito meio para fruição do direito à saúde, pois observa-se que sua efetividade está umbilicalmente ligada à capacidade de mobilidade dos seus beneficiários reais”. (COSTA, 2018, p. 22). E, segue, ainda, enfatizando que,

[...] a característica importante do direito ao transporte é justamente sua função acessória à garantia da efetividade de outros direitos sociais. Como os grandes centros urbanos oferecem melhor infraestrutura para atendimento das necessidades básicas da população, a acessibilidade e a capacidade de locomoção no meio urbano se tornam questões cruciais para o aproveitamento de tais recursos. (COSTA, 2018, p. 22).

Diante desse cenário de direitos, é necessário abordar, também, a qualidade do serviço oferecido à população e, nessa perspectiva,

O transporte público de qualidade não seria simplesmente um serviço, mas um fator de exercício da própria cidadania, essencial para que a população possa exercer seus direitos civis de forma satisfatória, com acesso a todos os aspectos que a cidade moderna pode oferecer como lazer, educação, integração social e participação política. (CLARK; SOUZA, 2017, p. 6).

Os autores ainda destacam que,

O transporte público ao atribuir o pagamento de tarifa possibilita a chance de exigir a prestação de um serviço de qualidade e seguro, com o qual a coletividade possa contar para bem realizar as atividades diárias e que possibilite um bem-estar, um fator de melhoria das condições de vida e acesso aos direitos civis e sociais como o trabalho. Logo, o transporte público pode ser considerado como um instrumento de exercício da cidadania, por fornecer ao consumidor o acesso à vida digna, ao trabalho e aos direitos civis. (CLARK; SOUZA, 2017, p. 6).

Ou seja, a qualidade de uma oferta vai além de um simples serviço, é importante compreender que a sociedade a quem é destinada tal serviço merece usufruir do melhor que a administração pública pode oferecer: uma boa segurança, uma qualidade adequada, conforto e outros benefícios no que tangem os usuários.

Logo, a não qualidade do sistema integrado de transporte deturpa não só as leis que estabelece, mas, também, os direitos de acesso. A oferta de um excelente serviço é bem mais que um direito, é uma obrigação por parte da gestão pública, cabendo criar estratégias de melhorias na rede de transportes.

2.2 CONCESSÃO, PRINCÍPIO

A lei 11.079 de 30 de dezembro de 2004, que em seu artigo 2º, § 2º, conceitua a referida concessão da seguinte forma: “Concessão administrativa é o contrato de prestação de

serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.” (BRASIL, 2004).

Por sua vez, a Lei 8.987/95 em seu artigo 6º destaca que,

Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. (BRASIL, 1995).

A concorrência pública nº 004/2016/CLP do projeto básico de São Luís de 2016 que trata sobre a Concessão em todo o sistema de transporte coletivo de São Luis-MA, e dá outras diretrizes para o uso do coletivo, enfatiza, em especial, que o atendimento aos passageiros deverá atender as seguintes obrigações:

- a) Operação: fornecimento de mão de obra local e insumos necessários à operação dentro dos padrões pré-estabelecidos;
- b) Frota: investimento na aquisição e reposição dentro dos padrões tecnológico e ambientais;
- c) Manutenção: fornecimento de mão de obra e insumos necessários a manutenção das frotas;
- d) Garagem: disponibilização dentro dos padrões tecnológico ambientais;
- e) Bilhetagem: fornecimento de todo o sistema de bilhetagem eletrônico, incluindo a venda dos créditos e gestão do sistema de compensação dos créditos;
- f) Sistemas embarcados: disponibilização de equipamentos embarcados para controle e monitoramento da frota e sistemas de informação ao usuário, permitindo futura implantação de Centro de Controle Operacional – CCO.

Nessa perspectiva, para que a Administração Pública tenha sucesso em suas funções e desempenho de serviços é necessário desenvolver medidas para esse fim, aqui no caso, a Licitação.

Somente por meio da licitação que é possível adquirir serviços, bens, permitir obras entre outros, “[...] a Constituição Federal de 1988 estabelece que a “concessão” do serviço público deverá ocorrer após a escolha das empresas, por meio do devido procedimento licitatório.” (CLARK; SOUZA, 2017, p.7)

A CRFB de 1988 no inciso XXI do art. 37 versa sobre a necessidade de licitar:

Art 37 - XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (BRASIL, 1988).

Com isso, a licitação é o meio formal para que a gestão pública obtenha serviços e, conseqüentemente, oferecer à sociedade por meio de políticas públicas eficientes.

No tocante aos princípios, o Direito Administrativo é regido por princípios fundamentais, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, como consta na CRFB de 1988, em seu artigo 37. A seguir o quadro 1 melhor detalha cada princípio.

Quadro 1 - Princípios gerais que regem a Administração Pública

Princípio da legalidade	Pode ser traduzido como a sujeição da Administração Pública aos preceitos legais. Tal conceituação não se dá de forma simplista como aparenta, mas contém questões relevantes de aplicação prática
Princípio da impessoalidade	É interpretado na doutrina pátria de várias formas, expressando a igualdade e a isonomia
Princípio da moralidade	É de difícil expressão verbal, muitas vezes ligada à lisura e fins de interesse público, pressuposto de validade da atividade pública
Princípio de publicidade	Está ligado à validade e a eficácia dos atos administrativos, eis que estes somente terão validade mediante a sua divulgação pública, para conhecimento dos administrados
Princípio da eficiência	Vinculado à ideia de ação, rápida e precisa, produzindo resultados adequados à população quando na prestação de serviços.

Fonte: adaptado de SILVA, Queila Ramos da; CAVALCANTI, Juliano Luis. A concessão do serviço público. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 3, n.3, p. 1257-1277, 3º Trimestre de 2012. Disponível em: https://www.univali.br/graduacao/direito-itajai/publicacoes/revista-de-iniciacao-cientifica-ricc/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/389/arquivo_77.pdf. Acesso em: 24 out 2023

Diante disso, os princípios do serviço público são norteados pelos princípios da continuidade, igualdade e da mutabilidade, como no quadro 2 é detalhado.

Quadro 2 - Princípios aplicáveis aos Serviços Públicos

Princípio da continuidade	É a impossibilidade da interrupção da prestação de um Serviço Público, exceto nos casos previstos em lei.
---------------------------	---

Princípio da igualdade	Está à disposição de todos que dele necessitem, sem distinção
Princípio da mutabilidade	É a norma que autoriza a adaptação da prestação dos serviços às necessidades e exigências que surgirem como produto da evolução social e tecnológica, alterando o regime de execução desses serviços

Fonte: adaptado de SILVA, Queila Ramos da; CAVALCANTI, Juliano Luis. A concessão do serviço público. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, v. 3, n.3, p. 1257-1277, 2012. Disponível em: https://www.univali.br/graduacao/direito-itajai/publicacoes/revista-de-iniciacao-cientifica-ricc/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/389/arquivo_77.pdf. Acesso em: 24 out. 2023

“Logo, a legislação de concessões de serviços públicos nunca foi plenamente aplicada aos transportes públicos, os quais não tiveram suas empresas operadoras escolhidas segundo o critério da eficiência.” (CLARK; SOUZA, 2017, p. 5).

2.3 A concessão propriamente dita: contrato

O contrato de concessão de serviço público tem como objeto a transferência da gestão e execução de um serviço do Poder Público a um concessionário. Cabe ao Estado acompanhar a adequada execução do contrato e o atendimento do interesse público. O concessionário remunera-se por meio de tarifa cobrada dos usuários e fixada quando da assinatura do contrato. Esta tarifa objetiva financiar a operação, manutenção, aprimoramento tecnológico e proporcionar lucro ao concessionário.⁴

Através do processo de licitação, é criado o contrato de concessão, que na Lei 8987/95 no art. 23 dispõe:

- Art. 23. São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:
- I - ao objeto, à área e ao prazo da concessão;
 - II - ao modo, forma e condições de prestação do serviço;
 - III - aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;
 - IV - ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas;
 - V - aos direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações;
 - VI - aos direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;

⁴ Disponível em: <https://www.adasa.df.gov.br/regulacao-sae/contrato-concessao-sae>. Acesso em: 18 nov. 2023

VII - à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;
VIII - às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação;
IX - aos casos de extinção da concessão;
X - aos bens reversíveis;
XI - aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, quando for o caso;
XII - às condições para prorrogação do contrato;
XIII - à obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente;
XIV - à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária; e
XV - ao foro e ao modo amigável de solução das divergências contratuais. (BRASIL, 1995).

Em São Luís, o Contrato de Concessão nº 017/2016 (concorrência pública nº 04/2016) foi firmado aos 22 de julho de 2016 entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - SMTT e a empresa VIAÇÃO PRIMOR LTDA. Tal contrato expõe regras sobre o serviço de Transporte Público em São Luís, em relação a tarifas, manutenção, direito dos usuários, entre outros.

2.4 RELAÇÃO DE CONSUMO, ASPECTO DE QUALIDADE

O usuário do transporte público não deixa de ser um consumidor. Consumidor este que, além de suas obrigações, tem, ainda, seus direitos amparados por lei e, todos os serviços oferecidos pela gestão pública cabe, também, a este, o que, assim, pode reivindicar a qualquer tempo.

Segundo a ótica do Código de Defesa do Consumidor o cidadão pode, dentro dos seus direitos, exigir serviços de qualidade. Pois,

O Código de Defesa do Consumidor é uma lei que consagra princípios fundamentais da República, o mínimo essencial para proteção do consumidor e a sobreposição deste em relação aos demais ramos do direito, nos quais se evidenciem relações de consumo.” (SILVA; SANTOS, 2012, p. 263).

Clark e Souza (2017, p. 7) destacam que,

O transporte público, enquanto relação de consumo, deveria ser marcado por um serviço de qualidade, oferecido de forma a zelar pela segurança do consumidor, segundo as orientações do Código de Defesa do Consumidor e as disposições da Constituição Federal.

E, mais ainda que,

[...] a empresa que atua na área de transportes coletivos cobra uma taxa pela prestação do serviço e, ao ser exigido a contrapartida, estabelecer-se-á com o usuário cidadão uma verdadeira relação de consumo, a qual atrairá para si

responsabilidades de caráter público como a reparação por danos causados nas eventuais falhas durante a prestação dos serviços. (CLARK; SOUZA, 2017, p. 7).

Assim, destacamos que o art. 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor prevê:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...]

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

O Código de defesa do consumidor dá essas direções para que o usuário do transporte público seja amparado, possibilitando, assim, melhorias na qualidade do transporte e segurança nas viagens. A forma como tais serviços vão ser disponibilizados deve ser por meio de estratégias e planejamentos eficazes que possam alcançar os usuários do transporte público. O quadro 3 mostra os princípios das relações de consumo:

Quadro 3 - Princípios que norteiam as relações de consumo

Princípio da vulnerabilidade	O CDC pressupõe a vulnerabilidade do consumidor partindo do princípio de que nas relações de consumo existe uma desigualdade fática entre fornecedor e consumidor, razão pela qual, ao estabelecer vantagens e direitos ao consumidor, tenta igualar sua posição jurídica na relação contratual.
Princípio da transparência	O consumidor tornou-se detentor do direito subjetivo de informação e o fornecedor sujeito de um dever de informação.
Princípio da boa fé	Significa a transparência obrigatória em relação aos contratantes, um respeito obrigatório aos interesses do outro contratante, uma ação positiva do parceiro contratual mais forte com relação ao parceiro contratual mais fraco, permitindo as condições necessárias para a formação de uma vontade liberta e racional.

Princípio da equidade	Tem por função básica a promoção do equilíbrio na relação contratual, dispondo não só das atribuições, mas também das funções de partes envolvidas no processo de fornecimento e no processo de consumo, assegurando o desenvolvimento do negócio, promovendo o combate a prática considerada abusiva, situação comprometedora das relações de consumo.
Princípio da confiança	Que consiste na credibilidade depositada pelo consumidor no produto ou contrato a fim de que sejam alcançados os fins esperados.

Fonte: Adaptado de: PALUDO, Daniela Maria. Princípios adotados pelo código de defesa do consumidor. 2005. Disponível em: https://www.univates.br/media/graduacao/direito/PRINCIPIOS_ADOTADOS_PELCO_CODIGO_DO_CONSUMIDOR.pdf Acesso em: 18 nov. 2023.

Todo princípio acima citado tem sua relevância na relação de consumo, mas, na ótica de Silva e Santos (2012, p. 280), “Desses deveres jurídicos, sobressaem os deveres anexos da boa-fé objetiva que, caso violados, geram o inadimplemento do contrato – violação positiva do contrato –, e, por conseguinte, a responsabilidade objetiva daquele que lhe deu causa.”

3 CONCLUSÃO

Por mais que haja uma tendência a se pensar de forma contrária, o sistema integrado de transporte ainda precisa de muitas melhorias, pois destaca-se que esse direito está deturpado em virtude do não aprimoramento desse serviço, as viagens se tornam inseguras, sem comodidade, sem qualidade.

O propósito da gestão pública deve ser o acolhimento do deslocamento aos passageiros que usam o transporte público e, isso se dá por meio de políticas públicas que possam amparar tais passageiros de forma que tenham acesso ao direito de uma viagem tranquila e segura.

Então o estudo em questão alcançou seu objetivo que era “discutir o direito ao serviço público de São Luís–MA, enfatizando na qualidade e a comodidade dos passageiros” ao perceber que o sistema integrado de transporte é indispensável, quando digno e de qualidade, à sociedade. Revelou-se, ainda, que muitos transportes, em muitos bairros de São Luís, são bem mais precários devido à falta de estrutura e infraestrutura e a locomoção ser bem mais dificultosa, por isso aqui mais uma vez se destaca a função da gestão pública.

Nessa perspectiva, é cabível enfatizar que para que o sistema integrado de transporte seja oferecido com sucesso é imprescindível políticas públicas, um bom planejamento de rotas, esses itens são alguns que devem ser trabalhados em função do sistema integrado de transporte.

Por ser assim, o caminho está aberto para novas estratégias do serviço público, principalmente, o sistema integrado de transporte, devendo transparecer o real objetivo da gestão pública que é oferecer serviços de qualidade à sociedade que fazem uso dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Germano Alves. **Gestão por processos no setor de transporte da UFPB:** adequação às metas institucionais. 148 f. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional) - Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2017, João Pessoa – PB. Disponível Em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/12663/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 25 out 2023 Acesso em: 18 nov. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 11 nov. 2023.

_____. Código de Proteção e Defesa do Consumidor (1990). Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 set. 1990. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/533814/cdc_e_normas_correlatas_2ed.pdf. Acesso em: 18 nov. 2023.

_____. **Lei Nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.** Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm. Acesso em: 11 nov. 2023.

_____. **Lei Nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e alterações posteriores.** Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18987cons.htm. Acesso em: 11 nov. 2023.

CLARK, Sarah Fernanda Pereira; SOUZA, Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de. O transporte público de qualidade como um direito previsto no código de defesa do consumidor. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/otransportepublicopublicodequalidadecomoumdireitoprevistonocodigodedefesadoconsumidor.pdf> Acesso em: 18 nov. 2023.

COSTA, Beatriz Guimarães. **O Direito Constitucional ao transporte público**. 99 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/21550/O%20Direito%20Constitucional%20ao%20transporte%20p%20c3%20bablico.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 24 out 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2016.

MEYER, Bernardo; GÜNTHER, Helen Fischer. O papel do controle externo nas políticas públicas de mobilidade urbana: o caso da região metropolitana da grande Florianópolis. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO, 3., 2019, Anais... 2019. Disponível em: https://observatoriodamobilidadeurbana.ufsc.br/wp-content/uploads/2019/09/Meyer_Gunther_O-PAPEL-DO-CONTROLE-EXTERNO-NAS-POLI%CC%81TICAS-PU%CC%81BLICA-S-DE-MOBILIDADE-URBANA.pdf Acesso em: 25 out 2023.

SILVA, Michael César; SANTOS, Wellington Fonseca dos. **O direito do consumidor nas relações de consumo virtuais**. Brasília, v. 49 n. 194 abr./jun. 2012, p. 261-281. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496589/000952705.pdf?sequence=1> Acesso em: 18 nov. 2023.

SILVA, Queila Ramos da; CAVALCANTI, Juliano Luis. A concessão do serviço público. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, v. 3, n. 3, p. 1257-1277, 2012. Disponível em: www.univali.br/ricc - ISSN 2236-5044
https://www.univali.br/graduacao/direito-itajai/publicacoes/revista-de-iniciacao-cientifica-ricc/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/389/arquivo_77.pdf Acesso em: 24 out 2023.

SOUSA JÚNIOR, Antonio Ressa Rodrigues de. **Papel da gestão pública e a qualidade no transporte coletivo**. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/qualidade-no-transporte> Acesso em: 25 out 2023.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E OS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA: uma pesquisa bibliográfica

Rhaquely Bentes de Sousa¹

Luciano Borges Muniz²

RESUMO: O Estado possui responsabilidade civil para reparar os danos ocasionados por seus agentes públicos, especialmente os agentes policiais da segurança pública, durante o exercício de suas funções ostensivas e repressivas. O presente artigo objetiva analisar as diferentes abordagens sobre a responsabilidade estatal pelos danos resultantes de ações policiais no contexto da segurança pública, com ênfase nos princípios constitucionais. Essa análise, também, visa abordar e identificar as circunstâncias que excluem a ilicitude das condutas dos agentes policiais, que impedem a propositura da ação de regresso, além de compreender os limites estabelecidos pela legislação para a responsabilização do Estado. Para analisar as diferentes abordagens, considerou-se a legislação pátria vigente que trata sobre o tema, bem como o levantamento bibliográfico e documental. Assim, pode-se concluir a complexidade do tema, visto que a Constituição Federal atribui ao Estado a segurança pública, contudo a responsabilização individual enfrenta desafios. A jurisprudência reconhece a responsabilidade estatal por condutas ilícitas, porém a responsabilização individual dos policiais é dificultada pela natureza de suas funções, que exigem decisões rápidas em situações de risco.

Palavras-chave: Responsabilidade do Estado. Responsabilidade objetiva. Atos praticados por policiais.

1 INTRODUÇÃO

A responsabilidade civil do Estado, também denominada de responsabilidade extracontratual, relaciona-se à obrigação de indenizar danos patrimoniais e materiais causados por conduta humana perpetrada por seus agentes públicos. Este presente artigo se concentrará na análise dessa responsabilidade no contexto das ações dos agentes integrantes das forças de segurança pública.

A segurança pública é assimilada pela lei e doutrina majoritária como um dever do Estado de garantir a ordem pública e a integridade social de todos os cidadãos, por meio das funções ostensivas e repressivas encabeçadas pelos órgãos que compõem a segurança pública.

¹ Pós-graduada em Direito Público pela Faculdade Famart. E-mail: rhaquelybentess@gmail.com.

² Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itáuna–MG. Graduado em História e Mestre em Ciências Sociais.

Durante o exercício de suas funções típicas, os agentes das forças policiais realizam atividades de polícia administrativa e judiciária, conforme estabelecido pela Constituição Federal, visando manter a segurança social e o cumprimento da legislação nacional. Nesse sentido, o Estado legitima o uso do poder de polícia, possibilitando-os de restringir e impor limites à liberdade e direitos dos indivíduos, devendo sempre atender o princípio da ponderação de seus atos.

Nesta perspectiva, o objetivo do presente trabalho é analisar os limites da responsabilidade estatal nas condutas praticadas por policiais nas ações públicas de segurança pública, explorando as teorias de responsabilidade civil do Estado e dos agentes públicos, em caso de ação de regresso, examinando os critérios para avaliação das condutas policiais.

2 DESENVOLVIMENTO

O Estado atua por meio de seus agentes públicos e nos limites descritos pelo ordenamento jurídico, visando a concretização das funções estatais e para o cumprimento dos objetivos estabelecidos pela legislação. Os agentes públicos, que incluem desde servidores efetivos até os não remunerados, são responsáveis por concretizar as políticas públicas e executar os serviços essenciais que garantem a concretização do princípio do interesse público. Em nome do Estado, eles exercem diversas atribuições, como fiscalização, regulamentação e entre outros.

A atuação dos agentes públicos está estritamente regulada pelo ordenamento jurídico, a qual define suas responsabilidades, deveres e limitações. Assim, para assegurar a atuação em prol da sociedade, os agentes do Estado são dotados de instrumentos hábeis para tanto. Dentre tais instrumentos, apresentam-se os poderes administrativos, que são prerrogativas para a atuação em nome do poder público. Além dos poderes, o sistema legal impõe também deveres administrativos visando a regulação dos poderes concedidos aos servidores, visto que suas ações devem ser alinhadas com o interesse público e não violem direitos individuais.

Diante disso, segundo José dos Santos Carvalho Filho (2009)³, a conduta abusiva praticada por agentes públicos pode ser atribuída à duas modalidades principais: primeiro, quando o agente atua além dos limites de sua competência, caracterizando excesso de poder;

³ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 21 ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p.44

segundo, quando o agente, mesmo dentro de sua competência, desvia-se do interesse público que deve orientar toda atividade administrativa, configurando desvio de poder.

Por consequência, essas condutas, excesso de poder ou desvio de poder, quando praticadas, representam atos abusivos. Isso ocorre porque o exercício das prerrogativas conferidas aos agentes se dá de maneira contrária à boa-fé, aos bons costumes e aos objetivos econômicos e sociais que motivam a atuação estatal.

2.1 TEORIAS DE RESPONSABILIDADE CIVIL

A responsabilidade civil, a grosso modo, é um princípio fundamental no Direito, que visa atribuir consequências jurídicas aos indivíduos ou pessoas jurídicas que causam danos a terceiros. De modo geral, a responsabilidade civil, ocorre quando há descumprimento de uma obrigação, seja por não cumprir o que foi estipulado em contrato ou por infringir normas que regulam a convivência na sociedade (TARTUCE, 2018).

Nesse contexto, a responsabilidade civil do Estado, surge quando falha em buscar o interesse público, um dos fundamentos primordiais do direito administrativo (TARTUCE, 2018).

Conforme entendimento majoritário da doutrina, especialmente de José dos Santos Carvalho Filho (2016), o ordenamento jurídico brasileiro consagra três teorias principais referentes à responsabilidade civil do Estado. A teoria do risco administrativo é a mais aplicada, pois admite a possibilidade da incidência de excludentes de responsabilidade; a teoria do risco integral é utilizada em situações excepcionais, como nos casos de acidentes nucleares, onde a responsabilização é integralmente atribuída ao Estado; e por último, a teoria da culpa do serviço, está aplicada em relação aos atos omissivos estatais.

Essas teorias refletem diferentes abordagens quanto à responsabilidade civil do Estado, cada uma com suas particularidades e critérios específicos para determinar quando e como o Estado deve ser responsabilizado pelos danos causados aos cidadãos

Considerando a teoria mais aplicada, teoria do risco administrativo, que determina que a responsabilidade civil do Estado é objetiva, ou seja, ao exercer suas atividades administrativas, assume os riscos inerentes à sua atuação, independentemente de culpa, logo, o Estado pode ser responsabilizado mesmo quando não há dolo ou culpa direta de seus agentes, bastando que o dano decorra de uma conduta estatal.

Nesta teoria, como mencionado anteriormente, é possível aplicar excludentes de responsabilidade, com base na demonstração de culpa exclusiva ou concorrente da vítima, com intuito de mitigar ou excluir a necessidade de indenização.

Neste viés, a Constituição Federal, em seu artigo 37, §6^o estabelece a responsabilidade objetiva do Estado, que não exige a comprovação de dolo ou culpa do agente público. No entanto, é assegurado ao Estado a possibilidade da ação de regresso⁵, a qual requer a presença do dolo ou da culpa como requisito para sua propositura.

2.2 SEGURANÇA PÚBLICA

Segundo Castro (2021), a segurança pública é descrita como "um direito humano fundamental que, quando atingido, coloca em risco a dignidade e a integridade das pessoas". Portanto, deve ser reconhecida como uma responsabilidade e um dever do Estado, com o propósito de assegurar a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos e a manutenção da ordem pública.

Assim, conforme observa Storani (2018), a segurança pública envolve um conjunto de atribuições e normas que exigem a colaboração de diferentes esferas do poder público e da sociedade civil. Esse esforço conjunto visa encontrar soluções que promovam os direitos humanos e garantam a eficácia das políticas de segurança, com o objetivo primordial de proteger os direitos dos cidadãos.

Conforme visto, os agentes policiais mencionados no art. 144 da Constituição Federal⁶, estão enquadrados no conceito de agente público, ou seja, todo indivíduo que

⁴ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

§ 6^o As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

⁵ A ação de regresso é um mecanismo jurídico fundamental no contexto da responsabilidade civil do Estado, especialmente quando este é obrigado a indenizar terceiros pelos danos causados por seus agentes públicos. Segundo Flávio Tartuce, renomado doutrinador do Direito Civil, a ação de regresso permite que o Estado exija dos servidores públicos responsáveis a devolução dos valores pagos a título de indenização, quando estes agiram com dolo ou culpa no exercício de suas funções (TARTUCE, 2018).

⁶ Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares;

desempenha atividades vinculadas ao poder público, seja de forma remunerada ou não, transitória ou permanente (CARVALHO, 2016).

Dessa forma, o Estado, por meio da atuação de seus agentes de segurança pública, deve agir de acordo com o princípio da supremacia do interesse público, sempre buscando atender às necessidades da coletividade, inclusive mediante restrições de direitos e regulamentação do uso da propriedade privada. Surge, assim, o poder de polícia derivado da autoridade do Estado sobre seus administrados (CARVALHO, 2017).

Portanto, os agentes policiais desempenham um papel crucial nas operações de segurança, sendo fundamentais para esse serviço e frequentemente enfrentando situações de alto risco que requerem decisões rápidas (CARVALHO, 2017).

Como mencionado anteriormente, a Constituição Federal, em seu art. 37, §6º, estabelece que a Administração Pública será responsável pelos danos causados por seus agentes a terceiros, garantindo também o direito de regresso contra o servidor nos casos de dolo ou culpa.

No entanto, conforme argumenta Grecco (2016), o fato de a conduta de um agente policial resultar em danos, mesmo que graves, como homicídio, não implica automaticamente na aplicação da ação de regresso contra ele. Desde que a conduta que causou o dano esteja dentro dos limites do desempenho de suas funções, sem excessos, o agente não será obrigado a ressarcir a Administração Pública. Esta, por sua vez, será responsabilizada objetivamente sob a teoria do risco administrativo e deverá indenizar a vítima do dano.

Portanto, conclui-se que os danos decorrentes das ações dos policiais no exercício de suas funções serão imputados ao Estado, desde que essas ações estejam dentro do estrito cumprimento do dever legal ou em situações de legítima defesa, isentando o agente de responsabilidade pelo evento danoso. Essa isenção representa uma das diversas causas excludentes de responsabilidade que, quando presentes, eliminam a possibilidade de responsabilização do agente público.

Além disso, conforme preceitua Nucci (2019), a legítima defesa, quando utilizada de maneira proporcional e adequada, constitui uma causa excludente de responsabilidade penal, justificada pela necessidade de proteger a ordem pública ou o direito à vida, dificultando a efetivação de intentar a ação de regresso, uma vez que a atuação dos policiais se dá sempre

VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.

no estreito dos limites estabelecidos na legislação, por atuarem na linha de frente das operações policiais.

Por sua vez, o julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo nº 1385315 pelo Supremo Tribunal Federal representa um marco significativo na definição da responsabilidade do Estado nos casos de morte ou ferimento decorrente de operações policiais de segurança pública. Ao adotar a Teoria do Risco Administrativo, a Suprema Corte reconheceu que o Estado deve responder civilmente pelos danos causados durante suas operações, independentemente de culpa direta, baseando-se na premissa de que o risco é inerente à atividade estatal⁷.

Contudo, no tocante à ação de regresso contra o agente policial transgressor, em sede de Recurso Extraordinário 841526 (2016), os ministros da Suprema Corte decidiram que se um agente policial causa danos a terceiros enquanto atua dentro das limitações legais e em conformidade com o estrito cumprimento de dever legal ou em legítima defesa, o Estado é responsável pelo devido ressarcimento. No entanto, o ponto controverso reside na exclusão da possibilidade de ação regressiva do Estado, quando a conduta se enquadra dentro do estrito cumprimento ou legítima defesa, ante a justificativa de restar demonstrado que o agente não agiu com intenção criminosa ou negligência (RE 841526).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões apresentadas ao longo deste estudo, fica claro que a responsabilidade estatal nas ações dos policiais militares durante operações de segurança pública é uma questão de grande complexidade, exigindo uma abordagem interdisciplinar no campo jurídico. A Constituição Federal de 1988 estabelece claramente que a segurança pública é um dever do Estado, atribuindo às polícias administrativa e judiciária a missão de manter a ordem pública.

Contudo, a implementação dessas normas enfrenta desafios significativos, desde a efetividade das políticas públicas até a proteção dos direitos humanos e garantias fundamentais. Conclui-se que a responsabilidade estatal nas ações dos policiais é um princípio fundamental do Estado Democrático de Direito, demandando ações concretas para assegurar a eficácia das políticas de segurança e o respeito irrestrito aos direitos humanos.

⁷ ARE 1385315, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 11-04-2024, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 12-06-2024 PUBLIC 13-06-2024 REPUBLICAÇÃO: DJe-s/n DIVULG 19-06-2024 PUBLIC 20-06-2024)

Nesse contexto, a jurisprudência da Suprema Corte tem consolidado a visão de que o Estado é responsável pelas condutas dos policiais, obrigando-se a adotar medidas preventivas e reparatorias diante de condutas ilícitas ou abusivas.

Por fim, ressalta-se a complexidade e a dificuldade do Estado em impor ação de regresso contra os agentes devido à sua atuação no estrito cumprimento de dever legal ou em legítima defesa, que se baseiam no reconhecimento da necessidade de conceder margem de manobra aos policiais em situações de risco e emergência, ou seja, a própria lei reconhece a justificativa de suas ações.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ronaldo; VASCONCELOS, Joilson. A Responsabilidade do Estado nas Condutas Praticadas por Policiais Militares na Promoção das Ações de Segurança Pública do Estado. Disponível em: doi.org/10.51891/rease.v9i5.9884. Acesso em 22 jul. 2024.

ARAÚJO, Maria Neves de. Responsabilidade Civil do Estado por atos praticados com abuso de poder. EMERJ. 2012. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2012/trabalhos_12012/mairanevesaraujo.pdf. Acessado em 24 de jul. 2024.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo – 21 ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo – 30. ed. rev., atual. e ampl. –São Paulo: Atlas, 2016.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 de julho de 2024.

COSTA, Fábio. A segurança pública como tarefa do Estado. O Direito na Realidade, Curitiba, vol. 1, n. 2, p. 84-97, jul./dez. 2021.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. -18. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

NetoE. S. M., & LisboaC. M. N. (2019). Responsabilidade civil do estado na atuação de seus agentes policiais: Uma revisão narrativa. Revista Eletrônica Acervo Científico, 6, e1901. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reac.e1901.2019>. Acesso em: 22 de julho de 2024.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal: Parte Geral. 17ªed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.

RECURSO E 841526.2016. In: SUPREMO Tribunal Federal. Rio Grande do Sul.

Relator Fux. Disponível em:

<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=11428494>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 42^a ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

STORANI, Paulo. Mudar a cultura policial e fortalecer a segurança pública. Revista Política Democrática, São Paulo, n. 5, p. 34-45, 2018

TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil: volume único. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil. – 8^a ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Método, 2018.

OS DESAFIOS NO USO DE TECNOLOGIA NO ENSINO EM SAÚDE:

Uma análise a partir de pesquisa bibliográfica

Raissa Fernandes Parreira¹
Mailson Santos de Queiroz²

RESUMO: As rápidas transformações no cenário educacional, impulsionadas pelos avanços tecnológicos dos últimos anos, têm exigido dos docentes uma adaptação constante e significativa. O objetivo deste artigo é relatar e analisar os desafios enfrentados no uso da tecnologia no ensino em saúde, além de identificar algumas ferramentas tecnológicas que podem apoiar o processo de ensino-aprendizagem. O trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica focada na temática em questão. Quando integradas ao contexto educacional, as tecnologias digitais têm o potencial de enriquecer a aprendizagem, criando ambientes mais dinâmicos e favoráveis ao aprendizado, ao mesmo tempo que modernizam as práticas pedagógicas. Concluímos que as instituições educacionais ainda não estão explorando plenamente o potencial pedagógico das ferramentas tecnológicas. Embora o acesso a essas tecnologias tenha crescido significativamente, essa expansão não tem sido acompanhada por uma qualificação adequada dos docentes nem por uma transformação efetiva nos processos de ensino, comprometendo seu impacto no aprendizado dos alunos.

Palavras-chave: Ensino em saúde. Tecnologia. Docência. Aprendizagem.

ABSTRACT: The rapid transformations in the educational landscape, driven by technological advancements in recent years, have required teachers to make constant and significant adaptations. The aim of this article is to report and analyze the challenges faced in the use of technology in health education, as well as to identify some technological tools that can support the teaching-learning process. The study was developed through a bibliographic research focused on the subject in question. When integrated into the educational context, digital technologies have the potential to enrich learning by creating more dynamic environments conducive to learning, while also modernizing pedagogical practices. We conclude that educational institutions are still not fully exploring the pedagogical potential of technological tools. Although access to these technologies has grown significantly, this expansion has not been accompanied by adequate teacher training or by an effective transformation in teaching processes, which has compromised their impact on student learning.

Keywords: Health education. Technology. Teaching. Learning.

¹ Pós-graduada em Docência e Pesquisa para Área da Saúde pela Faculdade Famart. E-mail: raissafernandesparreira@yahoo.com.br

² Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itaúna–MG. Licenciado em Química, pós-graduando em Tecnologias Educacionais e Mestre em Engenharia de Materiais.

1 INTRODUÇÃO

A abordagem tradicional de ensino e seu processo de ensino-aprendizagem baseiam-se em uma concepção histórica e em práticas que se perpetuam ao longo do tempo, estabelecendo-se como um modelo referencial para muitas metodologias educacionais. Nesse modelo, o professor assume o papel de protagonista, sendo o principal transmissor de conhecimento, enquanto os alunos são vistos como receptores passivos de informações. A ênfase recai sobre a acumulação de conteúdo, muitas vezes prejudicando o desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas. Assim, essa metodologia valoriza a diversidade e a quantidade de conteúdo, mas não favorece necessariamente a formação de um pensamento crítico e reflexivo por parte dos alunos, que poderiam ser mais incentivados a questionar, analisar e aplicar o conhecimento.

Em contraste, existem abordagens metodológicas de ensino que colocam o aluno no centro do processo, com o objetivo de criar condições que favoreçam seu desenvolvimento tanto cognitivo quanto emocional, estimulando a construção ativa do conhecimento e a reflexão crítica.

Quando os alunos se envolvem de forma ativa no processo de aprendizagem e se sentem motivados em sala de aula, o aprendizado se torna mais envolvente e significativo. Nesse contexto, as tecnologias digitais desempenham um papel importante, potencializando essa experiência ao tornar os alunos mais participativos e engajados. No entanto, é fundamental destacar que o simples uso de dispositivos digitais não representa, por si só, uma verdadeira inovação nas metodologias de ensino. As tecnologias digitais contemporâneas, quando adequadamente integradas ao processo educativo, funcionam principalmente como ferramentas de apoio, que devem ser aplicadas de maneira estratégica, sempre alinhadas aos objetivos pedagógicos e às necessidades dos alunos.

O uso das ferramentas digitais tem se expandido entre os profissionais da saúde, que têm adotado essas tecnologias para divulgar informações sobre doenças, estratégias de prevenção e para a educação de futuros profissionais. Além disso, os ambientes virtuais têm se tornado espaços em que as pessoas buscam orientações sobre condições de saúde, compartilham suas experiências no processo de adoecimento e trocam sentimentos e vivências com outras que enfrentam situações semelhantes. Nesse contexto, as ferramentas da web não se restringem à simples transmissão de informações, mas desempenham um papel

essencial na criação de ambientes colaborativos e interativos, os quais podem enriquecer as atividades pedagógicas e oferecer suporte emocional aos indivíduos (CRUZ et al., 2011)

O objetivo deste trabalho é analisar os principais desafios enfrentados no uso de tecnologias no ensino em saúde, além de investigar como os docentes podem utilizar essas ferramentas de maneira estratégica para otimizar o processo de aprendizagem e promover uma formação mais eficaz e inovadora para os alunos.

A partir desse objetivo, surge a seguinte questão: como a tecnologia pode ser utilizada a favor do professor no processo de ensino-aprendizagem, especialmente no contexto do ensino em saúde?

Para isso é essencial compreender como a “era da informação” influenciou a educação em saúde, especialmente pelo fato de que as tecnologias possuem o poder de conectar pessoas ao redor do mundo. Isso permite o acesso rápido e simultâneo a informações, algo que, até então, não era possível, revolucionando a circulação de dados e informações em tempo real.

A metodologia adotada para a realização deste estudo consistiu em uma pesquisa bibliográfica abrangente, realizada em bases de dados acadêmicas como SciELO, Periódicos CAPES e Google Acadêmico. A seleção dos artigos foi orientada por um critério temático específico, envolvendo áreas como docência, aprendizagem, tecnologias e ensino em saúde. Para garantir a relevância e atualidade das fontes, foram considerados apenas artigos publicados entre os anos de 2011 e 2024.

2 DESENVOLVIMENTO

A educação configura-se como uma prática transformadora, na qual indivíduos e grupos interagem em uma rede de trocas, envolvendo tanto o educador quanto o educando, e, inclusive, entre os próprios educandos. Nesse contexto, a internet tem se consolidado como uma ferramenta poderosa de comunicação e educação, sendo amplamente utilizada como meio de troca de ideias, especialmente nas modalidades de ensino a distância. Dessa forma, ela contribui significativamente para a ampliação das formas e recursos de comunicação presentes na sociedade contemporânea (CRUZ, et al., 2011).

Com o crescimento relativamente recente da internet, o acesso à informação digital se ampliou de forma significativa, abrangendo uma gama diversificada de conteúdos. Esse fenômeno se reflete também na área da saúde, onde profissionais têm utilizado ferramentas

digitais para divulgar informações sobre doenças, prevenção e educação, entre outros temas relevantes. Além disso, muitas pessoas recorrem a esses espaços virtuais para buscar informações sobre doenças, compartilhar suas experiências e sentimentos relacionados ao processo de adoecimento, bem como dividir suas angústias e sofrimentos com outros que enfrentam situações semelhantes (CRUZ, et al., 2011).

Dentro desse contexto, os aplicativos voltados à promoção, educação e cuidados com a saúde têm se tornado cada vez mais populares. Para garantir sua eficácia, esses aplicativos devem ser fundamentados em evidências científicas e teorias consolidadas, equilibrando as preferências dos usuários com o objetivo de maximizar seu engajamento e assegurar a adesão contínua aos programas para os quais foram criados. Portanto, é crucial que esses aspectos sejam incorporados de maneira integral no processo de desenvolvimento dos aplicativos, para que cumpram sua função de forma efetiva e segura.

Entretanto, a variedade de aplicativos disponíveis no mercado é vasta e nem todos atendem aos critérios necessários para garantir a qualidade das informações prestadas. Enquanto alguns oferecem dados científicos robustos, desenvolvidos com base em estudos aprofundados, outros falham em seguir práticas recomendadas para a promoção da saúde, devido à sua produção amadora e falta de embasamento científico. Esses aplicativos de baixa qualidade podem colocar os usuários em uma posição vulnerável, além de representar um risco substancial para o manejo adequado das condições de saúde (ROCHA, et al., 2017).

Nesse sentido, embora as ferramentas tecnológicas possam ser valiosas aliadas nas atividades pedagógicas, tanto na disseminação de informações quanto na criação de espaços colaborativos e interativos, é fundamental manter uma vigilância crítica. A proliferação de desinformações nesses ambientes digitais pode comprometer a eficácia do aprendizado e a segurança dos usuários. Assim, é necessário garantir que o uso dessas tecnologias seja orientado por uma base sólida de conhecimento e uma abordagem pedagógica bem estruturada.

Apesar dos avanços e transformações observados na área educacional, a formação dos profissionais de saúde ainda permanece, na maioria das vezes, atrelada a um modelo fragmentado de conhecimento. Esse modelo desconsidera as necessidades práticas da atuação profissional, centrando o processo de ensino-aprendizagem no saber do professor, nos conteúdos disciplinares e na reprodução de informações por meio da memorização. Considerando que a graduação tem uma duração limitada, enquanto a prática profissional se

estende por décadas, e que as competências exigidas evoluem ao longo do tempo, é imprescindível adotar metodologias que favoreçam uma educação libertadora, permitindo que os profissionais de saúde se tornem críticos e reflexivos.

Educar vai além da mera transmissão de conteúdos; trata-se de "ensinar a pensar corretamente", estimulando o educando a exercer uma reflexão crítica e transformadora. Nesse contexto, surgem as metodologias ativas de ensino-aprendizagem, que propõem desafios a serem superados pelos estudantes e permitem que estes ocupem um papel ativo na construção do conhecimento. Essas metodologias incentivam a participação dos alunos na análise do processo assistencial e os preparam para atuar de forma mais autônoma e crítica (ROMAN, et al., 2017).

Observa-se, portanto, uma ampliação das transformações nos currículos dos cursos de graduação, com a integração de novas abordagens pedagógicas. No curso de Medicina, por exemplo, a atuação dos estudantes nos serviços de saúde tem sido fortemente associada ao modelo pedagógico denominado PBL (Problem-Based Learning). Este modelo se configura como uma metodologia eficaz, pois envolve os alunos de maneira ativa na prática, proporcionando a aplicação dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas do curso. Ao mesmo tempo, o PBL favorece o desenvolvimento de habilidades sociais e pessoais, além do conhecimento técnico e teórico. Essas experiências promovem também a avaliação contínua e o exercício da autocrítica, essenciais para um aprendizado reflexivo e permanente ao longo da formação acadêmica.

Outra abordagem inovadora que tem ganhado destaque é o ensino baseado em jogos didáticos, que surge como uma alternativa eficaz aos métodos tradicionais. Essa metodologia contribui para o desenvolvimento do raciocínio e das habilidades cognitivas dos alunos, além de promover o trabalho em equipe e a interação entre professores e alunos. A inserção de jogos educativos no processo de ensino pode estimular discussões mais profundas, melhorar a comunicação entre os alunos e fomentar o pensamento crítico e a colaboração social (ROMAN, et al., 2017).

Além disso, o caráter lúdico dos jogos pode tornar a experiência de aprendizagem mais envolvente e agradável, colaborando para a consolidação do conhecimento. Contudo, apesar das evidências de suas vantagens, a aplicação de jogos educativos nos cursos da área da saúde ainda carece de mais pesquisas que comprovem sua eficácia nesse contexto específico.

Por outro lado, o uso de simulações e simuladores virtuais no ensino-aprendizagem tem sido amplamente discutido como uma estratégia eficaz para o desenvolvimento de habilidades e comportamentos essenciais para os futuros profissionais de saúde. Através da simulação de situações profissionais, os alunos podem ser avaliados quanto às suas habilidades e competências diante de cenários específicos, o que permite identificar lacunas de conhecimento e áreas que necessitam de aprimoramento (ROMAN, et al., 2017).

Como ferramenta de avaliação, essa metodologia oferece aos alunos a oportunidade de melhorar suas competências, ao mesmo tempo em que facilita a superação de suas dificuldades, promovendo um aprendizado mais sólido e alinhado às exigências práticas da profissão. Esse tipo de abordagem favorece a aprendizagem ativa e prática, essencial para o desenvolvimento de habilidades clínicas e comportamentais.

Contudo, para que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) sejam integradas de forma eficaz no ensino, é necessário que os docentes recebam treinamento contínuo e específico. Diversos obstáculos dificultam essa incorporação, como a escassez de tempo para preparar metodologias adequadas, o acesso limitado às ferramentas tecnológicas, o alto custo dos equipamentos, a capacitação inadequada e a dificuldade em avaliar formalmente o aprendizado promovido pelas tecnologias. Portanto, é fundamental que os professores recebam uma formação inicial apropriada, com a garantia de continuidade na capacitação ao longo de sua carreira profissional, a fim de integrar as tecnologias de forma eficiente no processo educacional (WANDERLEY, et al., 2018).

A resistência de alguns docentes ao uso das TDICs está principalmente relacionada à falta de preparo e familiaridade com essas ferramentas. Além disso, na área da saúde, persiste a crença de que o ensino virtual não é adequado, uma vez que se considera essencial o contato direto entre aluno e paciente, o que seria difícil de ser substituído por métodos digitais. No entanto, para superar esses desafios, uma capacitação contínua e integrada ao trabalho dos docentes seria essencial para transformar a prática pedagógica e permitir que o ensino se torne mais crítico e reflexivo, em contraste com a abordagem tradicional, baseada apenas na transmissão de conteúdos de forma mecânica.

Pesquisas realizadas em diversos cursos de ciências biomédicas indicam que os ambientes de ensino a distância são, frequentemente, utilizados de forma limitada, focando principalmente na disponibilização de informações administrativas e materiais informativos. Essa abordagem reforça a tendência de os professores usarem os recursos digitais apenas para

a troca de informações pontuais, em vez de promoverem uma interação dialógica e colaborativa que favoreça o aprendizado. Essa visão restrita limita o potencial transformador do ensino a distância, que poderia ser muito mais eficaz se adotasse práticas interativas e centradas no aluno, promovendo uma aprendizagem ativa e participativa, fundamental para o desenvolvimento de competências e habilidades significativas na formação dos estudantes (WANDERLEY, et al., 2018).

3 CONCLUSÃO

O avanço das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) têm proporcionado novas perspectivas no campo da educação, especialmente no ensino em saúde, onde a adaptação às inovações tecnológicas é fundamental para acompanhar as transformações no perfil dos alunos, nas necessidades pedagógicas e nas exigências do mercado de trabalho. O uso de plataformas digitais, aplicativos de saúde e simulações virtuais, quando bem implementados, representa um marco significativo na educação, permitindo uma maior interação, acessibilidade e personalização do processo de aprendizagem.

Contudo, para que essas ferramentas cumpram seu papel de forma efetiva, é crucial que sejam integradas de maneira estratégica e alinhadas aos objetivos pedagógicos. O simples uso de tecnologias, por si só, não garante uma melhoria no aprendizado. Elas precisam ser incorporadas de forma planejada, levando em consideração as necessidades dos alunos e a finalidade do processo educacional. Isso implica que as metodologias ativas, como o Problem-Based Learning (PBL) e o ensino baseado em jogos, devem ser adaptadas à realidade dos cursos de saúde, estimulando a participação ativa dos alunos e promovendo uma reflexão crítica sobre o processo assistencial.

Além disso, um dos maiores desafios permanece na formação continuada dos docentes. A resistência observada em algumas instituições de ensino, muitas vezes devido à falta de capacitação adequada e à familiaridade com as ferramentas digitais, pode comprometer a adoção plena das TDICs. Essa resistência não é exclusividade de um segmento específico da educação, mas ganha maior relevância no ensino da saúde, onde a relação direta com o paciente é vista como insubstituível. Porém, é fundamental que essa visão evolua. As metodologias digitais podem complementar, e até aprimorar, a interação

tradicional, criando ambientes de aprendizado mais flexíveis e acessíveis, ao mesmo tempo em que fortalecem a aprendizagem prática e contextualizada.

A capacitação de docentes no uso dessas tecnologias deve ser uma prioridade dentro dos currículos acadêmicos e nas políticas educacionais. Não basta que o professor seja treinado para operar ferramentas digitais, é necessário que ele seja preparado para integrar essas ferramentas no processo de ensino de forma reflexiva e pedagógica. Para isso, programas de formação e atualização contínuos são imprescindíveis, garantindo que os docentes não apenas adquiram habilidades tecnológicas, mas que saibam aplicá-las para promover um aprendizado significativo, centrado no aluno e nas suas necessidades individuais.

No contexto da saúde, a desinformação é um risco significativo. A proliferação de aplicativos e sites que não seguem rigorosos critérios científicos pode colocar em risco a saúde dos pacientes, especialmente quando se trata de doenças crônicas ou condições que exigem acompanhamento constante. Portanto, é fundamental que a utilização dessas tecnologias seja acompanhada de uma abordagem crítica e ética, priorizando sempre a qualidade da informação e a segurança do paciente. Esse cuidado também se estende ao ambiente educacional, onde os educadores devem estar atentos ao conteúdo oferecido por essas plataformas digitais, buscando sempre promover a disseminação de informações válidas e baseadas em evidências científicas.

Em termos pedagógicos, a verdadeira inovação nas metodologias de ensino em saúde se dará não apenas pelo uso de novas ferramentas, mas pela transformação da forma como os conteúdos são apresentados e trabalhados. A aprendizagem deve ser menos centrada na transmissão de informações e mais voltada para o desenvolvimento das habilidades de reflexão crítica, tomada de decisão e resolução de problemas. O uso de tecnologias deve, portanto, estar em consonância com esses objetivos, criando um espaço para a prática reflexiva e a construção de competências que atendam às exigências de um profissional de saúde que, cada vez mais, precisa ser capaz de atuar de forma crítica e colaborativa em um contexto dinâmico e multidisciplinar.

Em última análise, as tecnologias digitais, quando utilizadas de forma estratégica e integrada ao ensino, podem se tornar uma ferramenta poderosa para a formação de profissionais de saúde mais preparados, críticos e autônomos. O papel do educador, nesse cenário, se transforma em um facilitador da aprendizagem, guiando os alunos na utilização

dessas ferramentas de forma crítica e eficaz, para que possam aplicar o conhecimento adquirido na prática assistencial. Portanto, é imprescindível que o processo educacional seja repensado de maneira a integrar de forma plena as novas tecnologias, promovendo não apenas o aprendizado técnico, mas também o desenvolvimento de competências que garantam a excelência na prática profissional e o cuidado integral com a saúde dos pacientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAVES, Arlane S. C.; OLIVEIRA, Garithuzy M.; JESUS, Layane M.S.; MARTINS, Jose L.; SILVA, Valdirene C. **USO DE APLICATIVOS PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: REFLEXOS DA CONTEMPORANEIDADE.** Revista Humanidades e Inovação v.5, n. 6. 2018. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/744>>

CRUZ, D.I.; PAULO, R.R.D.; DIAS, W.S.; MARTINS, V.F.; GANDOLFI, P.E. **O USO DAS MÍDIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE.** Cadernos da FUCAMP, v.10, n.13, p.130-142/2011. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/215>>

PESSONI, Arquimedes; GOULART, Elias. **Tecnologias e o ensino na área da Saúde.** ABCS HEALTH SCIENCES, Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7322/abcs.hs.v40i3.807>>

ROCHA, Fernanda S.; SANTANA, Eloisa B.; SILVA, Érica S.; CARVALHO, Josiane S.M.; CARVALHO, Fernando L. Q. **USO DE APPS PARA A PROMOÇÃO DOS CUIDADOS À SAÚDE.** STATES, Seminário de tecnologias aplicadas em educação e saúde. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/staes/article/view/3832>>

ROMAN, Cassiela; ELLWANGER, Juliana; BECKER, Gabriela C.; SILVEIRA, Anderson D.; MACHADO, Carmen L. B.; MANFROI, Waldomiro C. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem no processo de ensino em saúde no Brasil: uma revisão narrativa.** Clin Biomed Res. 2017. Disponível em: <<https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/2357-9730.73911>>

WANDERLEY, Tatiana P.S. P.; BATISTA, Mikael H. J.; JÚNIOR, Lázaro S. D.; SILVA, Valdirene C. **Docência em saúde: tempo de novas tecnologias da informação e comunicação.** Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v12i4.1522>>

A INFLUÊNCIA DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO NO PUERPÉRIO: uma revisão bibliográfica

Mayra de Jesus Campos Guimarães Magalhães¹
Pauliane Aparecida de Moraes²

RESUMO: A gestação é tida pela sociedade como um momento glorificado, em que a mulher deve aceitar de bom grado. São impostas muitas expectativas, porém no pós-parto quase não se dá atenção devida a nova mãe que surgiu, principalmente à sua saúde mental. Quando ela não tem uma rede de apoio, pode surgir fatores que acabam interferindo na relação familiar e no binômio mãe-bebê. A depressão pós-parto (DPP) é uma das mais comuns, porém como a mulher já se encontra instável, ela não recorre para ajuda profissional, ficando no seu íntimo, cuidando do seu bebê, e em alguns casos aguardando tudo isso passar. Durante as consultas de pré-natal, a enfermagem pode identificar fatores de risco e junto da equipe multidisciplinar, traçar planos de cuidados para procurar amenizar esse quadro, incluindo a rede de apoio que se faz primordial. Objetiva-se com este trabalho mostrar como a enfermagem durante o pré-natal pode amenizar, intervir e preparar esta nova mãe para os desafios que a aguardam. Para isso, buscou-se artigos das plataformas SciELO e BVS e autores renomados, que remetem dos últimos quinze anos, com a tratativa do tema de depressão pós-parto, em linguagem português, e que tenham associação com a atuação da enfermagem no pré-natal, sendo vinte e dois artigos selecionados. A enfermagem tem suma importância durante o pré-natal a fim de conduzir a mulher para uma maternidade menos complicada, podendo a preparar para os desafios que virão, e a ensinando como lidar com os cuidados consigo e com o novo bebê.

Palavras-chave: Depressão Pós-Parto. Cuidado Pré-Natal. Cuidados de Enfermagem. Período Pós-Parto.

ABSTRACT: Pregnancy is seen by society as a glorified moment, which women must accept willingly. Many expectations are imposed, but in the postpartum period, little attention is paid to the new mother who has emerged, especially to her mental health. When she does not have a support network, factors may arise that end up interfering with the family relationship and the mother-baby binomial. Postpartum depression (PPD) is one of the most common, but as the woman is already unstable, she does not seek professional help, staying within herself, taking care of her baby, and in some cases waiting for all this to pass. During prenatal consultations, nurses can identify risk factors and, together with the multidisciplinary team, draw up care plans to try to alleviate this situation, including the support network, which is essential. The aim of this work is to show how nursing during prenatal care can

¹ Pós-graduada em Enfermagem em Ginecologia e Obstetrícia pela Faculdade Famart. E-mail: mayra.guimaraess@gmail.com

² Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itáúna-MG. Graduada em Psicologia, Especialista em Psicopedagogia e Mestra em Educação.

alleviate, intervene and prepare this new mother for the challenges that await her. To this end, we searched for articles from the SciELO and BVS platforms and renowned authors, dating back to the last fifteen years, dealing with the topic of postpartum depression, in Portuguese, and which are associated with prenatal nursing activities, twenty-two articles were selected. Nursing is extremely important during prenatal care in order to guide women towards a less complicated motherhood, preparing them for the challenges that will come, and teaching them how to deal with caring for themselves and the new baby.

Keywords: Postpartum Depression. Prenatal care. Nursing care. Postpartum Period.

1 INTRODUÇÃO

A gestação é uma fase especial, marcante e única na vida da mulher que a vive, além de toda a família de ambas as partes, que cria grandes expectativas acerca dessa novidade. O simbolismo social da gravidez traz consigo esperanças, desejos, idealizações, e também cobranças (PICCININI, 2012).

Essa nova mãe agora tem um novo encargo. Antes ela era filha, esposa, profissional. Agora a maternidade irá lhe exigir uma demanda exclusiva, e acaba por deixar de lado suas outras “funcionalidades”. Os afazeres domésticos ficam por fazer, sua vida profissional sofre uma pausa, sua vida como esposa e filha agora sofrerá uma mudança que necessitará sua total atenção, principalmente nos primeiros meses.

A exigência que lhe é demandada neste período puerperal é o que pode contribuir para problemas emocionais, já que ela terá que renunciar aos seus próprios interesses e vontades em razão de outrem, ou seja, agora para cuidar do seu bebê. No meio familiar, pode-se gerar crises e conflitos, além das preocupações emocionais que já sobrecarregam essa mulher (FRIZZO, 2005).

A novidade do nascimento de um filho traz consigo transformações para os membros da família, quer seja nos processos psíquicos, quer seja nos comportamentais (FRIZZO, 2019b). O fato é que a gravidez, o parto e o pós-parto vão interferir de alguma forma significativa na rotina dessa família, pois vão acontecer mudanças nos âmbitos familiares, conjugal e social (SOTTO-MAYOR, 2005).

A Depressão Pós-parto (DPP) é um quadro depressivo não psicótico que acomete os primeiros doze meses pós-parto. No Brasil, apresenta incidência de até 20%, porém esse número pode ser muito maior, já que nem todas as mulheres buscam ajuda. As manifestações da DPP se assemelham às depressões em geral: tristeza prolongada, perda de autoestima, perda de motivação para a vida, incapacidade ou sentimento irritadiço fácil, requerendo em

alguns casos o uso de fármacos antidepressivos. São considerados fatores de risco para DPP: primípara; mãe solteira; conflitos e falta de apoio conjugal; eventos da vida estressantes, como perda do emprego ou morte de familiar; falta de apoio familiar e/ou social; histórico pessoal ou familiar de doenças psiquiátricas, mas principalmente episódios depressivos antes e durante a gestação; complicações obstétricas durante ou após a gravidez; parto traumático; múltiplos bebês; prematuridade; abortos prévios; natimortos (ARRAIS, 2014).

A DPP tem sido constatada em um grande número de mães ao longo do primeiro ano do bebê e é considerada uma das complicações mais comuns nesse período. Apresenta diversas implicações para as relações familiares, em particular para a relação mãe-bebê e para o próprio desenvolvimento infantil (GABRIEL, 2015).

Mães com depressão se sentem menos competentes para cuidar do seu bebê do que as mães que não têm depressão (SOUSA, 2011; ARAUJO, 2019). A depressão pode interferir na relação da mãe com a criança, repercutindo negativamente no desenvolvimento afetivo, social e cognitivo da criança (SCHWENGBER, 2014).

As mulheres sofrem sozinhas a luta que é a maternidade. Por acharem “normal” o que estão sentindo, muito dificilmente buscam ajuda. E isso acaba por afetar não somente a ela, mas na sua relação e desenvolvimento com o bebê (SCHIAVO, 2020). O pai pode amenizar os possíveis efeitos da DPP, para isso ele precisa participar dos cuidados, identificar e entender que ele será o ponto de segurança para manter a estabilidade da mulher (PICCININI, 2007).

Mulheres com menos escolaridade e grávidas solteiras têm aumentado em duas vezes o risco de depressão; quando a gestação não é planejada, maior é a prevalência de DPP. E quando instalada, a depressão pré-natal se associa a piores resultados maternos, obstétricos e neonatais (SILVA, 2014; ARAUJO, 2019).

A importância da consulta de enfermagem se dá para poder identificar fatores de risco e traçar planos de cuidados para tentar prevenir a DPP. Cada vez mais as mulheres estão sujeitas a terem quadro de depressão relacionado à gravidez, pois estão incluídas no mercado de trabalho, e se veem agora dedicadas a um bebê. O fato de ter que abrir mão daquilo de tudo que conquistou para ter que abdicar por um tempo pode contribuir para sentimentos de tristeza na mulher.

Ainda, por entenderem que “é normal”, não buscam ajuda com facilidade. Esperam o quadro se resolver por si só, e sofrem cobranças da sociedade e de todos aqueles os quais ela deveria receber apoio.

Com este artigo, busca-se não apenas apresentar a DPP, mas compreendê-la como um quadro clínico que pode ser amenizado pela equipe que acompanha a gestante durante o pré-natal, agindo com qualidade e eficiência para amenizar o quadro, e conscientizar a família sobre a necessidade da rede de apoio.

Portanto, através deste, almeja-se apresentar a importância da enfermagem no pré-natal como intermediadora para diminuir as chances de depressão pós-parto. Além disso, também compreender a depressão pós-parto para poder fornecer apoio e ajuda a esta puérpera; entender como as consultas de pré-natal tem fundamental papel neste cenário enquanto gestação ainda ativa; visualizar a atuação da enfermagem no plano de cuidados pré-natal.

Justifica-se este trabalho pelos diversos indicadores apresentados por autores renomados acerca da depressão pós-parto, como isso vem sendo incidente, tem abrangido muitas mulheres de diferentes classes econômicas e sociais, e se torna ainda mais incisivo quando essa mulher não tem uma preparação durante o pré-natal para os diversos desafios que aparecerão. Ainda, isso pode acabar por atrapalhar a vida da mulher que antes era ativa e tinha sonhos, e pode acabar se prostrando frente a realidade a qual ela ainda não compreende, nem sabe enfrentar, nem consegue ter uma rede de apoio para ajudá-la.

Vem sendo apontado em estudos dos autores mais renomados do assunto (FRIZZO E PICCININI) que uma condição tão complexa quanto a depressão pós parto pode não ser solucionada, mas pode ser amenizada, e uma das opções para isso se trata da atenção ofertada no período pré-natal, e nesse contexto, o enfermeiro que atua realizando estas consultas pode ser chave fundamental para poder ajudar essa nova mulher a entender seu novo contexto.

Se trata de um trabalho qualitativo descritivo bibliográfico, buscando assuntos inerentes a temática apresentada da depressão pós-parto, e fundamentando-se nos expostos apresentados pelos autores renomados.

Através da plataforma Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) buscou-se artigos dos últimos quinze anos, que abordassem o assunto da depressão pós-parto, em linguagem português ou que tivessem disponível a tradução em português do Brasil. Dez artigos atenderam ao esperado quando abordaram o

tema, mas o que chamou atenção foi que a grande maioria deles apresentava autores em suas referências, sendo estes autores renomados sobre o assunto: FRIZZO E PICCININI. Com isso, buscou-se no guia de pesquisas do Google esses dois autores, individualmente, e ao analisar seus estudos, doze artigos atenderam aos objetivos desta pesquisa. Com isso, foram selecionados ao todo vinte e dois artigos para servir como base para este trabalho, pois são artigos que além de explanarem sobre a depressão pós-parto, alguns ainda contribuem com sugestões, seja com a atuação do enfermeiro, seja sobre a importância do pré-natal, e essas duas vertentes são de acordo com os objetivos deste trabalho. Ou seja, vinte e dois artigos foram selecionados: dez das plataformas de pesquisas de artigos científicos, e doze de autores renomados.

2 DESENVOLVIMENTO

A sociedade vende uma maternidade idealizada, glorificada, maravilhosa e especial, em que a mulher tem que aceitar essa dádiva de bom grado. Quando essa nova mãe se depara com a realidade propriamente dita, em que tem que se abster de muitas coisas que antes fazia, surgem as dificuldades em exercer o papel de mãe tão idealizado, o que aumenta o risco de Depressão Pós-parto (DPP), ou seja, essa decepção e desilusão frente ao paraíso prometido pode comprometer a mulher a crises emocionais e conflitos psicológicos (ARRAIS, 2014).

Algumas mães abrem mão da carreira profissional para se dedicar à maternidade, o que contribui para que ela se sinta incapaz, com labilidade de humor, e em alguns casos, financeiramente dependente (PEDROSA, 2020).

As mulheres têm aumentado em duas vezes mais as chances de desenvolverem DPP do que comparada aos homens, haja vista todo o processo gestacional pelo qual passam, e percebe-se com maior ênfase quando se tornam mães e passam a ser as responsáveis pelos cuidados com o seu filho. Neste período de gravidez e puerpério acontecem muitas mudanças a nível hormonal, físico e emocional, que favorecem o aumento das chances de se desenvolver DPP e ansiedade. Por isso essa mulher precisa de uma rede de apoio bem estabelecida e que a dê o suporte necessário (HARTMANN, 2017).

A cobrança da sociedade em cima desta nova mãe abrange: a maternidade por si própria, os afazeres domésticos, a atenção prestada ao seu cônjuge, os cuidados com seu bem-estar físico, e estar a todo momento bem apresentável; é apresentado a essa mulher uma

maternidade linda e perfeita, é oferecido a ela um cenário fictício e glorificado, mas quando ela se depara com a realidade sente logo um choque, pois não foi preparada para a maternidade real. As atividades diárias de casa vão ficando por fazer, a relação íntima com o marido é de certa forma afetada... tudo isso contribui para alterações emocionais, sentimentos de decepção, de inutilidade, de abandono, pressão psicológica, desordens hormonais (SOTTO-MAYOR, 2005).

Existem três distúrbios que podem estar presentes no período do puerpério: a melancolia da maternidade (*Baby Blues*), a Depressão Pós-parto (DPP) e a psicose puerperal. Os fatores de risco da DPP são eventos ou situações já estabelecidas que propiciam o surgimento de problemas emocionais após o parto (FRIZZO, 2005; ARRAIS, 2014; ARAUJO, 2019).

O *Baby Blues* não é um estado de depressão, é uma fase transitória do pós-parto caracterizada por alterações de humor, de leve a moderada intensidade, frequentemente rápida, que envolve sensação de tristeza, irritabilidade, ansiedade, redução da concentração, insônia, choro fácil e crises de choro; está presente em 70-90% das mulheres, geralmente com início entre o terceiro dia de pós-parto e com duração de 10 dias mais ou menos, mas também pode acontecer entre a 2ª e a 3ª semanas após o parto. Essa condição pode ser um fator de risco precursor à depressão materna (SOTTO-MAYOR, 2005; ARAUJO, 2019; PEDROSA, 2020). Já a psicose puerperal é caracterizada como uma desordem psiquiátrica rara e grave, que geralmente demanda internação (FRIZZO, 2005).

Geralmente, os sintomas que abrangem a DPP são: humor deprimido (triste ou irritada), perda de interesse por atividades que antes eram consideradas prazerosas, alterações no apetite e sono, cansaço, dificuldade de concentração, sentimentos de inutilidade e culpa, e até mesmo pode chegar ao ponto de ter ideias suicidas (FRIZZO, 2019b).

O surgimento de algumas condições emocionais nos pais como depressão, psicose pós-parto e manifestações psicossomáticas tem sido evidenciado após o nascimento de um bebê, principalmente se tratando do primeiro filho, e mais evidente na mãe. O evento depressivo que está ligado ao nascimento de um neonato diz respeito a um conjunto de sintomas que iniciam entre a quarta e a oitava semana após o parto, atingindo de 10 a 15% das mulheres, que são descritos como: irritabilidade, choro frequente, sentimentos de desamparo e desesperança, falta de energia e motivação, desinteresse sexual, transtornos alimentares e do sono, a sensação de ser incapaz de lidar com novas situações, bem como

queixas psicossomáticas. Porém, algumas literaturas indicam que os sintomas podem surgir em outros momentos do primeiro ano de vida do bebê, e não necessariamente nas primeiras semanas (SCHWENGBER, 2003).

2.1 As causas da DPP

Há poucas evidências que a DPP esteja associada apenas a mecanismos biológicos, como por exemplo os baixos níveis hormonais, o que a explicaria como resultado de alterações metabólicas. Fatores biológicos, obstétricos, sociais e psicológicos, principalmente se combinados, podem significar risco para a DPP. O pouco suporte recebido pela mulher, a gestação não planejada, nascimento prematuro ou morte do bebê, dificuldade em amamentar, dificuldades no parto, problemas de saúde da criança, dificuldades relacionadas ao trabalho, adversidades socioeconômicas são associadas à ocorrência de DPP (SCHWENGBER, 2003).

A etiologia da depressão ainda não é bem esclarecida, porém sabe-se que alguns fatores combinados ou isolados podem ser predisponentes para seu acontecimento. Como por exemplo: fatores biológicos (mudanças hormonais, níveis de estrogênio, progesterona, prolactina e cortisol aumentados ou diminuídos); fatores obstétricos (gravidez desejada, prematuridade, abortos anteriores, dificuldade de amamentação); fatores sociais (cobrança da sociedade pela “mãe perfeita”, problemas conjugais ou ausência de companheiro, dificuldades financeiras); e fatores psicológicos (SCHWENGBER, 2003; SOTTO-MAYOR, 2005; SOUSA, 2011; ARRAIS, 2014; ARAUJO, 2019).

Fala-se ainda de mães que têm bebês delicados (dificuldade de amamentar, choro intenso, que estranham outras pessoas, novos alimentos ou rotinas, funções biológicas ainda não totalmente estabelecidas) tendem a sofrer labilidade e maiores chances de desenvolver depressão. O apoio do companheiro é apontado como contribuidor primordial, importante. Um bebê acaba sendo um desafio emocional, físico, sexual e financeiro para qualquer casal (SOTTO-MAYOR, 2005; ARRAIS, 2014; ARAUJO, 2019).

As mudanças emocionais, físicas e psicológicas fazem parte da mulher assim que ela descobre a gravidez, especialmente as primíparas (PICCININI, 2008; 2012). Nas mulheres de classe média e baixa, ocorre algum nível de sofrimento psíquico, físico e social no período gestacional e no puerpério. Porém, todas as mulheres podem ter DPP, ainda mais as que desejam muito ter um filho, aquelas que não aceitam a gravidez, aquelas com menor

escolaridade, que não residem com o companheiro, multigestas, que idealizaram o aborto, fizeram uso de álcool/tabaco, sofreram algum evento estressor, tiveram depressão anterior, apresentam maior probabilidade de ter DPP (ARRAIS, 2014; HARTMANN, 2017; ARAUJO, 2019).

2.2 A relação com o bebê

O apego dos pais para com seu novo bebê não é instantâneo e automático com o nascimento. Ele não é instintivo, como é difundido popularmente; o vínculo deve ser visto como um processo contínuo para que exista a conscientização de suas complexidades (THOMAZ, 2005).

Uma mãe mais interativa estimula a criança, instiga a novas descobertas e a criança se vê mais engajada; já ao contrário de uma mãe mais reclusa, apática, ela deixa a criança brincando sozinha com mais frequência, o afeto é mais restrito, e a criança acaba sendo menos expressiva. Mães deprimidas comumente relatam mais sentimentos e afetos negativos relacionados à maternidade (SCHWENGBER, 2004).

Não se pode considerar a gravidez como um evento isolado na vida de uma mulher. O contexto social, econômico, cultural e emocional influencia diretamente na forma de como a mulher irá vivenciar esse momento na sua vida. A gravidez leva a uma readaptação dos mecanismos corporais como também a uma readaptação psicológica e organizacional, já que vários fatores podem perturbar inicialmente a mãe, gerando sentimentos de arrependimento, culpa e raiva, como as dificuldades domésticas, financeiras, emocionais, e conjugais ou não (THOMAZ, 2005).

Depois do nascimento, os novos pais vão conhecendo a si mesmos e ao seu filho, à medida que cuidam dele, e o bebê vai sinalizando, respondendo ao estímulo dos pais. Essa adaptação do apego íntimo varia. É um longo processo a ser percorrido para estabelecer um elo afetivo sólido com seus filhos. É um compromisso para a vida toda. Isso suscita não apenas em sentimentos, mas uma gama de sensações e emoções de intensidades diferentes que varia para cada pessoa (THOMAZ, 2005).

Um dos potencializadores para a DPP pode ser considerado também a autoimagem: ao se ver no espelho e ao se comparar com outras mulheres, ela já não se reconhece como antes, não há satisfação própria, pois agora é um corpo grávidico ou puerperal, composto de

alterações físicas que a desanima, a deixa entristecida e deprimida, e a falta de apoio ou ausência de um companheiro acaba por agravar este quadro, reforçando as ideias depressivas (SOUSA, 2011).

Aquela mulher antes autônoma, independente, empoderada, agora se vê dedicada exclusivamente aos cuidados de um novo bebê, que é diretamente dependente dela, que tem suas necessidades fisiológicas: amamentação, colo e afago, troca de fraldas, do acalento dela mais do que qualquer outra pessoa. Então, essa mãe se vê agora deixando para trás uma mulher que tinha suas características próprias, sua identidade, para ser agora a “mãe daquele bebê” (SOUSA, 2011).

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A rede de apoio é muito importante para a nova mãe como fator de proteção. A mulher se orienta primeiro pela sua própria mãe, a figura de sua genitora, o seu espelho. O marido vem logo em seguida, e embora ele não sinta a gravidez propriamente dita, seu apoio é primordial, e sua ausência é sentida. A rede de apoio não acaba com as chances de desenvolver DPP, mas ajuda a amenizar (PICCININI, 2012; FRIZZO, 2019a).

A busca por tentar conciliar a maternidade e o trabalho (seja em casa ou fora) contribuem para o sofrimento materno (ARRAIS, 2014).

Os fatores de proteção para a DPP são medidas preventivas ou situações já estabelecidas com a finalidade de proteger a mulher de problemas emocionais na gravidez e no pós-parto: o apoio da mãe ou de outra figura materna confiável; detectar precocemente a depressão; o suporte social recebido fortalecido; otimismo; elevada autoestima; preparação física e psicológica para as mudanças advindas da maternidade; boa relação conjugal e suporte do parceiro, sendo este ponto primordial como fator protetor. Quanto maior o suporte do companheiro, menor as chances de DPP (ARRAIS, 2014).

Dois fatores de risco para a DPP que tem como principais agressores o parceiro e familiares são: a gestação inesperada e violência psicológica. Quando não se tem um bom suporte familiar ou do companheiro, e quando ela é mãe solteira, aumentam-se os riscos de desencadear sentimentos negativos em relação à gravidez, trazendo como consequência prejuízos na relação mãe e filho (PEDROSA, 2020).

A fragmentação do sono no puerpério interfere negativamente no bem-estar da mulher e, conseqüentemente, do seu bebê, na maternidade e na amamentação, assim como na saúde e no desenvolvimento do mesmo. A qualidade do sono no pós-parto influencia nos benefícios de saúde da puérpera e na sua capacidade de cuidar do bebê; a qualidade do leite melhora quando a mulher consegue relaxar e ter um bom sono, tornando-a mais tranquila e mais concentrada (PEDROSA, 2020).

O pré-natal é primordial para identificar e prevenir agravos ou complicações que possam transcorrer durante esse período ou no puerpério. Deve focar no zelo e cuidado ao binômio mãe e filho, e conseqüentemente, na relação familiar, principalmente primigesta. Quando há a confiança e fidelidade nas consultas, fica melhor o manejo, e assim consegue-se compreender o contexto envolvido: socioeconômico, psicossocial, problemas particulares prévios (depressão ou ansiedade, por exemplo), para poder planejar e implementar os cuidados de enfermagem (PICCININI, 2012).

Os novos genitores precisam compreender e ressignificar os seus papéis, que terão que reorganizar suas rotinas diárias para poderem receber, readaptar e atender às necessidades e demandas do bebê. A transição para este novo papel não é imediata, é desafiador e complexo para a nova mãe, pois além da gestação, ela é a principal cuidadora do bebê. Não se comenta acerca do papel do pai neste período, muito menos nos benefícios que a participação dele traz para a relação familiar. Por isso as mulheres ficam mais vulneráveis, por conta de toda essa sobrecarga depositada obrigatoriamente, que aumentam as chances de sintomas psicológicos (FRIZZO, 2019b).

Tem-se visto que a ultrassonografia faz com que a mulher perceba, entenda e construa a ideia da maternidade, haja vista que diminui preocupações com o bebê, com a gestação, e já é uma forma de criar o primeiro vínculo (PICCININI, 2012).

O momento do parto também pode ser traumático. Durante o pré-natal, a primeira barreira a se enfrentar é a fama do serviço público oferecido no SUS formalizado na mente das pessoas: de que é de baixa qualidade, que não é de grande valia. Este primeiro contato deve ser acolhedor. Quando a mulher cria um vínculo com a equipe que a consulta regularmente; outrora, já não é essa mesma equipe que irá lhe assistir no parto. São outras pessoas, em um ambiente desconhecido, com procedimentos estranhos e até mesmo grosseiros, enfim, é uma outra equipe que vai lhe dar assistência neste momento tão frágil, importante e especial em sua vida. O medo prévio da assistência ao parto pode acarretar uma

ansiedade que pode perdurar o pós-parto. Por isso se dá a importância da contra-referência entre Unidades Básicas de Saúde e Hospitais/Maternidades, para diminuir essas possíveis preocupações. Estudos mostram que há profissionais que não demonstram nenhum sentimento de empatia, o que acaba agravando o quadro geral da mãe grávida e pode tornar o parto traumatizante (PICCININI, 2012).

Um dos autores preconiza a importância do pré-natal psicológico realizado por equipe multidisciplinar, pois os sinais e sintomas indicativos de depressão podem passar despercebidos aos olhares dos profissionais que usualmente fazem o pré-natal, por se tratar de “mais uma paciente gestante”. Ainda, quando identificados a tempo, é mais fácil conduzir aos fatores protetores. O apoio psicológico pode fortalecer vínculos e criar esperanças, e contribuir para a percepção de maternidade da nova família, que se adaptará aos seus novos papéis (PICCININI, 2012). Nessa perspectiva, é ideal convidar o homem a participar das consultas de pré-natal, como já é preconizado ultimamente pelo Ministério da Saúde com o pré-natal do parceiro, onde são solicitados exames para ele também, são esclarecidas dúvidas e já o acolhe para a ideia dos cuidados que deverão ser feitos no puerpério, ou seja, já envolve o companheiro na perspectiva da maternidade, e não sobrecarrega a mãe. Quando o parceiro percebe o seu papel, tem ciência da sua importância, ele também alivia a sobrecarga mental imposta sobre a mulher, já que ela não precisa mais ficar “pedindo” para ele fazer algo, como foi apresentado por alguns estudos (GABRIEL, 2015).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sintomas da depressão materna podem surgir em qualquer momento do primeiro ano de vida do bebê, e não necessariamente nas primeiras semanas após o seu nascimento. Sua etiologia parece ser multideterminada, podendo ter influências genéticas, de estressores psicológicos, do contexto cultural e de mudanças fisiológicas no seu desenvolvimento e severidade.

O nível de gravidade da depressão tem a ver com as expectativas e frustrações depositadas na maternidade, com o papel de mãe idealizado, e com o tipo de vida que é estabelecido após a chegada da criança, o choque de realidade. A relação matrimonial, a falta de suporte social, e até mesmo os cuidados com o bebê, o seu choro, o comportamento do

neonato e a nova rotina (ou falta de organização do domicílio) podem contribuir com a DPP e alterar o humor da mãe.

Os profissionais de saúde devem procurar estabelecer com essa mulher um relacionamento de confiança e conduta, prestar cuidados específicos, caso esteja deprimida. As reuniões de grupos com gestantes, realizadas por profissionais da saúde, são indispensáveis no período do pré-natal, assim como elas comentam e compartilham suas vivências, com o intuito de aliviar os sentimentos de culpa, diminuir a insegurança, o sentimento de inferioridade e as expectativas sobre o bebê, ajudando na compreensão sobre o período que está passando, esclarecendo todas as dúvidas.

O trabalho em equipe multidisciplinar da saúde pode contribuir para que a gestante se sinta acolhida e confiante para expressar seus sentimentos. Igualmente, proporcionarão uma melhor superação das dificuldades da depressão pós-parto tanto pela paciente, quanto pelos familiares.

A falta de apoio é um dos principais fatores de risco para depressão pós-parto. Porém, esse apoio deve ser de bom grado, pois quando a rede de apoio é deficitária, quando não há uma boa relação, essas figuras são apontadas como fatores de risco para depressão pós-parto.

Dessa forma, os estudos revisados indicam que o estado depressivo da mãe pode repercutir negativamente nas primeiras interações com o bebê e, conseqüentemente, no desenvolvimento da criança. A atuação preventiva das equipes multidisciplinares nesse período pode proporcionar à nova mãe o apoio de que necessita para enfrentar os eventuais episódios de depressão.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Alessandra da Rocha; MOURÃO, Mariana Alves; FRAGALLE, Bárbara. *O pré-natal psicológico como programa de prevenção à depressão pós-parto*. Saúde e Sociedade. São Paulo, v.23, n.1, p.251-264, 2014.

ARAÚJO, Ivan de Sousa *et al.* *Postpartum Depression: Epidemiological Clinical Profile of Patients Attended In a Reference Public Maternity in Salvador-BA*. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia. Vol. 41, n. 3, p. 155–163. 2019.

FRIZZO, Giana Bitencourt *et al.* *Conjugalidade em contexto de depressão da esposa no final do primeiro ano de vida do bebê*. Aletheia, núm. 31, jan/abr, 2010, pp. 66-81.

_____, Giana Bitencourt *et al.* *Maternidade Adolescente: A Matriz de Apoio e o Contexto de Depressão Pós-Parto*. Psicologia: Teoria e Pesquisa. 2019a, v.35, e3533. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3533>.

_____, Giana Bitencourt *et al.* *Coparentalidade no Contexto de Depressão Pós-Parto: Um Estudo Qualitativo*. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 24, n. 1, p. 85-96, jan./mar. 2019b.

_____, Giana Bitencourt *et al.* *Depressão Pós-Parto: Evidências a partir de dois Casos Clínicos*. Psicologia: Reflexão e Crítica, 23(1), 46-55. 2010b.

_____, Giana Bitencourt; PICCININI, Cesar Augusto. *Interação mãe-bebê em contexto de depressão materna: aspectos teóricos e empíricos*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 1, p. 47-55, jan./abr. 2005.

_____, Giana Bitencourt; PICCININI, Cesar Augusto. *Depressão Materna e a Interação Triádica Pai-Mãe-Bebê*. Psicologia: Reflexão e Crítica, 20(3), 351-360. 2007

GABRIEL, Marília Reginato *et al.* *Depressão pós-parto materna e o envolvimento paterno no primeiro ano do bebê*. Aletheia 46, p.50-65, jan./abr. 2015.

HARTMANN, Juliana Mano *et al.* *Depressão entre Puérperas*. Cadernos de Saúde Pública. 2017; 33(9). DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00094016>.

MONTEIRO, Almira Silva Justen *et al.* *Depressão pós-parto: atuação do enfermeiro*. Revista Eletrônica Acervo Enfermagem. 2020; vol. 4. e4547. DOI <https://doi.org/10.25248/REAenf.e4547.2020>

PEDROSA, Elessandra Ramos; SILVA, Michelli Domingos da; MIRANDA, Railton da Silva. *Baby blues na atenção primária: reflexos entre mãe e o recém-nascido*. Revista Eletrônica Acervo Saúde. 2020; 12(9). DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e4137.2020>.

PICCININI, Cesar Augusto *et al.* *Percepções e Sentimentos de Gestantes sobre o Pré-natal*. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Jan-Mar 2012, Vol. 28 n. 1, pp. 27-33.

_____, Cesar Augusto *et al.* *Gestação e a constituição da maternidade*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 1, p. 63-72, jan./mar. 2008.

SCHIAVO, Rafaela de Almeida; PEROSA, Gimol Benzaquen. *Child Development, Maternal Depression and Associated Factors: A Longitudinal Study*. *Developmental Psychology*. Paidéia (Ribeirão Preto), 2020, Vol. 30, e3012. ISSN 1982-4327 (online version). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4327e3012>.

SCHWENGBER, Daniela Delias de Sousa; PICCININI, Cesar Augusto. *Depressão Materna e Interação Mãe-Bebê no Final do Primeiro Ano de Vida*. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Set-Dez 2004, Vol. 20 n. 3, pp. 233-240.

_____, Daniela Delias de Sousa; PICCININI, Cesar Augusto. *A experiência da maternidade no contexto da depressão materna no final do primeiro ano de vida do bebê*. Estudos de Psicologia. Campinas. 22(2). 143-156. abril – junho. 2005.

_____, Daniela Delias de Sousa; PICCININI, Cesar Augusto. *O impacto da depressão pós-parto para a interação mãe-bebê*. Estudos de Psicologia 2003, 8(3), 403-411.

SILVA, Vanessa *et al.* *Sintomatologia depressiva no termo da gestação, em mulheres de baixo risco*. J Bras Psiquiatr. 2019;68(2):65-72.

SOTTO-MAYOR, Iara Maria Backes de; PICCININI, Cesar Augusto. *Relacionamento conjugal e depressão materna*. PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v. 36, n. 2, pp. 135-148, maio/ago. 2005.

SOUSA, Daniela Delias; PRADO, Luiz Carlos; PICCININI, Cesar Augusto. *Representações Acerca da Maternidade no Contexto da Depressão Pós-Parto*. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2011, Vol. 24 n. 2, pp. 335-343.

THOMAZ, Ana Claire Pimenteira *et al.* *Relações afetivas entre mães e recém-nascidos a termo e pré-termo: variáveis sociais e perinatais*. Estudos de Psicologia, 2005, Vol. 10, n. 1, pp. 139-146.

A IMPLEMENTAÇÃO DO TESTE ÁCIDO NUCLEICO NO BRASIL E A SUA IMPORTÂNCIA CIENTÍFICA PARA A SEGURANÇA TRANSFUSIONAL

Eduardo Sousa de Oliveira¹
Aracele Maria de Souza²

RESUMO: A segurança transfusional é um tema importante para a sociedade, com o intuito de assegurá-la, um dos testes desenvolvidos foi o teste Ácido nucleico. No qual foi criado para uma triagem sorológica mais segura e eficaz. Este artigo tem como objetivo abordar o uso desse teste e seus benefícios para o mundo, porém com maior ênfase no Brasil. Foi utilizado a metodologia de pesquisa bibliográfica, a fim de reunir mais informações com base na comunidade científica. A pesquisa feita aponta como o NAT se mostra superior aos testes convencionais que utilizam o princípio antígeno-anticorpo, tendo uma janela imunológica bem menor, garantindo maior assertividade na triagem de bolsas de sangue dos doadores.

Palavras-chave: Banco de sangue. Testes sorológicos. Teste Ácido nucleico. Janela Imunológica.

ABSTRACT: Transfusion safety is an important topic for society, in order to ensure it, one of the tests developed was the Nucleic Acid test. Which was created for safer and more effective serological screening. This article aims to address the use of this test and its benefits for the world, but with greater emphasis on Brazil. The bibliographic research methodology was used in order to gather more information based on the scientific community. The research carried out shows how NAT is superior to conventional tests that use the antigen-antibody principle, having a much smaller immunological window, ensuring greater assertiveness in the screening of donor blood bags.

Keywords: Blood bank. Serological tests. Nucleic Acid Test. Immune Window.

1 INTRODUÇÃO

O teste Ácido nucleico é um importante aliado nas rotinas laboratoriais em hemocentros, bancos de sangue e laboratórios clínicos. Conhecido pela abreviação “NAT” ou no termo inglês “Nucleic Acid Technologies”, este teste tem grande relevância no meio científico, pois consegue assegurar maior confiabilidade e segurança nas testagens

¹ Pós-graduado em Banco de Sangue e Hematologia Clínica pela Faculdade Famart. E-mail: eduardo_oliveira49@hotmail.com

² Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itáúna–MG. Mestre e Doutora em Ciências.

sorológicas.

Em comparação ao teste de Elisa, por exemplo, o teste Ácido nucleico consegue identificar um indivíduo doente com menos tempo de infecção, tendo uma janela imunológica bem menor. Isso auxilia muito no tratamento precoce do paciente e no controle populacional de doenças como as IST.

Por se tratar de uma metodologia estrangeira, tendo os custos da importação, mesmo sendo comprovado e liberado sua utilização, no Brasil, precisou-se de alguns anos para uma aplicação mais significativa do teste nos bancos de sangue (CÂMARA segundo CALEGARIO, 2013).

Este artigo visa corroborar com mais informações sobre o tema, como é fundamental a adoção de metodologias mais eficazes que consigam promover saúde e segurança para os pacientes. Mostrar os benefícios no emprego da tecnologia NAT, além de elucidar como ela funciona e qual a diferença do método para outros testes sorológicos convencionais.

Para a realização deste trabalho foi escolhida a metodologia de pesquisa bibliográfica, reunindo informações de artigos, publicações e sites para assim garantir uma base sólida e confiável de estudo ao assunto abordado.

Até o final do artigo espera-se destacar como o tema é importante para sociedade e, sobretudo, a comunidade científica que tem como um dos ideais sempre buscar o avanço da ciência e informação, promovendo uma melhor saúde para as pessoas.

2 DESENVOLVIMENTO

Para entendermos melhor a metodologia de testes sorológicos e evidenciar a relevância da tecnologia NAT, é fundamental esclarecer termos importantíssimos como: anticorpo, antígeno, sensibilidade, especificidade, *cut-off* e janela imunológica que são empregados nos testes.

2.1 Anticorpo

Os anticorpos fazem parte do nosso sistema imunológico, são constituídos de proteína e atuam na defesa de agentes invasores no nosso corpo.

No exame de sangue aparecem representados como “leucócitos”, onde é feita a

contagem total e diferencial.

Uma pessoa com os leucócitos debilitados fica facilmente suscetível a infecções e doenças oportunistas, em quadros mais graves de infecção podendo levar até a morte (FORATO, 2022).

2.2 Antígeno

São tidos como antígenos qualquer invasor ao corpo, podendo ser vírus, fungos, bactérias etc. Com o antígeno dentro do nosso organismo, o sistema de defesa é ativado para gerar uma resposta imunitária e assim combater aquele invasor. Em alguns casos o sistema imunológico pode até entender que algumas células do corpo são antígenos e acabam atacando-as como se fossem invasores, esse é exemplo comum em pessoas que possuem doenças autoimunes. (FORATO *segundo* NIH, 2022).

2.3 Sensibilidade X Especificidade

Muitas pessoas confundem ainda os termos em questão, achando por diversas vezes que são a mesma coisa. Portanto, é importante deixar claro a diferença entre eles.

É chamada de Sensibilidade a capacidade do teste de detectar o agente infeccioso em pacientes que realmente estão infectados (SILVA). Dando assim, uma porcentagem de resultados positivos verdadeiros.

Já a especificidade é definida pela capacidade do teste proporcionar o resultado negativo em pacientes realmente sem o agente infeccioso. Gerando a porcentagem de negativos verdadeiros (Unesp). É considerado um teste de alta especificidade aquele que consegue gerar pouquíssimos resultados falso-positivos.

2.4 Cut off - Ponto de corte

Este termo está diretamente relacionado com a sensibilidade e especificidade dos testes. O *Cut-off* se trata de um determinado valor numérico onde o teste pode confirmar a positividade do resultado (SOPELETE, 2005). Sendo que, daquele número para cima é esperado o resultado positivo e, abaixo do número é esperado o resultado negativo.

A imagem abaixo exemplifica de forma simples o termo, por exemplo, no caso do HIV a partir de 50 UI/mL no organismo o NAT já consegue atestar o resultado positivo para a infecção. Agora, caso o indivíduo esteja com uma infecção mais recente, dentro do período de “janela”, no qual esteja com valores menores que 50 UI/mL, o resultado será um falso-negativo.

Sensibilidade		NAT
HIV	=>	50 UI/mL
HCV	=>	11 UI/mL
HBV	=>	4 UI/mL

Alta sensibilidade na detecção de janela imunológica

Fonte: SILVA, [201-?].

Quanto menor for o *cut-off* de um teste, mais sensível ele será, pois isso indica que é necessária uma quantidade baixa do Ag/Ac (Antígeno/Anticorpo) para o teste conseguir gerar o resultado positivo verdadeiro.

Nas rotinas laboratoriais, ambos os termos abordados são de extrema importância. A portaria 1353/2011 - Ministério da Saúde, impõe que laboratórios que realizam sorologias, usem testes que proporcionem comprovadamente uma alta especificidade e sensibilidade.

Dessa forma espera-se garantir segurança para os pacientes na questão da veracidade dos resultados de exames, principalmente os de sorologias muito utilizados em bancos de sangue.

2.5 Janela Imunológica

Hoje em dia o termo “janela imunológica” é mais conhecido, principalmente na medicina transfusional. Este termo compreende o período em que o organismo leva para produzir uma quantidade de anticorpos (ou no caso do NAT a quantidade mínima de antígeno), após a infecção, suficientes para serem detectados pelo teste sorológico. Ou seja, dentro desse período a pessoa tem a doença, mas o teste não é capaz de apontar o resultado

positivo (PINHEIRO, 2022).

Isso pode ocasionar um resultado falso-negativo, por isso, em bancos de sangue, por exemplo, é feita uma entrevista com o doador para entender se houve relação íntima sem proteção ou outro tipo de exposição e, a quanto tempo ocorreu. Pois, se ainda estiver no período de janela imunológica da doença, não poderá ser constatada a presença do patógeno nos exames sorológicos.

Também devemos destacar que os vírus possuem períodos de janela imunológicas diferentes, alguns levando mais tempo para detecção e outros, menos tempo.

2.6 NAT

Frente a limitação dos testes sorológicos da época e, um número crescente de infectados por Hepatite C após recebimento de derivados do sangue, no fim dos anos 90 foi iniciado o uso do NAT.

Seu uso se tornou complementar aos testes de Elisa e outros, que se baseiam na pesquisa de anticorpos produzidos após a infecção. (KAMEDA et al. segundo BUSCH; DODD, 2000; CHANDRASHEKAR, 2014; HOURFAR et al., 2008). Por isso, desde o seu ano de implementação, países como Estados Unidos, Japão, entre outros, adotaram o uso dos testes NAT.

Diferentemente do Elisa, o teste de ácido nucleico identifica não os anticorpos produzidos pelo organismo com a doença, mas sim a presença do antígeno no sangue (SILVA).

O NAT utiliza do método de biologia molecular no qual utiliza as quantidades baixas de DNA ou RNA viral presente no sangue e replica várias vezes, fazendo assim sua amplificação. Isso ocorre através do uso da Reação em Cadeia de Polimerase – conhecido como PCR em tempo real. Tal método auxilia na identificação precoce do patógeno em comparação ao Elisa, diminuindo significativamente o período de janela imunológica (VAZQUEZ-PERTEJO, 2022).

É por conta dessa metodologia diferente, da pesquisa do antígeno no organismo ao invés do anticorpo, que faz com que o NAT seja mais sensível e, conseqüentemente, tenha uma janela imunológica bem menor quando comparado aos testes convencionais que se baseiam nos anticorpos gerados após a infecção do indivíduo (SILVA).

Na figura abaixo podemos observar o tempo médio de janela imunológica dos vírus: HIV, Hepatite B e Hepatite C. Em comparação ao tempo que a tecnologia NAT leva para detectar o antígeno presente no organismo.

Agente Infeccioso	Sorologia/dias	NAT/dias
HIV	22	8
HCV	70	10
HBV	60	10

Fonte: SILVA, [201-?].

2.7 NAT no Brasil

A tentativa de implementação obrigatória do NAT no Brasil, vem sendo promovida desde 2002 pelo Ministério da Saúde. No ano em questão houve a primeira portaria que abordava o uso obrigatório no país (Portaria 262/GM de 05 de fevereiro de 2002). Contudo, com o alto custo de importação dos insumos, baixa infraestrutura e falta de capacitação profissional, não houve muito sucesso (BRASIL,2002)

Com a dificuldade na inserção, foi lançada uma nova portaria (GM/112 29 de janeiro de 2004) que determinava que a implantação deveria ocorrer de forma gradativa e sem um prazo definido para conclusão do uso nacional. Essa portaria também evidenciou juntamente com estudos feitos em 2003 da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que se faria necessário a aplicação mais ativa de recursos públicos para a promoção da metodologia em questão na saúde pública brasileira (BRASIL, 2004).

Levando em consideração os custos para a aplicação da nova tecnologia no país, foi iniciado o desenvolvimento do NAT brasileiro com as ações em conjunto da Bio-Manguinhos/FIOCRUZ, o Departamento de Virologia da UFRJ e também o IBMP (Instituto de Biotecnologia do Paraná).

Foi então que através da equipe contendo virologistas e biólogos moleculares que foi desenvolvido o kit de diagnóstico (CGSH, 2009).

O kit NAT da Bio-Manguinhos/FIOCRUZ teve seu registro aprovado em dezembro de 2010 pela ANVISA, podendo assim ser utilizado nos serviços de hemoterapia públicos do

Brasil (PETRY segundo CGSH, 2013).

Foi então que através da portaria 1353/2011 do Ministério da Saúde, foi assinado em novembro de 2013 que o uso do kit NAT passa a ser obrigatório na rede de bancos de sangue do Brasil. Medida muito importante para a adoção expressiva dessa metodologia, mirando assim na segurança transfusional no país (BRASIL, 2013).

3 CONCLUSÃO

Com este artigo podemos destacar a grande relevância do teste Ácido nucleico, visto que, o mesmo consegue de fato garantir uma maior segurança para a triagem sorológica nos bancos de sangue.

Isso fica mais evidente quando é comparado, em termos de janela imunológica, o período de detecção do NAT e de outros testes como Elisa. É visto como principal diferença entre os métodos o princípio de ação de cada um. Onde, o Elisa se baseia na produção dos anticorpos após a doença e o NAT funciona na identificação do próprio agente infeccioso no indivíduo.

Podemos também concluir o quão importante é a busca por novas técnicas analíticas e o avanço exponencial da ciência, visando sempre a promoção da prevenção, segurança e o tratamento precoce de doenças no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº262/2002**. Brasil, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0262_05_02_2002.html. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 112/2004**. Brasil, 2004. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt0112_29_01_2004.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20implanta%C3%A7%C3%A3o%2C%20no,\)%2C%20para%20HIV%20e%20HCV](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt0112_29_01_2004.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20implanta%C3%A7%C3%A3o%2C%20no,)%2C%20para%20HIV%20e%20HCV). Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.712**. Brasil, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/doacao-de-sangue/doacao-de-sangue#:~:text=A%20Portaria%20N%C2%BA%202.712%2C%20de,HCV%20em%20doadores%20de%20sangue>. Acesso em: 19 mar. 2024.

CÂMARA, B. *apud* CALEGARIO, T. A. O uso do NAT (Nucleic Acid Technologies) no Banco de Sangue. *In: Biomedicina Padrão. Biomedicina Padrão: o blog da biomedicina.*

[S. I.]. 09 out. 2013. Disponível em:
<https://www.biomedicinapadrao.com.br/2011/10/nucleic-acid-technologies-nat.html>. Acesso em: 09 fev. 2024.

CGSH, Ministério da Saúde. **Projeto Piloto – Avaliação preliminar da plataforma brasileira de testes NAT multiplex HIV/HCV e seus processos na rotina de um laboratório da Hemorrede Oficial**. Brasília, 2009. Disponível em:
<https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/202004/27105123-relatorio-gestao-2009-cgsh.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2024.

FORATO, F. **Qual é a diferença entre antígeno e anticorpo?**. In: Canaltech. [S. I.], 5 abr. 2022. Disponível em:
<https://canaltech.com.br/saude/qual-e-a-diferenca-entre-antigeno-e-anticorpo-213191/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

KAMEDA, K.; CORRÊA, M. C. D. V.; CASSIER, M. *apud* BUSCH; DODD, 2000; CHANDRASHEKAR, 2014; HOURFAR et al., 2008. A incorporação do teste diagnóstico baseado na amplificação de ácidos nucleicos (NAT) para triagem de sangue no SUS: arranjos tecnológicos para a nacionalização do “NAT brasileiro”. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 28, n. 1, p. e280108, jan. 2018. Disponível:
<https://www.scielo.br/j/physis/a/HycPcQFZLQtCWBjrWDZYtjg/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 19 mar. 2024.

PETRY, A *apud* CGSH, 2013. **Implantação dos Testes de Amplificação de Ácidos nucleicos HIV/HCV Bio-Manguinhos® na triagem de doadores de sangue: questões epidemiológicas e logísticas**. 2013. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/122773/325326.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 mar. 2024.

PINHEIRO, P. EXAME HIV: JANELA IMUNOLÓGICA, TESTE RÁPIDO, ELISA. In: **MD.Saúde**. [S. I.], 11 dez. 2022. Disponível em:
<https://www.mdsaude.com/doencas-infecciosas/dst/sorologia-hiv/>. Acesso em: 21 fev. 2024.

Silva, S. G. C. **NAT - Testes de Ácidos nucleicos**. [201-?]. Disponível em:
https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/Suely_Silva_Testes_Acido_nucleico.pdf. Acesso em: 07 fev. 2024.

SOPELETE, M.C. **Métodos de análise em estudos sobre diagnóstico**. In: MINEO, J.R., SILVA, D.A.O., SOPELETE, M.C., LEAL, G.S., VIDIGAL, L.H.G., TÁPIA, L.E.R., and BACCHIN, M.I. Pesquisa na área biomédica: do planejamento à publicação [online]. Uberlândia: EDUFU, 2005, pp. 203-223. ISBN: 978-85-7078-523-7.
<<https://doi.org/10.7476/9788570785237.0009>>. Acesso em: 15 mar. 2024.

UNESP. [201-?]. Disponível em:
https://www1.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/MicrobiologiaeImunologia/metodos_sorologicos.pdf. Acesso em: 07 fev. 2024.

VAZQUEZ-PERTEJO, M. T. Métodos de identificação baseados em ácidos nucleicos. *In:* **Manual MSD**. [202-]. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt-br/profissional/doen%C3%A7as-infecciosas/diagn%C3%B3stico-laboratorial-das-doen%C3%A7as-infecciosas/m%C3%A9todos-de-identifica%C3%A7%C3%A3o-baseados-em-%C3%A1cidos-nucleicos>. Acesso em: 19 mar. 2024.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM NUTRIÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PICOS-PI: relato de experiência

Ligianara Veloso de Moura¹
Aracele Maria de Souza²

RESUMO: Mediante a direta correlação da alimentação no processo saúde-doença-cuidado, ressalta-se a relevância da implementação de ações de alimentação e nutrição no contexto dos cuidados de saúde primários. O Estágio Supervisionado em Nutrição Social foi realizado na Atenção Básica de Saúde da cidade de Picos-PI (Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento Infantil Municipal e Centro de Atenção Psicossocial II). Este estudo teve como objetivo relatar o desenvolvimento de atividades de saúde em nível primário durante o estágio curricular. Foram desenvolvidas atividades supervisionadas pelos profissionais nutricionistas, como o acompanhamento e realização de atendimentos nutricionais, desde a aferição das medidas antropométricas até a prescrição do plano dietético e repasse de orientações, como também a elaboração de materiais educativos. Também foi possível conhecer o perfil dos usuários que utilizam a Atenção Básica através da sua caracterização, possibilitando a visualização de dados relevantes para traçar condutas direcionadas, como a prevalência de condições crônicas e hábitos alimentares. Com isso, pode-se conciliar os aprendizados obtidos ao longo da graduação com o cotidiano do exercício da realidade profissional, por meio das práticas referentes à rotina de trabalho.

Palavras-chave: Atenção Básica de Saúde. Nutrição em Saúde Pública. Educação Alimentar e Nutricional.

1 INTRODUÇÃO

A finalidade do estágio curricular supervisionado é qualificar o discente para atuar no mercado de trabalho, oportunizando o desenvolvimento de habilidades e competências inerentes e particulares de cada campo de profissão. Sendo assim, trata-se de uma prática pedagógica que permite a associação da experiência teórica alcançada ao longo do curso de graduação com a execução prática e contribui com a construção da identidade profissional do futuro egresso (MOREIRA JUNIOR; OLIVEIRA, 2019).

O estágio supervisionado em Nutrição Social tem como propósito a preparação do estagiário aos serviços de assistência primária à saúde que estejam interligados às condições alimentares e nutricionais. A importância das matérias de estágio está na familiarização do

¹ Pós-graduada em Alimentos, Saúde e Nutrição pela Faculdade Famart. E-mail: ligianarav@gmail.com.

² Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itáuna-MG. Mestre e Doutora em Ciências.

formando com cada campo profissional, onde são supervisionados pelo nutricionista atuante e posteriormente avaliados pelo seu desempenho (TOLEDO *et al.*, 2015).

A Atenção Primária à Saúde (APS), também denominada de Atenção Básica de Saúde (ABS), diz respeito ao conjunto de ações voltadas para o sujeito ou coletivo que compreende a promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, diminuição de danos e manutenção da saúde, e é considerada como a principal forma de acesso dos usuários ao Sistema Único de Saúde (SUS) (SILVA *et al.*, 2021).

Sendo assim, a APS é uma estratégia imprescindível para o aumento da efetividade e resolutividade dos serviços, uma vez que possui notoriedade a nível mundial como forma de decrescer as iniquidades presentes no setor saúde (CARRER *et al.*, 2016). Mediante a direta correlação da alimentação no processo saúde-doença-cuidado, ressalta-se a relevância da implementação de ações de alimentação e nutrição no contexto dos cuidados de saúde primários (SPINA *et al.*, 2018).

O objetivo deste estudo é relatar o desenvolvimento de atividades de saúde em nível primário durante o estágio curricular. Trata-se de uma pesquisa descritiva, tipo relato de experiência, resultante da disciplina Estágio Supervisionado em Nutrição Social do Curso de Nutrição (UFPI/CSHNB), em Picos-PI. Os campos frequentados foram as Unidades Básicas de Saúde (UBS) dos bairros Centro, Passagem das Pedras, Ipueiras e Junco, vinculadas ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), o Pronto Atendimento Infantil Municipal (PAIM) e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II).

A experiência caracterizou-se pela coleta de dados dos pacientes para o diagnóstico epidemiológico e nutricional dessa população e posterior caracterização do público assistido, bem como o desenvolvimento de atividades supervisionadas pelos profissionais atuantes e elaboração de materiais informativos/educativos.

Assim, torna-se evidente a relevância do estágio curricular para que o universitário consiga ampliar as técnicas necessárias ao desempenho da profissão e considera-se que este estudo seja significativo para maior compreensão de como as vivências do estágio supervisionado durante a graduação contribuem para a formação da vida profissional do estudante.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 NASF

2.1.1 Caracterização do Público Atendido

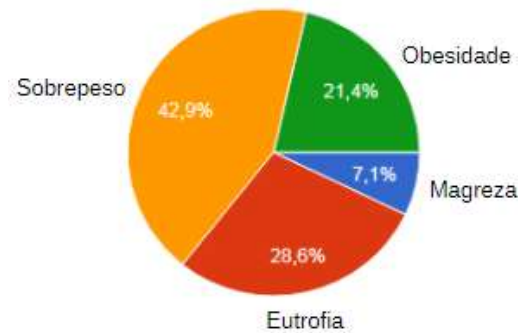
A condição de saúde da população sofre influência direta de diversos fatores, como os sociais, os ambientais e os econômicos, que estão fortemente ligados às modificações da sociedade. Dessa forma, o conhecimento e compreensão de tais elementos torna-se essencial para a busca de métodos de intervenção adequados, viabilizando a minimização dos efeitos negativos que os determinantes podem exercer sobre a saúde dos indivíduos (CARRAPATO; CORREA; GARCIA, 2017).

Durante os atendimentos nutricionais acompanhados nas UBS frequentadas, foi realizada a coleta de dados de 14 pacientes assistidos, com faixa etária entre 19 e 78 anos, onde 4 destes possuíam idade acima de 60 anos. A maioria dos indivíduos atendidos era do sexo feminino, correspondendo a um percentual de 71,4%, já os do sexo masculino atingiram percentual de 28,6%. Com relação à cor/etnia, 42,5% dos pacientes autodeclararam-se como pardos, 35,7% e 21,4% como brancos e pretos, respectivamente. Quanto à escolaridade, a maioria possuía ensino médio completo (42,9%) e a minoria não continha nenhum grau de instrução (7,1%). No que se refere à renda destinada para a compra de alimentos, foi observada uma média de 542,85 reais.

A avaliação do IMC dos participantes do formulário demonstrou que 42,9% foram classificados com sobrepeso, 28,6% como eutróficos, 21,4% com obesidade e 7,1% com magreza, como mostra a Figura 1. Ao avaliar a circunferência da cintura, 50% apresentaram-se inseridos na classificação de risco cardiovascular e 21,4% demonstraram risco muito alto, sendo que 28,6% apresentaram-se fora da faixa de risco cardiovascular. É recomendado, segundo a OMS (1998), que a circunferência da cintura não ultrapasse 88cm em mulheres, já em homens não deve ser acima de 102cm.

A manutenção do peso adequado dos indivíduos é uma preocupação hodierna, uma vez que vem sendo observado um aumento nos casos de sobrepeso e obesidade a nível mundial, tornando-se condições de caráter epidêmico. A obesidade, que apresenta como principal característica o acúmulo demasiado de gordura corporal, é considerada uma patologia crônica que aumenta o risco para o surgimento de outras doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) (PREDIGER *et al.*, 2017).

Figura 1 - Classificação do IMC do público atendido.



Fonte: autoria própria.

Entre as patologias que acometem a população assistida foi informada a presença de diabetes mellitus, hipertensão, dislipidemia e doenças cardiovasculares, além de outros agravos. Além disso, 85,7% dos indivíduos afirmaram a existência de algum tipo de doença crônica no histórico familiar. Em torno de 70% de todas as mortes do planeta são causadas por DCNT, aproximando-se de 38 milhões de mortes por ano, em que o aumento da prevalência está ligado ao uso do tabaco, sedentarismo, consumo abusivo do álcool e dietas não saudáveis (MALTA *et al.*, 2017). Com relação ao estilo de vida, todos os indivíduos relataram não serem tabagistas e 64,3% relataram não ingerir álcool e não praticar exercício físico com regularidade.

Fazem em média 4 refeições por dia, em que metade dos indivíduos costumam consumir líquido durante as refeições e metade não tem tal prática. Outro ponto avaliado foi que 57,1% afirmaram ter o hábito de beliscar alimentos durante o dia, fora as refeições principais ingeridas. Entre os alimentos preferidos estão o arroz branco, pizza, pão e refrigerante e fazem parte dos alimentos mal aceitos uma variedade de frutas, legumes e verduras. Com relação ao consumo de ultraprocessados, 57,1% não costumam consumir, 21,4% consomem de 2 a 3 vezes por semana, 14,3% consomem de 5 a 6 vezes por semana e 7,1% consomem todos os dias.

Consumir frutas, legumes e verduras regularmente atua na proteção e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, reduzindo o risco de mortalidade por determinados agravos cardiovasculares e cânceres. O consumo inadequado desses alimentos está diretamente relacionado a fatores como maior faixa etária, menor escolaridade e baixa renda (SOUZA *et al.*, 2019). A transição nutricional no Brasil, marcada pela diminuição do predomínio da desnutrição e do crescimento da obesidade, caracteriza-se por alterações no padrão alimentar da população, onde os alimentos com alto teor de fibras e baixo teor de

lipídio foram sendo trocados por uma alimentação contendo alto teor de gorduras saturadas e carboidratos simples, responsável por contribuir com a elevação do sobrepeso e obesidade (SOUZA, 2017).

Quanto à função intestinal, metade dos pacientes possuía funcionamento regular, enquanto a outra metade apresentava irregularidade, com grande taxa de perfil constipante (35,7%), 7,1% referiram diarreia e função intestinal variada. A constipação tem correlação com o baixo consumo de líquidos, fibras alimentares e sedentarismo (GAVANSKI; BARATTO; GATTI, 2015). Já ao serem questionados sobre a mastigação e o apetite, 57,1% apontaram percepção de mastigação rápida e 42,9% afirmaram ter apetite aumentado. A mastigação atua como um parâmetro quanto a quantidade ideal de alimentos a serem consumidos. Durante esse processo, o organismo prepara-se quimicamente para a absorção dos nutrientes até surgirem os estímulos que levam à saciedade. Assim, uma mastigação incorreta, com trituração ineficiente dos alimentos, propicia aumento do IMC devido ao baixo estímulo de apetite saciado (MENEGASSI, 2017).

2.1.2 Atividades Desenvolvidas

Os atendimentos voltados ao nutricionista nas UBS eram provenientes de demanda espontânea ou encaminhados por outros profissionais de saúde. O motivo predominante quanto à procura da consulta nutricional era o tratamento de DCNT, como diabetes mellitus, hipertensão e dislipidemias, sendo então prestada assistência ambulatorial e acompanhamento aos usuários atendidos, buscando sua reabilitação através da orientação alimentar e nutricional. Além disso, outras razões para busca do profissional nutricionista eram perda de peso, hipertrofia, reeducação alimentar e instrução em cada ciclo de vida, sendo desenvolvidas ações de promoção à saúde e prevenção de agravos através da introdução de hábitos alimentares saudáveis.

Na Atenção Básica, as ações de alimentação e nutrição mostram-se essenciais para todos os indivíduos, incluindo as gestantes, crianças, adolescentes, adultos e idosos. Dessa forma, é imprescindível a familiarização do conhecimento sobre os alimentos, assim como a realização de práticas que objetivem promover a segurança alimentar e nutricional à população (TAVARES *et al.*, 2016).

Na condução dos atendimentos ocorreu avaliação do consumo alimentar, com aplicação da ficha de marcadores, utilizada posteriormente para o preenchimento do Sistema

e-SUS da Atenção Básica, assim como os demais dados coletados na consulta. Também foi realizada a anamnese alimentar mais detalhada, buscando identificar inadequações presentes na alimentação dos pacientes, aferição das medidas antropométricas, como peso, altura, e, quando necessário, circunferência da cintura, do braço e da panturrilha. Em seguida foi realizada a prescrição do plano alimentar individualizado, com base no diagnóstico nutricional, repassadas as orientações nutricionais necessárias e realizado encaminhamento dos usuários para outro profissional habilitado, quando preciso.

O e-SUS Atenção Básica é uma estratégia difundida pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 1.412, de 10 de junho de 2013, que permite o acompanhamento de cada paciente, de maneira integrada com os demais sistemas do SUS, automatizando a metodologia de trabalho e a geração da informação em saúde para os profissionais, elaborando, deste modo, uma gestão qualificada e direcionada ao cuidado (MEDEIROS *et al.*, 2017).

2.1.3 Materiais Informativos/Educativos

Durante as consultas de pré-natal realizadas na UBS Belinha Nunes, foi reservado um momento para o repasse de instruções nutricionais às gestantes atendidas. Dessa forma, o público alvo da ação desenvolvida teve a oportunidade de tirar dúvidas existentes relacionadas à alimentação e nutrição neste período específico, desmistificando mitos, além de gerar autonomia através da educação em saúde, envolvendo dicas quanto à alimentação adequada e saudável na gravidez e sua importância, assim como a relevância do ganho peso adequado e orientações nutricionais nas queixas comuns deste grupo populacional por meio de lâminas educativas, elaboradas pelos estagiários, contendo tais informações.

Através do pré-natal na Atenção Básica, as mulheres recebem assistência durante o período gestacional, sendo acompanhadas tendo em vista a evolução da gravidez e a manutenção da saúde, tanto da mãe quanto da criança, através de acompanhamento clínico e educacional, objetivando a redução da morbidade e mortalidade materna e infantil. Com isso, o aconselhamento nutricional é de suma importância para assegurar a integralidade do cuidado no decorrer da gestação, compreendendo práticas dirigidas à promoção e à proteção da saúde, bem como a prevenção, diagnóstico e tratamento de agravos. A falta de informações pertinentes e adequadas, voltadas para o ciclo da gravidez, pode ser fator causal

de um estado nutricional inadequado, influenciando o progresso de toda a gestação (SERAFIM *et al.*, 2021; LAPORTE-PINFILDI *et al.*, 2016).

2.2 PAIM

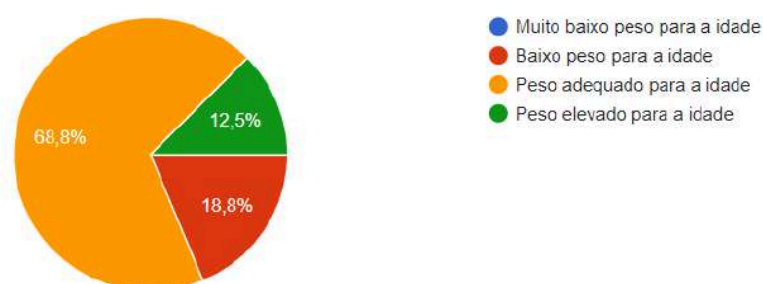
2.2.1 Caracterização do Público Atendido

Ao decorrer de várias décadas o histórico da saúde materno infantil do Brasil foi estruturado e vem recebendo terminologias diversas, além de ter passado por várias gestões. No início, tanto a mulher quanto a criança não obtinham as posições e direitos que hoje possuem mediante a garantia da sociedade e das políticas públicas (VICTORA *et al.*, 2011).

Durante os atendimentos nutricionais acompanhados no PAIM frequentadas, foi realizada a coleta de dados de 17 pacientes assistidos, com faixa etária entre 09 meses a 7 anos, onde 5 (29,4%) destes possuíam idade igual ou acima de 4 anos. A maioria dos indivíduos atendidos eram do sexo feminino, correspondendo a um percentual de 52,9%.

A coleta das informações tornou possível conhecer o peso, a altura, assim como o IMC das crianças. A partir disso, obtiveram-se os gráficos abaixo relacionando os valores de peso para idade e também da estatura para a idade, como pode ser vislumbrado na Figura 2 e Figura 3. Percebeu-se com isso, que a maioria (68,8%) das crianças analisadas tinham um peso adequado para a idade, seguido daquelas que apresentaram um baixo peso para a idade com um percentual de 18,8%.

Figura 2 - Análise representativa da relação entre peso e idade das crianças atendidas.



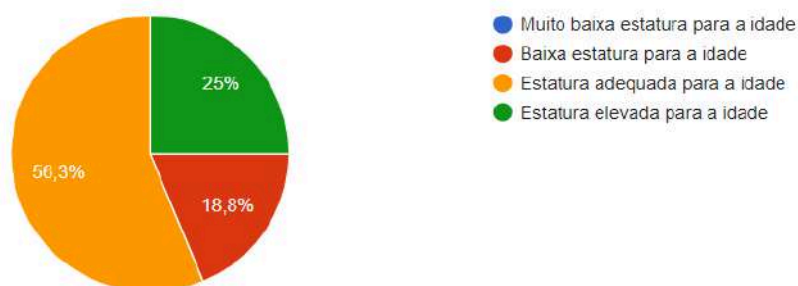
Fonte: autoria própria.

A análise permitiu inferir, ainda, que 56,3% das crianças investigadas possuíam uma estatura adequada para a idade, para além dessas, apenas 25% possuía uma altura elevada

para a idade e 18,8% tinha uma baixa estatura para a idade. Conforme demonstra o gráfico da Figura 3.

Embora não tenha sido a realidade majoritária do grupo estudado nesta pesquisa, sabe-se que a obesidade é uma realidade crescente em todo o Brasil, conforme um conjunto de estudos analisados por Jardim, Souza (2017). A análise revelou ainda que as condições de excesso de peso podem estar relacionadas as questões biopsicossociais negativas.

Figura 3 - Análise representativa da relação entre altura e idade das crianças atendidas.

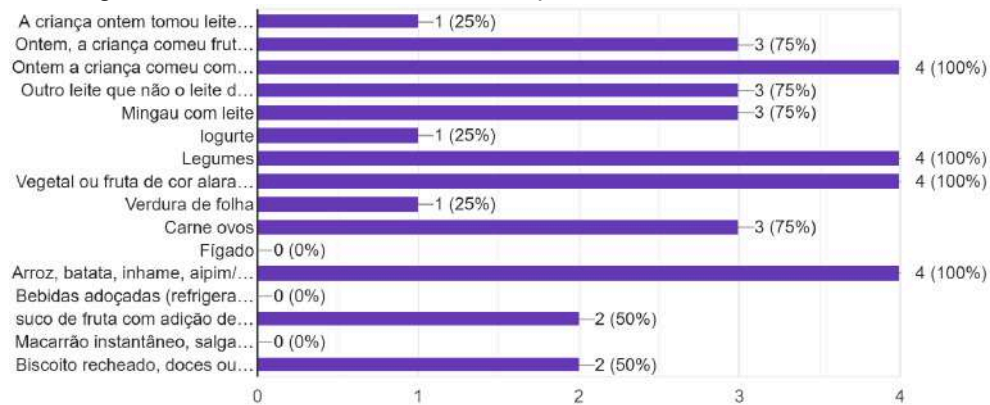


Fonte: autoria própria.

Além disso, constatou-se que três (17,6%) das crianças, que eram aquelas nos quais os responsáveis já ofertavam alimentos para além do leite materno consumiam alimentos in natura e minimamente processados e verificou-se ainda que não havia consumo de alimentos processados e ultraprocessados.

No que se refere aos marcadores de consumo alimentar, apenas uma das crianças era menor que seis meses de idade e não consumiu outro alimento que não o leite materno no dia anterior. Havia apenas quatro crianças entre 6 e 23 meses, estas consumiram no dia anterior a coleta “comida de sal (de panela, papa ou sopa”, “legumes”, “vegetal ou fruta de cor alaranjada”, “arroz, batata, inhame, aipim/macaxeira/mandioca, farinha ou macarrão”, apenas uma ainda tomara leite materno, os demais dados podem ser observados na Figura 4.

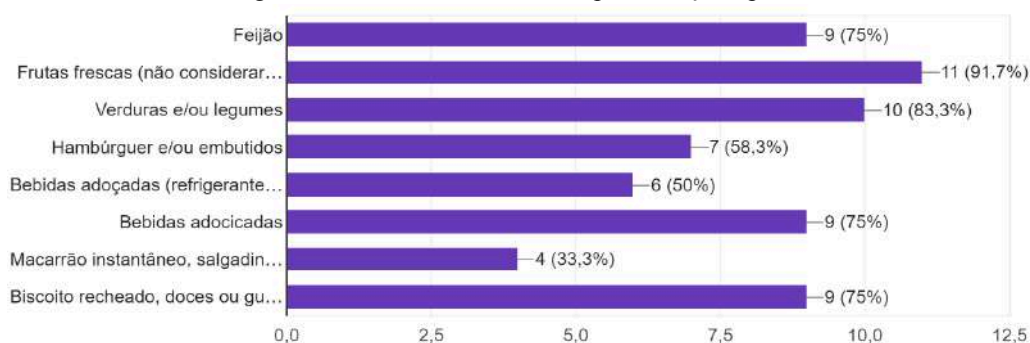
Figura 4 - Consumo de alimentos das crianças entre 6 e 23 meses.



Fonte: autoria própria.

Quanto à análise da alimentação das crianças a partir de 2 anos, das 12 que responderam, 11 (91,7%) consumiam frutas frescas e 10 (83,3%) consumiam verduras e/ou legumes. Nesse mesmo contexto, 9 (75%) consumiam bebidas adoçadas, além dos responsáveis relatarem que também consomem biscoitos recheados, doces ou guloseimas. Esse mesmo percentual (75%) foi verificado quanto ao consumo de feijão, os demais quantitativos podem ser observados na Figura 5.

Figura 5 - Consumo de alimentos por crianças a partir de dois anos de idade.



Fonte: autoria própria.

2.2.2 Atividades Desenvolvidas

Além da elaboração do formulário, com vistas para a coleta de dados dos pacientes do PAIM, acolhimento e diagnóstico nutricional desse público, além da caracterização do perfil destes, o que possibilitou o acompanhamento na triagem. Quanto aos dados obtidos, realizaram-se aferições de peso e altura, classificação do IMC e análise das curvas de crescimento infantil. Realizaram-se ainda orientações de nutrição frente às necessidades

específicas, além de terem sido elaborados dois materiais educativos, um sobre ordenha do leite materno e outro sobre o dia da criança com deficiência.

2.2.3 Materiais Informativos/Educativos

Foi observado, durante os acompanhamentos da assistência nutricional realizada no PAIM, que muitas nutrizes apresentavam dúvidas em relação à ordenha mamária, preocupadas em continuar ofertando o leite materno ao filho na sua ausência, principalmente devido ao retorno à rotina de trabalho. Com isso, foram elaborados folders informativos (Figura 6) para serem distribuídos às mães com o intuito de orientá-las quanto à ordenha do leite materno, onde foram abordados todo o passo a passo para o método de extração, além dos cuidados necessários, desde o preparo do frasco para guardar o leite até o armazenamento, aquecimento e transporte adequado, entre outras informações pertinentes, como a maneira de ofertar o leite ordenhado ao bebê.

Figura 6 - Folder informativo para as nutrizes.



Fonte: autoria própria.

O aleitamento materno está relacionado a diversos benefícios para a saúde materna e infantil, sendo indicado exclusivamente até os seis meses de idade e de forma complementar a outros alimentos até a idade de dois anos ou mais. Porém, apesar do preconizado pelas autoridades de saúde, a amamentação exclusiva ainda apresenta-se abaixo do recomendado em vários locais, mundialmente. Dentre os inúmeros fatores de desmame imaturo está o exercício profissional fora do ambiente doméstico, tendendo a introdução de mamadeiras de maneira precoce (ALMEIDA *et al.*, 2022).

Outro material desenvolvido foi uma cartilha informativa, a qual foi afixada no mural da instituição, sobre a conscientização da deficiência na infância. Buscou-se a compreensão e o respeito da sociedade em relação a esse público, através da apresentação do dia da criança com deficiência, comemorado de maneira anual no dia 9 de dezembro. Além do objetivo da data, a cartilha continha outras informações que tinham como propósito fortalecer a importância dos direitos das crianças com deficiência. O transtorno do espectro autista (TEA) está englobado no grupo das deficiências infantis, sendo que foram observadas muitas crianças diagnosticadas com autismo sendo acompanhadas pela equipe do PAIM. Com isso, ressaltar a necessidade do cuidado voltado, especialmente, para essas crianças é de suma relevância para garantir que tenham um desenvolvimento saudável.

Pessoas portadoras de deficiência apresentam impedimentos a longo prazo, sejam de caráter físico, mental, intelectual ou sensorial, os quais, somados a outros fatores, podem interferir no seu envolvimento pleno e efetivo perante a sociedade com relação às demais. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) apontam que, no mínimo, 10% das crianças ao redor do mundo nascem ou desenvolvem alguma deficiência com impactos negativos à sua evolução neuropsicomotora, sendo que destas, apenas 3% das que precisam de reabilitação recebem algum tipo de serviço de saúde (BELMIRO *et al.*, 2017).

2.3 CAPS II

2.3.1 Atividades Desenvolvidas

O direito humano à alimentação é garantido entre as atribuições do CAPS através da Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, devido à inclusão do fornecimento de refeições aos pacientes inseridos neste serviço. Não prestar tal cuidado pode levar a desfechos negativos, como o descredenciamento da instituição e seu fechamento (ALMEIDA *et al.*, 2020).

O profissional nutricionista atuante no CAPS do município de Picos-PI é o responsável pela elaboração do cardápio da instituição fornecido aos pacientes e funcionários, de acordo com os alimentos disponíveis para o preparo das refeições. Foram realizadas atividades de auxílio quanto ao planejamento dos cardápios qualitativos semanais, contando com café da manhã, lanche da manhã, almoço e lanche da tarde, através de ajustes, digitação

e repasse às funcionárias da Unidade de Alimentação e Nutrição do CAPS para posterior produção e distribuição aos comensais.

Também foi realizada a organização e controle do estoque de gêneros alimentícios da unidade, onde foram verificados os alimentos que estavam fora do prazo de validade ou próximo à data de vencimento, sendo uma das características relacionadas à qualidade dos produtos alimentares estocados, e reorganizando os alimentos estocados de forma eficiente, conforme o método primeiro que vence, primeiro que sai (PVPS). Com isso, foram retirados da despensa alguns alimentos que estavam vencidos, dentre eles o café, margarina e chá em sachê.

Além da participação proativa durante as atividades em grupo realizadas no serviço de atenção psicossocial para os pacientes, também houve o acompanhamento dos usuários à oficina terapêutica realizada por uma equipe da Universidade Federal do Piauí, onde os pacientes foram convidados a assistirem um filme no campus, intitulado “O Solista”, que retrata a história de um musicista que desenvolveu um transtorno psiquiátrico.

Dentre as ações ofertadas pelo CAPS, destacam-se as atividades grupais como uma estratégia fortemente eficiente, sendo considerada como uma das principais formas de cuidado aos pacientes. São atividades desenvolvidas em grupos e oficinas terapêuticas, além de possuírem outras formas de delineação, buscando integrar o serviço e o usuário com a família e a comunidade, através de trocas sociais (MENEZES; PEGORARO, 2019).

O cinema abordado como oficina terapêutica é um meio facilitador quanto ao desenvolvimento de habilidades sociais, considerado uma ferramenta de psicoeducação. É empregado com o intuito de melhorar a interação, familiaridade com o dia a dia, entre outros aspectos, fazendo com que haja uma reflexão positiva em termos de qualidade de vida dos pacientes (FRANCO; BARBOSA; RUCINSKI, 2019).

2.3.2 Materiais Informativos/Educativos

O nutricionista inserido na equipe do CAPS pode desenvolver ações específicas, como a promoção da saúde nutricional através da aplicação da Educação Alimentar e Nutricional, sendo uma estratégia de caráter multiprofissional, intersetorial e transdisciplinar que objetiva a propagação de hábitos alimentares saudáveis a partir de condutas problematizadoras e de métodos de aprendizagem dinâmica, a fim de gerar independência ao

público alvo, levando em consideração todos os panoramas que integram o comportamento alimentar (CAMPOS *et al.*, 2021).

Foi elaborada e conduzida uma atividade terapêutica de pintura e desenho voltada à promoção de hábitos alimentares adequados com os pacientes inseridos no CAPS. No primeiro momento, buscou-se o incentivo à alimentação saudável através da pintura de um desenho que fazia referência à proporção ideal dos alimentos (vegetais, proteínas e carboidratos) no prato para uma refeição equilibrada, favorecendo escolhas alimentares positivas à saúde. Posteriormente, foi disponibilizado um espaço em branco para que os usuários pudessem desenhar o alimento considerado como preferido para eles, tornando-se possível o entendimento das perspectivas comportamentais e afetivas relacionadas às suas práticas alimentares.

A aquisição de uma alimentação saudável requer a mudança de hábitos alimentares de forma gradual, a partir da inclusão de alimentos mais nutritivos em detrimento aos considerados como pouco saudáveis. Ao conseguir adquirir bons hábitos alimentares, o organismo responde positivamente, beneficiando-se com a redução do estresse, da ansiedade e da irritabilidade, por exemplo, além do controle do peso corporal e do humor e atenuação das deficiências nutricionais, prevenindo o aparecimento de DCNT (SANTOS *et al.*, 2018).

3 CONCLUSÃO

O relato mostrou que foi possível conciliar os aprendizados obtidos ao longo da graduação com o cotidiano da realidade profissional por meio das práticas referentes à rotina de trabalho. O acompanhamento dos atendimentos nutricionais na Atenção Primária à Saúde configura-se como uma ferramenta fundamental para compreender a importância da inserção do nutricionista no campo da Saúde Pública, tornando-se possível a visualização, compreensão e participação do discente em todas as ações desenvolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. M. N. *et al.* A influência do retorno ao trabalho no aleitamento materno de trabalhadoras da enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 26, p. 1-10, 2022.

ALMEIDA, L. *et al.* Os sentidos da cozinha de Centros de Atenção Psicossocial e a inserção do nutricionista no cuidado em saúde mental. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 3, p. 292-304, 2020.

BELMIRO, S. S. D. R. *et al.* Atuação da equipe de enfermagem na assistência à criança com deficiência na Atenção Primária à Saúde. **Revista de Enfermagem UFPE**, v. 11, n. 4, p. 1679-1686, 2017.

CAMPOS, M. G. S. *et al.* Atuação de discentes e profissionais de nutrição na promoção de alimentação saudável em um Centro de Atenção Psicossocial para usuários de álcool e drogas. **Interdisciplinary Journal of Health Education**, v. 6, n. 1, p. 1-9, 2021.

CARRAPATO, P.; CORREIA, P.; GARCIA, B. Determinante da saúde no Brasil: a procura da equidade na saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 676-689, 2017.

CARRER, A. *et al.* Efetividade da Estratégia Saúde da Família em unidades com e sem Programa Mais Médicos em município no oeste do Paraná, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 9, p. 2849-2860, 2016.

FRANCO, S. D.; BARBOSA, F. M.; RUCINSKI, G. E. N. Oficina de cinema como método terapêutico em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). **Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental**, v. 8, n. 1, p. 43-56, 2019.

GAVANSKI, D. S.; BARATTO, I.; GATTI, R. R. Avaliação do hábito intestinal e ingestão de fibras alimentares em uma população de idosos. **RBONE - Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, v. 9, n. 49, p. 3-11, 2015.

JARDIM, J. B.; SOUZA, I. L. Obesidade infantil no Brasil: uma revisão integrativa. **J Manag Prim Heal Care**, v. 8, n. 1, p. 66-90, 2017.

LAPORTE-PINFILDI, A. S. C. *et al.* Atenção nutricional no pré-natal e no puerpério: percepção dos gestores da Atenção Básica à Saúde. **Rev. Nutr.**, v. 29, n. 1, p. 109-123, 2016.

MALTA, D. C. *et al.* Doenças crônicas não transmissíveis e a utilização de serviços de saúde: análise da Pesquisa Nacional de Saúde no Brasil. **Rev. Saúde Pública**, v. 51, n. 1, p. 1-10, 2017.

MEDEIROS, J. B. *et al.* O E-SUS Atenção Básica e a coleta de dados simplificada: relatos da implementação em uma Estratégia Saúde da Família. **Rev. APS**, v. 20, n. 1, p. 145-149, 2017.

MENEGASSI, B. Mastigação: reflexões e interfaces com a saúde. **Ensaio & Diálogos em Saúde Coletiva - ABRASCO**, n. 5, p. 26-29, 2017.

MENEZES, G. P; PEGORARO, R. F. Panorama das atividades grupais desenvolvidas em Centros de Atenção Psicossocial (2006–2016). **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. 1-17, 2019.

MOREIRA JUNIOR, L.; OLIVEIRA, R. C. Análise dos estágios supervisionados do curso de Nutrição de uma instituição de ensino superior de Joinville/SC à luz da legislação. **Redes**, n. 2, p. 55-66, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Obesity: preventing and managing the global epidemic**. WHO Technical Report Series, Geneva, n. 894, 1998 (Technical Report Series, n. 894).

PREDIGER, A. *et al.* Excesso de peso em adultos atendidos em uma Unidade Básica de Saúde no Município de Selbach (RS). **Revista Perspectiva**, v. 41, n. 153, p. 53-60, 2017.

SANTOS, S. B. *et al.* Alimentação saudável no âmbito da saúde mental: relato de experiência. In: CONBRACIS, 3., 2018, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/40688>>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SERAFIM, A. L. C. *et al.* Orientações alimentares na assistência pré-natal: avaliação do processo em Unidades Básicas de Saúde. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição**, v. 12, n. 2, p. 133-145, 2021.

SILVA, G. C. G. V. *et al.* Desafios da Política Nacional de Atenção Básica à Saúde. **Revista Pró-UniverSUS**, v. 12, n. 1, p. 60-65, 2021.

SOUZA, B. B. *et al.* Consumo de frutas, legumes e verduras e associação com hábitos de vida e estado nutricional: um estudo prospectivo em uma coorte de idosos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 4, p. 1463–1472, 2019.

SOUZA, E. B. Transição nutricional no Brasil: análise dos principais fatores. **Cadernos UniFOA**, v. 5, n. 13, p. 49–53, 2017.

SPINA, N. *et al.* Nutricionistas na atenção primária no município de Santos: atuação e gestão da atenção nutricional. **Demetra**, v. 13, n. 1, p. 117-134, 2018.

TAVARES, H. C. *et al.* A importância da inserção do nutricionista na Unidade Básica de Saúde: percepção dos profissionais de saúde. **Rev. e-ciênc.**, v. 4, n. 1, p. 89-98, 2016.

TOLEDO, E. C. *et al.* O estágio supervisionado do curso de Nutrição da UFJF: legislação, formação e aprimoramento. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 5, n. 2, p. 26-44, 2015.

VICTORA, C. *et al.* Saúde de mães e crianças no Brasil: progressos e desafios. **The Lancet**, v. 2, n. 1, p. 32-46, 2011.